

Relatório de Governo
Societário

2021

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 9 de março de 2022

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	7
III.	Estrutura de capital.....	20
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	21
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	23
A.	Modelo de Governo.....	23
B.	Assembleia Geral.....	23
C.	Administração e Supervisão.....	24
D.	Fiscalização	36
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	43
F.	Conselho Consultivo	45
G.	Auditor Externo	46
VI.	Organização Interna.....	47
A.	Estatutos e Comunicações	47
B.	Controlo interno e gestão de riscos	49
C.	Regulamentos e Códigos	61
D.	Deveres especiais de informação	66
E.	Sítio na Internet.....	68
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	69
VII.	Remunerações	70
A.	Competência para a Determinação.....	70
B.	Comissão de Fixação de Remunerações.....	71
C.	Estrutura das Remunerações	71
D.	Divulgação das Remunerações.....	76
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	79
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	83
X.	Avaliação do Governo Societário.....	97
XI.	Anexos do RGS	103

I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2021.

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa, designação que manteve até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres, é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Em julho de 2015, a EPAL passa a ser responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT), a qual foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. O sistema integrava um universo de 86 municípios, servindo uma área conjunta que abrangia 95 municípios, ocupando uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, e servindo 3,8 milhões de habitantes.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais - o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, para Águas do Vale do Tejo, SA (AdVT), tendo por essa via sido substancialmente alterado o âmbito territorial da gestão delegada da EPAL.

Com efeito, dos anteriores oito sistemas agregados mantêm-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pela Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico, e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange agora os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL manteve todas as responsabilidades decorrentes do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema, bem como todas as demais obrigações inerentes à sua gestão, designadamente construção das infraestruturas, a aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos, o controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas, a faturação dos serviços de fornecimento e de recolha a elaboração da contabilidade da sociedade, gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal, a gestão financeira e controlo de gestão, o apoio jurídico, a logística, comunicação e gestão de sistemas de informação, e todo o suporte e apoio à atividade.

De igual forma, para além do acima referido, a EPAL manteve a posição contratual da sociedade AdVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, pelo que as trabalhadoras e os trabalhadores da sociedade AdVT que tinham em 2015 sido integrados na estrutura orgânica da EPAL, e que não foram transferidos para as novas empresas resultantes da cisão em apreço, mantiveram o seu vínculo contratual inalterado.

Relativamente ao conteúdo do Relatório do Governo Societário não se registaram, no ano de reporte, alterações ou factos dignos de registo, tendo sido mantidas as boas práticas de Governo Societário em uso nos anos anteriores.

De acordo com as Instruções emanadas para a preparação e elaboração do Relatório de Governo Societário para o ano em apreço, apresenta-se o quadro seguinte:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2021 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		16/10/2020
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2021	x		07/03/2021 – SET 10/03/2021 – SEAMB
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		n.a.
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x		02/03/2022
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2021	x		19/01/2022
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x		03/11/2021
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		x	-
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		n.a.
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		08/09/2021
Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		n.a.
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x		n.a.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na <i>internet</i> da Unidade Técnica	x		n.a.
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x		14/03/2022 – ROC 15/03/2022 - CF

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do RJSPE).

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;

- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;

- **Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as** – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa;
- **Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas** – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- **Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo** – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;
- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às

atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;

- Combate e Adaptação às Alterações Climáticas – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- Segurança da informação – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;

- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplica as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSP), designadamente:

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações, para o mandato de 2020/2022, tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir, com base na qual as empresas do grupo AdP, designadamente a EPAL, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;

- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do grupo AdP, designadamente pela EPAL, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos *stakeholders*.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2021:

- Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2 Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais.
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:

- 4.1 Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2 Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
- 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2 No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
- 6.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a empresa não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da EPAL, S.A., são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidas na Deliberação Unanime por Escrito, em 11 de outubro de 2021.

O contrato de gestão prevê que para o mandato passam a vigorar as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão, constantes do documento que constituiu parte integrante do Contrato em apreço. Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato, bem como a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada anualmente, em função do grau de concretização dos objetivos, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas seguinte:

Grau de Concretização	Avaliação Global
$GC < 1,8$	Objetivos não Cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos Cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos Superados

Indicadores	Cálculo	Modo de avaliação:			Ponderação
		Não atingido	Atingido	Superado	
1. Indicadores Financeiros					
1.1. Eficiência de gestão	PRC = ((GV+FSE+GP)/VN) Variação face ao PAO previsto	Δ PRC > 0,10pp	-0,10pp ≤ Δ PRC ≤ +0,10pp	Δ PRC > 0,1pp	10,0%
1.2. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	(Saldo dívida vencida n/ Saldo dívida vencida n-1) x 100	DCDMA >105%	95% ≤ DCDMA ≤ 105%	DCDMA <95%	10,0%
1.3. Limite ao endividamento	(Stock dívida n / Stock dívida n-1) x 100	Endividamento >2%	2. 1,5% ≤ Endividamento ≤ 2%	Endividamento <1,5%	10,0%
1.4. Respeito prazos de pagamento	Variação do PMP face ao ano anterior	PMP aumenta mais do que 1 dia face ao ano anterior	PMP aumenta 1 dia	PMP ≤ 60 dias	10,0%
1.5. Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	Var < -5%	-5% ≤ Var ≤ 5%	Var > 5%	10,0%
2. Indicadores Ambientais e de Serviço					
2.1. Plano de manutenção	Cumprimento do plano de manutenção preventiva	ações executadas face ao previsto <80,00%	ações executadas face ao previsto ≥80,00% e <90,00%	ações executadas face ao previsto >90,00%	10,0%
2.2. Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (ano n)	AQA<97%	97% ≤ AQA< 99%	AQA ≥ 99%	15,0%
2.3. Neutralidade energética	Implementação do plano de neutralidade energética	Concursos para instalações com capacidade de produção <75% face ao previsto no PAO	Concursos para instalações com capacidade de produção ≥75% face ao previsto no PAO	Concursos para instalações com capacidade de produção ≥90% face ao previsto no PAO	25,0%
Avaliação Global					100,0%

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Os resultados verificados no ano de 2021 foram os seguintes:

Indicadores	Resultado	Avaliação	Modo de avaliação:			Ponderação	Ponderação ajustada	Atingimento
			Não atingido	Atingido	Superado			
1. Indicadores Financeiros								
1.1. Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	-3,07 p.p.	Superado	$\Delta \text{ PRC} > 0,10 \text{ p.p.}$	$0,10pp \leq \Delta \text{ PRC} \leq +0,10 \text{ p.p.}$	$\Delta \text{ PRC} < -0,10 \text{ p.p.}$	10,0%	13,3%	3
1.2. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	93%	Superado	$\text{DCDMA} > 105\%$	$95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$	$\text{DCDMA} < 95\%$	10,0%	13,3%	3
1.3. Limite ao endividamento	-11,5%	Superado	$\text{Endividamento} > 2\%$	$1,5\% \leq \text{Endividamento} \leq 2\%$	$\text{Endividamento} < 1,5\%$	10,0%	13,3%	3
1.4. Respeito prazos de pagamento	0 dias	Superado	$\text{PMP aumenta mais do que } 1 \text{ dia face ao ano anterior}$	$\text{PMP aumenta } 1 \text{ dia}$	$\text{PMP} \leq 60 \text{ dias}$	10,0%	13,3%	3
1.5. Rentabilidade	10,1%	Superado	$\text{Var} < -5\%$	$-5\% \leq \text{Var} \leq 5\%$	$\text{Var} > 5\%$	10,0%	13,3%	3
2. Indicadores Ambientais e de Serviço								
2.1. Plano de manutenção	92,70%	Superado	$\text{ações executadas face ao previsto} < 80,00\%$	$\text{ações executadas face ao previsto } 80,00\% \leq X < 90,00\%$	$\text{ações executadas face ao previsto} \geq 90,00\%$	10,0%	13,3%	3
2.2. Qualidade da Água Fornecida	99,50%	Superado	$\text{AQA} < 97\%$	$97\% \leq \text{AQA} < 99\%$	$\text{AQA} \geq 99\%$	15,0%	20,0%	3
Avaliação Global						100,0%	100,0%	3,0

O indicador 2.3 – Neutralidade energética não será avaliado em 2021, tendo a ponderação deste objetivo sido repartido pelos restantes objetivos em proporção da sua ponderação inicial.

A avaliação global do ano foi de 3,0, considerando-se assim uma avaliação global de OBJETIVOS SUPERADOS, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, onde todos os objetivos foram cumpridos, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados, pretendendo a empresa manter ou melhorar o desempenho alcançado para o ano de 2022.

Os indicadores em apreço serão objeto de auditoria pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa.

De entre a multiplicidade dos fatores que podem influenciar o desempenho e os resultados da empresa, destacam-se:

- O Meio Ambiente enquanto fonte de captação da água necessária à prestação do serviço público;
- As Vendas nas vertentes de clientes e consumidores e dos volumes;
- As Tarifas que, dependendo de entidades terceiras, devem assegurar as receitas necessárias à cobertura dos custos e dos investimentos necessários à prestação de serviços e à adequada remuneração do acionista;
- Os gastos e respetiva estrutura;
- A Gestão de Ativos;
- Competência e *know-how* dos recursos humanos;
- Acionista e Tutela Governamental.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJISPE).

O exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos *stakeholders*.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

A 31 de dezembro de 2021, o capital social da EPAL é de 150.000.000 euros integralmente detido pelo seguinte acionista:

Acionistas	%	Ações	Valor (Eur)
AdP-Águas de Portugal, SGPS SA.	100	30.000.000	150.000.000

O capital social da EPAL é constituído por 30.000.000 ações, todas nominativas, podendo revestir forma escritural e podendo ser tituladas.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

Nos termos do artigo 6.º dos seus estatutos, as ações da EPAL só podem ser transmitidas para entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.

A Administração da sociedade não tem conhecimento de nenhum acordo parassocial que possa conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras empresas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE).

No exercício de 2021 a EPAL não deteve participações sociais em nenhuma sociedade.

De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos órgãos sociais que detêm participações em outras empresas são os seguintes:

Nome	Cargo	Empresa onde detém a participação	% Capital social detido	Votos imputáveis
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Presidente do Conselho Fiscal	Navalho, Morais & Associado, SROC, LDA	24%	24%
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Vogal do Conselho Fiscal	Pemiforma – Consultoria e Formação, SA ⁽¹⁾	50%	50%
		Cerro da bia – Unipessoal, Lda.	100%	100%

(1) Detém participações indiretas nas empresas Be Approach 2 You, SA (33,33%) e 2Consult – Unipessoal, Lda. (100%)

Os restantes membros dos órgãos sociais não são titulares de participações sociais noutras entidades.

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE).

No exercício de 2021, a EPAL não participou na aquisição e ou alienação de participações sociais noutras entidades.

No ano em apreço a sociedade participou nas seguintes instituições de índole fundacional ou associativo:

- ANQIP - Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais;
- APCE - Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade;
- APMI - Associação Portuguesa de Manutenção Industrial;
- Associação FUTURESEA
- ATL - Associação Turismo de Lisboa;

- CEEP Portugal – Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral;
- Foundation for the Global Compact;
- IPQ – Instituto Português da Qualidade;
- IWA - Associação Internacional da Água;
- Lisboa E-Nova - Agência de Energia e Ambiente de Lisboa;
- Oeste Sustentável;
- PPA - Parceria Portuguesa para a Água;
- PSAT – Associação para Promoção de Segurança de Ativos Técnicos;
- PWN Lisboa;
- RELACRE;
- SWAN - Smart Water Networks Forum;
- W-SMART Association;
- WAMU-NET – Global Network of Water Museums;
- Water Footprint Network.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm ações nem obrigações da empresa.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.

Entre os titulares de participações, o acionista único Águas de Portugal SGPS e a Sociedade, existe uma relação de natureza comercial, que se materializa nos *fee's* de gestão faturados pela AdP SGPS, SA às suas participadas, entre as quais se inclui a EPAL.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado

São órgãos da sociedade, nos termos do artigo 7.º dos seus estatutos, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal ou Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas.

Junto do Conselho de Administração funciona o Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável.

Em termos de administração e supervisão, o modelo de governo é assegurado por um Conselho de Administração, e a respetiva fiscalização cometida ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas.

O modelo de governo da EPAL visa a transparência e a eficácia do funcionamento da empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Assim, o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, assim como de funções de natureza operacional, que consistem na gestão corrente da atividade. Já o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são responsáveis pelo exercício de funções de fiscalização da atividade da administração, das contas da Sociedade, dos sistemas de controlo e gestão de riscos e auditoria interna, avaliação das práticas e métodos contabilísticos e verificação de irregularidades.

As disposições que regulam a composição e funcionamento do Conselho de Administração constam do Capítulo III, Secção II, artigos 12.º a 17.º dos estatutos da empresa. As respeitantes ao Órgão de Fiscalização estão descritas no Capítulo III, Secção II, artigos 18.º e 19.º dos estatutos da EPAL.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre acionistas ou outras pessoas, por períodos de três anos, conforme previsto no artigo 9.º dos estatutos da sociedade. O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral é renovável, mantendo-se estes em efetividade de funções até à posse dos membros que os venham substituir.

Em 24 de junho de 2020, foi deliberado através de Deliberação Unânime por Escrito, proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2020-2022.

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
(Início - Fim)			Forma (1)	Data
2020-2022	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	DUE	24 de junho de 2020
2020-2022	Vice-Presidente	AdP SGPS SA	DUE	24 de junho de 2020
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	DUE	24 de junho de 2020

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

De acordo com o n.º 4 do artigo 8.º dos estatutos, as deliberações acionistas serão tomadas por maioria dos votos emergentes das ações presentes ou representadas na assembleia, sempre que a lei não exija maior número. Dado que a empresa tem um acionista único, todas as decisões são tomadas por unanimidade.

C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral para mandatos trienais, renováveis.

O Conselho de Administração, quando for constituído por cinco administradores, pode delegar a gestão corrente da sociedade numa comissão executiva de três membros escolhidos de entre os administradores eleitos, ou em qualquer caso, em um administrador delegado.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração serão preenchidas por cooptação até que, em Assembleia Geral, se proceda à competente eleição.

2. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, a administração é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege, que deve situar-se entre um mínimo de três e um máximo de cinco membros.

Compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade. O presidente do Conselho de Administração pode designar, de entre os administradores eleitos, um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Em 24 de junho de 2020, foi deliberado, através de Deliberação Unânime por Escrito, proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2020-2022.

Para o mandato 2020-2022 foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração:

Número estatutário mínimo e máximo de membros – 3/5

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2020-2022	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	24 junho 2020	EPAL, SA	Destino
2020-2022	Vice-Presidente	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	24 junho 2020	EPAL, SA	Destino
2020-2022	Vogal	Telma Susana Rodrigues Correia	Deliberação Unânime por escrito	24 junho 2020	EPAL, SA	Destino
2020-2022	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	24 junho 2020	EPAL, SA	Destino
2020-2022	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	24 junho 2020	EPAL, SA	Destino

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 29 de junho de 2020, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).

Não existem membros não executivos no Conselho de Administração da EPAL.

4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos (vide alínea j) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE).

Apresenta-se seguidamente o resumo dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração:

Presidente Executivo – José Manuel Leitão Sardinha

Nasceu a 26 de março de 1967

Habilitações Académicas

- Licenciado e Mestre em Engenharia do Ambiente, no ramo de Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa

Atividade profissional

- Iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais.
- De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração.

- Em março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004, data a partir da qual assumiu as funções de vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. até maio de 2012.
- Entre março de 2004 e maio de 2012 exerceu as funções de vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A..
- Entre junho de 2016 e junho de 2020 exerceu as funções de vogal executivo da Águas de Portugal, Serviços Ambientais, SA.
- Vogal (2004-2007 e 2007-2010) e Coordenador (2010-2013 e 2013-2016) do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros.
- Professor convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Membro Efetivo da Academia de Engenharia.
- Administrador executivo da Águas de Portugal, SGPS, SA, entre junho de 2015 e maio de 2020.
- Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde fevereiro de 2012.
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2015.
- Vice-Presidente executivo da Águas de Portugal, SGPS, SA, desde maio de 2020.

Vice-presidente Executivo - Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Nasceu a 14 de setembro de 1963

Habilitações Académicas

- Pós-Graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, pela Universidade Católica Portuguesa.
- Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Parte letiva do curso de Pós – Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Licenciatura em Direito – Menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional como jurista em 1986 no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. IP.
- Em 1991 foi Assessora do Gabinete do Ministro do Ambiente, Professor Doutor Carlos Borrego.
- Em 1993 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Dra. Teresa P. Gouveia.

- Em 1995 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente, Professora Doutora Elisa Ferreira.
- De 1999 a 2001 foi Consultora da Direção do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- Em 2001 foi Diretora do Departamento Jurídico do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- De junho de 2001 a abril de 2002 foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Professor Doutor Eduardo de Oliveira Fernandes.
- De abril de 2002 a janeiro de 2003 foi Chefe de Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, Dra. Dulce Franco.
- De janeiro de 2003 a setembro 2007 foi Vice-Presidente do Instituto da Água (INAG).
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, em representação do Instituto da Água.
- Membro da Comissão da Reserva Ecológica Nacional em representação do Instituto da Água.
- Em setembro de 2007 exerceu as Funções de direção jurídica no grupo AdP – Águas de Portugal.
- Em 2010, foi nomeada administradora executiva da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- De 30 de junho de 2015 a 23 de junho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da EPAL, S.A.
- De 30 de junho de 2015 a 28 de julho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2020.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde julho de 2020.

Vogal Executivo – Telma Susana Rodrigues Correia

Nasceu a 23 de junho de 1974

Habilitações Académicas

- Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
- Complementou a sua formação com diversos cursos:
 - Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais
 - Curso de Liderança para Alta Direção (Universidade Católica Portuguesa/ /FCEE)
 - Curso de Gestão Pública na Administração Local
 - CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública

Atividade Profissional

- Em 1995 ingressou na Câmara Municipal da Amadora, onde desempenhou as seguintes funções:
 - De 1995 a 2000, membro de gabinete de apoio pessoal da vereação e presidência;
 - De 2000 a 2006, como Adjunta do Presidente da Câmara Municipal da Amadora;

- De 2006 a 2011 foi Chefe de Divisão de Recuperação do Parque Habitacional Provado;
- De 2011 a 2018, como Diretora do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana.
- Entre 2018 e junho de 2020 exerceu funções como Subdiretora-geral das Autarquias Locais, destacando-se a conceção/implementação de ações estruturantes no domínio do planeamento urbanístico e do ordenamento do território, a conceção e implementação de documentos estratégicos de escala local e metropolitana, e o trabalho desenvolvido no quadro do processo de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Nesse período foi Representante da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública em Comissões constituídas para a concretização da transferência de competências para os Municípios no domínio das Áreas Portuárias, e colaboradora do grupo de trabalho para a construção e prossecução de uma Estratégia de Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública.
- Desde junho de 2020 é Vogal Executiva do Conselho de Administração da EPAL, S.A.
- Desde julho de 2020 é Vogal Executiva do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A

Vogal Executivo - Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Nasceu a 6 de agosto de 1968

Habilitações Académicas

- MBA da AESE/IESE da Universidade de Navarra e Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.
- Em simultâneo completou a sua formação com diversas pós-graduações: Program on Indian Economy and Management Practices no Indian Institute of Management, Ahmedabad; Marketing and Strategy Program na Michigan University; International Immersion Program no IESE/Madrid; "Programa Executivo de Elevada Performance" na "Nova School of Business"/Universidade Nova; "Avaliação Imobiliária" na ESAI; "Programa Avançado de Sustentabilidade Empresarial" e o "The 6 days MBA" no INDEG/ISCTE; "Programa Avançado de Gestão para Executivos", "Programa de Desenvolvimento em Liderança" e "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas" na Católica Lisbon School of Business & Economics.

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional, em 1995, no Grupo Luís Simões na área do planeamento e controle de gestão. Em 1997, passou a integrar os quadros do Instituto Nacional de Habitação, atual IHRU, onde foi diretor do Departamento de Estudos Económicos, Planeamento e Controle de Gestão.
- Administrador Executivo dos SMAS de Oeiras e Amadora, de setembro de 2004 a março de 2013.

- Assessor do Presidente da CM da Amadora com a supervisão e controlo financeiro das empresas participadas pelo município: SIMTEJO, SA, SANEST, SA e VALORSUL, SA.
- Assessor do Presidente do Conselho de Administração dos SMAS de Oeiras e Amadora na preparação e conclusão do processo de transformação dos SMAS numa entidade intermunicipal (SIMAS).
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Ciência Viva da Amadora e Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Marques de Pombal.
- Administrador Executivo da SANEST, SA, de abril de 2014 a junho de 2015.
- Vogal do Conselho de Administração da VALORSUL, SA, entre julho de 2010 e março de 2016.
- Diretor Municipal de Higiene Urbana do Município de Lisboa, de junho de 2015 a junho de 2016.
- Vogal do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA, desde junho de 2016.
- Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA, desde junho de 2016.

Vogal Executivo - Barnabé Francisco Primo Pisco

Nasceu a 9 de maio de 1957

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Engenharia Civil, Ramo de Hidráulica, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa (Portugal)
- Pós Graduação em Gestão Empresarial para Engenheiros, no ISCTE, Lisboa (Portugal)
- Mestrado em Hidráulica e Recursos Hídricos, Parte Curricular, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa (Portugal)
- Curso Geral de Gestão, na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (Portugal)

Atividade Profissional

- Ingressou, em maio de 1983, como engenheiro civil nos SMAS da Câmara Municipal de Loures.
- De janeiro de 1985 a setembro de 1987 exerceu funções de Chefe de Divisão de Exploração de Águas nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures com responsabilidades na apreciação de projetos, coordenação e fiscalização de obras de captação, adução e distribuição de água.
- De novembro de 1987 e até fevereiro de 1991, também nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures, assumiu as funções de Chefe de Serviço de Águas e Saneamento com responsabilidades de coordenação das divisões de exploração de esgotos, de exploração de águas, de tratamento de águas potáveis e residuais.

- De março de 1991 a abril de 1992 foi responsável pela Delegação Sul da MAIAPLAS na coordenação e supervisão do fornecimento de tubagem, incluindo funções nos domínios do marketing e área técnico-comercial.
- De maio de 1992 e até 1996 passou a exercer funções de Diretor Comercial da MAIAPLAS com responsabilidades de coordenação e supervisão dos contratos de fornecimentos e apoio pós-venda aos clientes na área do gás, elaboração de propostas, de estudos de soluções alternativas a projetos e coordenação e chefia da equipa técnico-comercial.
- De junho a setembro de 1996 foi Consultor Principal na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA no projeto de Reabilitação Urbana da Área de Lobito e Benguela, financiado pelo Banco Mundial.
- De outubro de 1996 a outubro de 1997 desempenhou funções como Diretor Técnico da Construções Moreira e Cavacas Lda, com responsabilidades na elaboração de estudos de soluções alternativas a projetos, bem como orçamentação de obras de maior complexidade.
- Desde novembro de 1997, na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, assumiu as funções de Chefe de Setor de Apoio Técnico a Clientes, até junho de 1999. Altura em que passa a Diretor Adjunto da Direção de Gestão de Clientes função que exerceu até maio de 2000. Em junho de 2000 é nomeado Diretor da Direção da Rede de Lisboa função que exerce até dezembro de 2001. De janeiro de 2002 a julho de 2006 é responsável pelo Departamento de Manutenção da Distribuição e em agosto de 2006 é nomeado Diretor da Direção de Compras e Logística, cargo que manteve até junho de 2016.
- Entre junho de 2016 e julho de 2020, foi Vogal Executivo do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA.
- Vogal Executivo do Conselho de Administração da EPAL, SA desde junho de 2016

5. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).

Os membros do órgão de administração da sociedade, atualmente em exercício de funções, não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse. No que respeita à comunicação de inexistência de conflitos, os membros do órgão de administração deram cumprimento ao disposto no Estatuto de Gestor Público, no que respeita a esta matéria, ao disposto do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ainda à Recomendação do CPC de 7 de novembro de 2012.

Foram colocados na plataforma do SIRIEF os comprovativos de entrega das declarações referidas junto da Inspeção Geral de Finanças, bem como junto do Conselho Fiscal, que igualmente se apresentam no anexo 4 do presente relatório.

6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

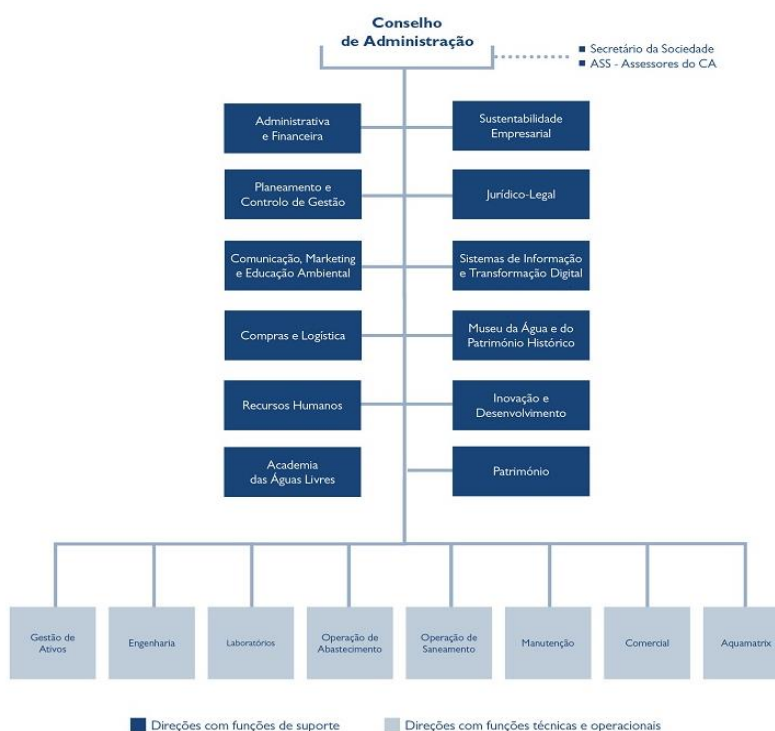
Nenhum dos membros do Conselho de Administração detém relações familiares ou comerciais com o acionista.

O presidente do Conselho de Administração, José Manuel Leitão Sardinha, e a vice-presidente do Conselho de Administração, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, mantêm uma relação profissional com o acionista, na medida em que pertencem ao seu quadro de pessoal.

Para além das identificadas, a sociedade desconhece a existência de outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas.

7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.

Organograma:



Os pelouros foram constituídos em reunião de 29 de setembro de 2021, sendo que atualmente são os seguintes:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- Secretário da Sociedade
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- DID – Direção de Inovação e Desenvolvimento
- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Vice-Presidente – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- LAB – Direção de Laboratórios
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão
- JUR – Direção Jurídico-Legal

Vogal – Barnabé Francisco Primo Pisco

- ENG – Direção de Engenharia
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DCM – Direção Comercial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital
- DAQ – Direção do AQUAmatrix

Vogal – Telma Susana Rodrigues Correia

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DCL – Direção de Compras e Logística
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- DPT – Direção do Património

A delegação de competências da EPAL, nomeadamente a Ordem de Serviço n.º 6 (atualmente na sua Edição n.º 10), foi aprovada em sede de reunião de Conselho de Administração de 1 de julho de 2020.

A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, o qual se aplica a todos os responsáveis hierárquicos.

Como princípios gerais encontra-se estabelecido que os responsáveis pela apresentação e aprovação de propostas de aquisição de bens e serviços de que resultem encargos para a Empresa têm a

responsabilidade de verificar a existência de suporte orçamental adequado, sendo que a ausência desse suporte implica obrigatoriamente a intervenção do Conselho de Administração.

Encontra-se expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados na Ordem de Serviço em apreço.

Nas situações de exercício de competências delegadas por decisão conjunta que envolvam membros do Conselho de Administração, quando por força de circunstâncias, recaiam num único Administrador as duas valências consideradas, deverá obrigatoriamente ser chamado a intervir um outro Administrador.

Encontra-se ainda exposto que todas as matérias ou assuntos omissos são da competência do Conselho de Administração.

A delegação de competências, ao nível dos limites materiais, encontra-se estabelecida da seguinte forma, no que à aquisição de bens, serviços e investimentos respeita:

- Aquisição de bens móveis, materiais e serviços:
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 2.000 euros – Responsáveis de Área
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento
 - Até 10.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 25.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 25.000 euros – Conselho de Administração
- Empreitadas constantes no Plano de Atividade de Investimento:
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento de Direções específicas
 - Até 25.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 150.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 150.000 euros – Conselho de Administração

8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas

O Conselho de Administração deve fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, que deverá ser no mínimo mensal, e reúne-se extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, o qual procederá à convocação por sua iniciativa ou a requerimento de outro administrador ou do conselho fiscal. Em 2021 realizaram-se 50 (cinquenta) reuniões do Conselho de Administração:

Gestor	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
José Manuel Leitão Sardinha	4	Sim	46 em 50
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	-	n.a	50 em 50
Telma Susana Rodrigues Correia	1	Sim	49 em 50
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	1	Sim	49 em 50
Barnabé Francisco Primo Pisco	20	Sim	30 em 50

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdP – Águas de Portugal SGPS	Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vice- Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
Telma Susana Rodrigues Correia	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco	Não exerce cargos em acumulação	-	-

c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

O Administrador com funções executivas é avaliado, anualmente, pelos acionistas, em sede de Assembleia Geral, através da avaliação dos objetivos anuais de gestão definidos para o respetivo mandato.

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

O Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável foi nomeado através de Deliberação Unânime por Escrito, de 7 de dezembro de 2020, para o mandato 2020-2022, sob proposta do Conselho de Administração, sendo constituído por personalidades de reconhecida competência nas áreas de sustentabilidade:

- Prof. Fernando José Pires Santana (falecido em janeiro de 2021)
- Prof. Manuel Duarte Pinheiro
- Prof.^a Maria Paula Batista Antunes

Compete a este órgão dar pareceres e formular recomendações acerca da sustentabilidade das atividades da empresa e, nomeadamente, sobre o impacto ambiental de novos grandes empreendimentos, ligados ao ciclo da água, tendo especialmente em atenção as normas de qualidade da água e segurança dos adutores.

Os membros do Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável não auferem qualquer remuneração.

Durante o ano de 2021 não foram desenvolvidas quaisquer atividades no seio deste órgão.

Não existem outras Comissões no seio dos órgãos de administração ou supervisão.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, foram nomeados o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2019-2021.

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, conforme for decidido, nos termos da lei pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais efetivos, e um suplente, todos eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo ser reeleito por uma ou mais vezes.

2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato seguinte:

Nomeado em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, o Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	AG	05-04-2019
2019-2021	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	05-04-2019
2019-2021	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	AG	05-04-2019
2019-2021	Vogal Suplente	Luis Miguel Barros Martins Damas	AG	05-04-2019

Número estatutário mínimo e máximo de membros – 3 membros efetivos e 1 membro suplente

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Os membros do Conselho Fiscal estão nomeados para o segundo mandato na sociedade.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Órgão de Fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos.

Presidente: Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Nasceu a 15 de fevereiro de 1969

Habilitações Académicas:

- Doutora em Gestão de Empresas (especialização em Contabilidade) pelo ISCTE (1996-2000)
- Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE (1994-1996);
- Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1987-1992)
- Revisor Oficial de Contas, inscrita em março de 2006, na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o número 1227, e na CMVM sob o número 20160838

Atividade Profissional:

- Vice-Presidente do ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (desde 2018)
- Professora Catedrática do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (desde 2019)
- Professora Associada (de 2012 a 2014) e Professora Associada com Agregação do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (de 2014 até 2019)
- Professora do ISCTE – IUL (de 1992 até 2012)
- Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística (de 2013 a 2019)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (de 2009 a 2017)
- Representante de Portugal no Accounting Regulatory Committee e no Accounting Directive Committee (2016 e 2017)
- Presidente do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, SA (desde 2019)
- Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta (desde 2019)

Vogal Efetivo: Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Nasceu a 18 de junho de 1971

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa (1989-1995)
- Revisor Oficial de Contas, inscrito em abril de 2008 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o número 1353 e na CMVM sob o número 20160963
- Contabilista Certificado, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o número 31509
- Economista, inscrito na Ordem dos Economistas sob o número 7619

Atividade Profissional:

- Consultor da empresa António Borges – Consultores Associados, S.A. (de 1995 a 2004)
- Auditor na sociedade António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (de 1995 a 2015)
- Gerente na sociedade Auto Colibri – Reparações Auto, Lda. (de 1997 a fevereiro de 2012)
- Gerente na sociedade Auto Jardim de Lisboa – Automóveis de Aluguer, Lda. (de 1997 a fevereiro de 2012)
- Vogal do Conselho de Administração na sociedade JMTC – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (de 1998 a 2005)
- Vogal do Conselho de Administração na sociedade Auto Jardim do Algarve – Automóveis de Aluguer S.A. (de 2005 a 2007)
- Desde 2012 desempenha, a título individual, funções de revisão/auditoria de contas e serviços relacionados e conexos com a atividade.
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (desde 2017 a maio 2021)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. e Águas do Centro Litoral, S.A. (desde 2017)
- Vogal do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (desde 2018)
- Administradora Não Executiva e vogal da Comissão de Auditoria da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (desde maio de 2019)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde janeiro 2020)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde janeiro 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (desde maio 2021).

Vogal Efetivo: Eduardo José Santos Clemente

Nasceu a 13 de outubro de 1957

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa, frequentado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
- Contabilista Certificado, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o número 15248

Atividade Profissional:

- 1986 - 1990 - exerceu funções na área da contabilidade e compras de uma empresa ligada ao ramo da hotelaria, denominada por Hotel Algarve

- 1989 - 1990 - exerceu funções na área da contabilidade de uma empresa alemã, do ramo da construção civil, especializada em sondagens e fundações e denominada por GKNK Keller
- 1995 - 1996 - exerceu funções de professor no ensino Secundário
- 1990 - 1996 - exerceu funções na área da contabilidade e controlo de gestão, de uma empresa ligada ao ramo da construção civil, denominada por Turcopol
- Desde 1996 até à presente data - Quadro Superior da DGTF, tendo exercido funções na Divisão de Garantias e Empréstimos do Estado; na Direção de Recursos Humanos e Financeiros; na Divisão de Participações do Estado e de Coordenação Orçamental e Bonificações, e na Divisão de Regularização de Responsabilidades, tendo exercido ainda funções como formador da DGTF
- De 2015 a 2018 – Vogal do Conselho Fiscal da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA
- Exerce, desde 2018, o cargo vogal do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
- Exerce, desde 2021, o cargo de vogal dos Conselhos Fiscais da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. e da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.

Vogal Suplente: Luis Miguel Barros Martins Damas

Nasceu a 2 de setembro de 1975

Habilitações Académicas:

- Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em Portugal, com o número 1.326
- Técnico Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em Portugal, com o número 50.479
- Auditor inscrito no Colégio dos Auditores, da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, com o número 72/AC/OCAM/2014
- Licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal (2001).

Atividade Profissional:

- Participação em diversos trabalhos de Auditoria Financeira, Revisão Legal de Contas e Serviços relacionados, e também trabalhos de Consultoria nas áreas administrativa e financeira em Portugal, Angola e Moçambique

- Atualmente exerce as funções de Revisor Oficial de Contas a título individual, sendo membro de diversos Conselhos Fiscais e Fiscal Único de empresas de diferentes sectores de atividade
- 2019 – Sócio da sociedade Luís Miguel Damas & Associado, SROC, Lda.
- 2016 - 2018 – Controlador Relator da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- 2013 - 2019 – Diretor Geral da PKF Moçambique – Auditores e Consultores, Limitada
- 2009 - 2018 – Sócio da PKF & Associados, SROC, Lda.
- 2004 - 2009 – Diretor na Sousa Santos & Associados, SROC, Lda.
- 1999 – 2004 – Auditor na Divisão de Auditoria e Assessoria Financeira da PricewaterhouseCoopers

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

A empresa não dispõe de auditor externo, pelo que este ponto não é aplicável.

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não detêm outras funções adicionais.

Não existe Comissão para as Matérias Financeiras

6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal são considerados independentes, visto não estarem associados a qualquer grupo de interesse específico na Sociedade, nem serem titulares ou atuarem por nome ou conta de titulares de participações na empresa.

7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável.

O Conselho Fiscal tem o dever de:

- a) Assistir às assembleias gerais e às reuniões da administração para que o presidente da mesma os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- b) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções;
- d) Dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
- e) Informar, na primeira assembleia que se realize, de todas as irregularidades e inexatidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções;
- f) Registar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
4	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal	Não se verificaram ausências
6	Meios telemáticos	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal; Revisor Oficial de Contas; Responsável Financeiro da EPAL	Não se verificaram ausências
4	Meios telemáticos	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal	Não se verificaram ausências

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

Presidente do Conselho Fiscal - Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Exerce em empresas do Grupo Águas de Portugal o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, SA. Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce o cargo de Vice-Presidente do ISEG – Lisbon School of Economics & Management e Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta.

Vogal do Conselho Fiscal - Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Exerce em empresas do Grupo Águas de Portugal o cargo de Vogal do Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, e o cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal na Simarsul e Águas do Centro Litoral. Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce o cargo de Administradora não Executiva e vogal da Comissão de Auditoria da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e os cargos inerentes à sua profissão de Revisor Oficial de Contas.

Vogal do Conselho Fiscal - Eduardo José Santos Clemente

Não exerce cargos em outras entidades do Grupo Águas de Portugal. Fora do Grupo exerce o cargo de Vogal do Conselho Fiscal da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E. (ULS da Guarda, E.P.E.) e da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., (ULS de Castelo Branco, E.P.E.).

Vogal Suplente do Conselho Fiscal – Dr. Luís Miguel Barros Martins Damas

Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce os cargos inerentes à sua profissão de Revisor Oficial de Contas.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019. Assim, o Revisor Oficial de Contas da EPAL para o mandato 2019-2021 é:

Mandato	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por	183	20161485	AG	5 de abril de 2019	Sim	3	3.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	24 de março de 2021	Sim	2	2.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 de abril de 2019	Sim	3	3.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.

Nos termos da legislação em vigor, designadamente no artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, nas entidades de interesse público, o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua primeira designação.

Os procedimentos e critérios aplicáveis para a definição de uma política de rotatividade do Revisor Oficial de Contas têm subjacente a limitação máxima do período legal, assim como a indicação por parte do Conselho Fiscal, ao acionista, da proposta de indicação do Revisor Oficial de Contas.

Estando a empresa inserida num grupo económico, o procedimento instituído passa por:

- Consulta pública a vários interessados, mediante apresentação de convite para apresentação de proposta;
- Submissão dos Revisores Oficiais de Contas, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, aos Conselhos Fiscais das empresas integrantes do Grupo Águas de Portugal, para avaliação;
- Indicação por parte dos Conselhos Fiscais da proposta de nomeação dos Revisores Oficiais de Contas, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, à Assembleia Geral;
- Nomeação pela Assembleia Geral dos Revisores Oficiais de Contas, e/ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, para os respetivos mandatos

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

Por proposta do Conselho Fiscal da EPAL, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 5 de abril de 2019, para assumir essas funções, tendo sido deliberado que fosse atribuída uma remuneração a acordar entre as partes, a qual não pode em caso algum exceder o valor correspondente a 35% da remuneração ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do despacho SET 155/2018, de 28 de março.

O valor acordado a atribuir no exercício de 2021 resultou uma remuneração anual de 13.182 euros, inferior assim ao limite estabelecido.

Nome	Remuneração Anual 2021 (€) Bruta
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.	13.182
	13.182

Informa-se ainda que este foi o terceiro ano em exercício efetivo da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., nas funções de Revisor Oficial de Contas, apresentando-se o quadro seguinte com a informação aplicável:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.	183	20161485	AG	5 de abril de 2019	Sim	3	3.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	24 de março de 2021	Sim	2	2.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 de abril de 2019	Sim	3	3.º ano de exercício

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., assim como o ROC que a representa, não prestaram quaisquer outros serviços à sociedade durante o ano de 2021.

F. Conselho Consultivo

1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A sociedade não dispõe de Conselho Consultivo.

G. Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

A EPAL não dispôs em 2021 de Auditor Externo.

2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Por não dispor de Auditor Externo, a empresa não tem definidas políticas para a função de auditor externo.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Por não dispor de Auditor Externo, este ponto não é aplicável.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:

Por não dispor de Auditor Externo, este ponto não é aplicável.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.

Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 8.º dos estatutos da sociedade cabe à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.

A EPAL dispõe de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Código de Ética e Conduta, o Sistema de Responsabilidade Empresarial e os Planos de Gestão de Risco, nomeadamente o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A atuação da EPAL, enquanto empresa que presta um serviço público, tem-se pautado por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso da empresa, órgãos sociais, trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, independentemente do seu vínculo laboral, em prosseguir a missão com rigor, transparência, diálogo e ética.

Mais do que um compromisso, este código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua da EPAL que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, podendo fazer chegar contributos à Comissão de Ética do grupo AdP, através do endereço de correio eletrónico eticaadp@adp.pt.

Este código referencia, ainda, a existência de uma Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, a qual foi constituída em 2010, com o objetivo de acompanhar, com isenção e independência, as atividades desenvolvidas pelos órgãos sociais de cada Sociedade, a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta em todas as empresas do Grupo. A Comissão é constituída por 5 (cinco) membros e pode ser contactada através do correio electrónico eticaadp@adp.pt.

No Plano de Gestão de Risco Corrupção e Infrações Conexas da EPAL, o qual se encontra publicado no sítio da empresa, na internet, e disponível a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, são descritos

como meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, os já referidos no âmbito do Código de Ética e Conduta.

A EPAL adotou o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), tendo aprovado em reunião de Conselho de Administração de 7 de maio de 2018, a política de proteção de dados pessoais, de conhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos clientes e fornecedores, encontrando-se publicitada para consulta no sítio da empresa, endereço <https://www.epal.pt/EPAL/menu/clientes/contrato-de-abastecimento-de-água/proteção-de-dados>

A adoção e o cumprimento do RGPD manifesta o empenho da EPAL e dos seus órgãos sociais no cumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, da segurança e da privacidade da informação, de modo a proteger os dados pessoais e a privacidade dos seus titulares.

A EPAL é responsável pelo tratamento de dados pessoais, tendo sistematizado as finalidades e os meios de tratamento dos mesmos. Por conseguinte, o exercício de direitos por parte dos titulares de dados pessoais devem ser endereçados para o Encarregado da Proteção de Dados, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, através do correio eletrónico epd.epal@adp.pt, ou por escrito, para Encarregado de Proteção de Dados da EPAL, Avenida da Liberdade, nº 24, 1250-144 Lisboa.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a EPAL adotou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência. Conforme previsto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, anualmente é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, o qual é remetido à Unidade Técnica (UTAM) e publicitado no seu sítio de internet em: <http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestão-de-riscos-de-corrupção-e-infrações-conexas>

Por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pela administração e pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

Face às recomendações do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, a entrada em vigor no início de 2018 da nova redação do Código dos Contratos Públicos (CCP), e das orientações da AdP, SGPS, SA, passaram a ser subscritas declarações de inexistência de conflito de interesses, antes do início de funções, pelos membros do júri e todos os demais intervenientes em cada processo de análise/avaliação de propostas, designadamente peritos e pelo Gestor de Contrato.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).

"Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade." COSO 2013

A EPAL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade) e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na empresa.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores e trabalhadoras recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, para que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 foram mapeados 20 subprocessos e processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora, o trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída em 2022. Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno da EPAL e AdVT, que integra os processos e subprocessos mapeados na primeira fase e as respetivas matrizes de riscos e controlos (MRC), em 2022, o Manual será revisto por forma a integrar os novos processos e subprocessos mapeados e revistos, as respetivas matrizes de riscos e controlos (MRC) e as Métricas de Avaliação do SCl definidas.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da empresa, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno.

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco, em vigor no Grupo AdP e na EPAL, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



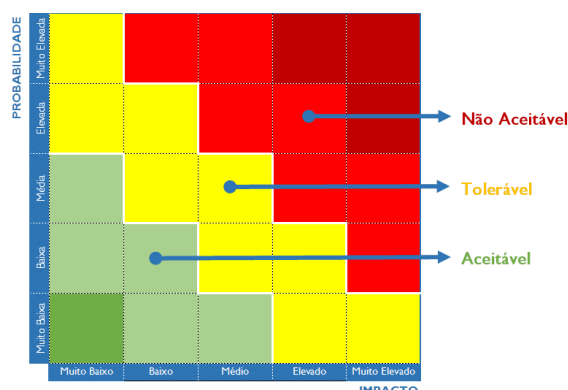
2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

A Direção de Sustentabilidade Empresarial (DSE) é a Direção da Empresa que tem por missão a gestão do processo de identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, e a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

De acordo com a metodologia implementada, os níveis de risco classificados como “Aceitável”, e que por tal traduzem implicitamente a Política de Risco do Grupo AdP, voltam a ser reapreciados no ciclo seguinte de avaliação.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), o prazo de tratamento associado e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Para os riscos classificados como “Tolerável”, os Planos de Tratamento dos Riscos têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 12 meses seguintes. Para os riscos classificados como “Não Aceitável”, os Planos de Tratamento dos Riscos têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 6 meses seguintes.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizadas periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Identificam-se de seguida algumas das medidas previstas aquando do tratamento dos riscos identificados:

- Implementação de medidas que visam a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental, como a renovação e melhoria dos ecocentros;
- Concretização do plano de investimentos para a reabilitação de condutas inseridas na rede de distribuição;
- Elaboração de planos de contingência;
- Articulação e planeamento com Entidades externas para situações de catástrofe e participação em exercícios;
- Implementação do PESI – Plano Estratégico de Sistemas de Informação;
- Potenciar a utilização dos sistemas de videoconferência para realização de reuniões com pessoas geograficamente afastadas;
- Desenvolvimento de projetos ao nível da economia circular e eficiência energética, nomeadamente o projeto “EPAL 0%”;
- Adequar e reforçar a formação dos recursos humanos de forma a potenciar o desenvolvimento das suas capacidades;
- Atualização da documentação normativa interna, de cariz operacional e organizacional;
- Adequar as exigências contratuais e reforçar o acompanhamento dos contratos com os fornecedores mais importantes.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção de Sustentabilidade Empresarial, a Direção Financeira, a Direção Jurídico-Legal, a Direção de Gestão de Ativos e a Direção de Comunicação em áreas como a Legal, Operacional/Infraestrutura e Financeira e Reputacional.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

Em 2021, o processo realizado de avaliação anual da Gestão dos Riscos Empresariais para a EPAL englobou a análise de 52 riscos, estando ainda a decorrer a definição dos Planos de Tratamento dos Riscos envolvidos.

Na determinação do Risco Residual é tido em consideração o Nível dos Controlos que se encontram implementados na empresa e a sua eficácia na mitigação dos riscos, podendo ser classificados como:

- Bom – A generalidade dos controlos implementados apresenta um nível elevado de segurança, assegurando que os processos estão a ser realizados de forma eficaz e eficiente, pelo que é considerado adequado.
- Satisfatório – A generalidade dos controlos implementados apresenta um nível aceitável de segurança, assegurando que os processos estão a ser realizados de forma eficaz e eficiente.
- Insatisfatório – A generalidade dos controlos implementados não assegura que os processos estejam a ser realizados de forma eficaz e eficiente, sendo necessária a ação imediata por parte da gestão.

O nível de Aceitação do Risco, definido no modelo de Gestão do Risco Empresarial do Grupo AdP, contempla as seguintes classificações:

- Aceitável – riscos com uma classificação adequada face ao nível de Aceitação do Risco do Grupo AdP;
- Tolerável – riscos com uma classificação acima do nível considerado Aceitável para o Grupo AdP, carecendo de monitorização e aplicação de medidas de mitigação a curto prazo (até 12 meses);
- Não aceitável – riscos com uma classificação acima do nível considerado Aceitável e Tolerável para o Grupo AdP, carecendo de medidas imediatas para mitigação do risco associado (até 6 meses).

Assim, do processo de avaliação dos 52 riscos infra mencionados:

- 2 riscos residuais foram classificados como não aceitável;
- 29 riscos residuais foram classificados como toleráveis;
- 21 riscos residuais foram classificados como aceitáveis.

Residual	
GLOBAL	2021
Governança	
R111 Cultura empresarial	ACEITÁVEL
R112 Liderança	TOLERÁVEL
R113 Comunicação Interna	ACEITÁVEL
R114 Integridade e Valores Éticos	ACEITÁVEL
R115 Responsabilidade social	ACEITÁVEL
R116 Fraude	TOLERÁVEL
R121 Participações sociais	ACEITÁVEL
R122 Novos negócios e internacionalização	TOLERÁVEL
R123 Dispersão geográfica	ACEITÁVEL
R124 Gestão do conhecimento	TOLERÁVEL
R125 Gestão da inovação	TOLERÁVEL
R126 Relacionamento com stakeholders	ACEITÁVEL
R127 Reputação e imagem	ACEITÁVEL

Residual	
GLOBAL	2021
Estratégico	
R211 Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas	ACEITÁVEL
R212 Falha na ação climática	TOLERÁVEL
R213 Eventos climáticos extremos	TOLERÁVEL
R214 Desastres naturais	TOLERÁVEL
R215 Crises de recursos naturais	TOLERÁVEL
R221 Geopolítica	ACEITÁVEL
R222 Económica	ACEITÁVEL
R223 Social	ACEITÁVEL
R231 Resultados adversos dos avanços tecnológicos	ACEITÁVEL
R232 Rutura de infraestruturas de informação crítica	TOLERÁVEL
R233 Desigualdade digital	TOLERÁVEL
R234 Concentração do poder digital	TOLERÁVEL
R235 Falha das medidas de ciber segurança	TOLERÁVEL
R236 Segurança da informação	TOLERÁVEL
R237 Falha da governação tecnológica	TOLERÁVEL
R238 Plataforma tecnológica	ACEITÁVEL

	2021
Residual	
GLOBAL	
Operacional	
R311 Gestão de ativos	TOLERÁVEL
R312 Investimentos	NÃO ACEITÁVEL
R313 Segurança física das instalações	ACEITÁVEL
R321 Crédito e financiamento	ACEITÁVEL
R322 Taxa de juro	N/A
R323 Cambial e commodities	N/A
R324 Fundo de pensões	ACEITÁVEL
R325 Tesouraria	TOLERÁVEL
R326 Seguros	ACEITÁVEL
R331 Relações laborais, saúde e segurança no trabalho	TOLERÁVEL
R332 Funções e responsabilidades	ACEITÁVEL
R333 Gestão de talentos	ACEITÁVEL
R341 Capacidade instalada	TOLERÁVEL
R342 Capacidade técnica e humana	TOLERÁVEL
R343 Perdas de abastecimento em alta	NÃO ACEITÁVEL
R344 Perdas de abastecimento em baixa	TOLERÁVEL
R345 Infiltrações de saneamento em alta	N/A
R346 Energético	TOLERÁVEL
R351 Compras	TOLERÁVEL
R352 Fornecedores	TOLERÁVEL
R353 Faturação	TOLERÁVEL
R354 Clientes	ACEITÁVEL

	2021
Residual	
GLOBAL	
Conformidade	
R411 Conformidade legal	TOLERÁVEL
R412 Saúde pública	TOLERÁVEL
R413 Contratos de Concessão ou Gestão	N/A
R414 Regulação	TOLERÁVEL
Reporte	
R511 Gestão da informação	TOLERÁVEL

No contexto atual da empresa, não se identificaram com nível de risco residual elevado, ou não aceitável, quaisquer riscos de natureza económica, financeira e jurídica, ou seja, todos foram considerados no nível de risco aceitável ou tolerável (ver secção VI, ponto B, alínea 3).

Já ao nível da atividade operacional, foram considerados riscos toleráveis e/ou não aceitáveis (ver secção VI, ponto B, alínea 3), destacando-se como sendo de maior relevo os seguintes dois riscos a que a EPAL está exposta na sua atividade:

- **Investimentos**
Risco de perdas financeiras decorrente de uma inadequada gestão dos investimentos ou existência de incorreções processuais.
- **Perdas de Abastecimento em Alta**
Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento "em alta", com consequente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, operacional/infraestrutura, conformidade legal e reporte são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela empresa e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, são garantidas através dos controlos de IT implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, das auditorias externas semestrais efetuadas às demonstrações financeiras e o acompanhamento trimestral que é prestado pelos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da empresa onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.

Do conjunto de documentos normativos internos em vigor destacam-se os seguintes:

- Guia para fornecedores
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/fornecedores/c%C3%B3digos-e-manuais/guia-fornecedores.pdf?sfvrsn=10>
- Regulamento de Proteção de Dados Pessoais
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/clientes/contrato-de-abastecimento-de-água/proteção-de-dados>
- Regulamento de Funcionamento da Academia das Águas Livres
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/produtos-e-servi%C3%A7os/academia-%C3%A1guas-livres/regulamento-aal.pdf?sfvrsn=14>
- Código de Ética e Conduta
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/codigo-de-conduta-e-etica.pdf?sfvrsn=22>
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/gestão-de-riscos-de-corrupção/relatorio-sintese-2018.pdf?sfvrsn=56>
- Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/fornecedores/c%C3%B3digos-e-manuais/c%C3%B3digo-de-boas-pr%C3%A1ticas-de-higiene.pdf?sfvrsn=16>
- Acordo de empresa da EPAL
- Acordo Coletivo de Trabalho do grupo AdP
- Política e Regulamento de Subsídios Patrocínios e Donativos
- Manual de Inventariação do Acervo Documental a Cargo do CDHT
- Manual de Gestão de Inspeções de Infraestruturas
- Manual do Inventário de Infraestruturas
- Manuais de Exploração de Infraestruturas do Sistema de Abastecimento
- Manual de Caracterização do Sistema de Abastecimento da EPAL
- Manual de Gestão de Eventos de Crise
- Manual de HST- Higiene e Segurança do Trabalho
- Manual do Voluntariado
- Manual do SRE – Sistema de Responsabilidade Empresarial
- Regulamento para Acesso Externo ao Acervo Documental Histórico a cargo do CDHT da EPAL
- Regulamento de Segurança e Utilização de Sistemas de Informação
- Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização de Viaturas de Serviço
- Regulamento de Visitas às Infraestruturas Operacionais
- Regulamento Interno de Acesso, Circulação e Estacionamento de Veículos em Recintos e Instalações da Empresa
- Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis e Acessórios de acesso remoto à internet

- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica EPAL (atualizada em 2021)
- Ordem de Serviço - Centros de Responsabilidade e Centros de Custos
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros (atualizado em 2021)
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências
- Comunicação de Serviço – Missão da EPAL
- Comunicação de Serviço – Gestão de Conflitos de Interesses
- Comunicação de Serviço – Política de Gestão da EPAL
- Comunicação de Serviço – Política de Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas
- Comunicação de Serviço – Sistema de Comunicação de Assiduidade e Pontualidade
- Comunicação de serviço – Política de Segurança da Informação
- Comunicação de Serviço – Fluxos Informação nos procedimentos de locação de bens e aquisição de bens e serviços
- Comunicação de serviço - Cedência de Computadores a Trabalhadores no Âmbito do Processo de Substituição de Equipamentos
- Comunicação de Serviço- Pilares do Desenvolvimento Estratégico da Empresa
- Plano de Segurança da Água da EPAL
- Medidas de Autoproteção das instalações
- Plano de Contingência para a Pandemia COVID-19
- Plano de Conciliação e Igualdade de Género
- Regulamento de Fardamentos
- Manual de Controlo Interno da EPAL e AdVT
- Plano de Comunicação para Situações de Emergência da Qualidade da Água
- Situação Geral de Emergência – Comunicação com Entidades Externas

Os documentos normativos acima referidos encontram-se disponíveis na intranet da EPAL, na área das Normas e Manuais e na área do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

Os diplomas legais com incidência na atividade da EPAL, publicados em 2021, foram os seguintes:

- Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro - Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março;
- Despacho n.º 1897/2021 do Ministro do ambiente e ação climática- Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2021;
- Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro - Altera os sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e introduz medidas relativas à geração e recuperação dos desvios de recuperação de determinados gastos;
- Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril - Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março;

- Lei n.º 29/2021, de 20 de maio - Suspensão excecional e temporária de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto da pandemia da doença COVID-19;
- Lei n.º 30/2021, de 21 de maio - Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro.
- Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de Agosto - Altera o regime de revisão de preços nas empreitadas de obras públicas e obras particulares, de aquisição de bens e de serviços;
- Decreto-Lei n.º 70-A/2021, de 6 de Agosto - Estabelece as regras de garantia de fornecimento de serviços essenciais;
- Decreto-Lei n.º 96/2021, de 12 de novembro - Estabelece um regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública;
- Decreto-Lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro - Define, para o ano de 2022, as tarifas e demais valores cobrados no âmbito dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento.

2.Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE).

A atuação da EPAL, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Ética e Conduta expressa os compromissos da EPAL ao nível da ética, constituindo-se como um referencial orientador para apoiar as nossas pessoas na compreensão das normas éticas, da empresa e dar a conhecer aos nossos parceiros e outras partes interessadas os valores e princípios subjacentes à forma como desenvolvemos a nossa atividade.

O Código de Ética e Conduta da EPAL, atualizado em 2021, e disponível no sítio de internet da Empresa (<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/código-de-conduta-e-ética>), tem por objetivo definir o referencial ético da EPAL, ser uma referência, formal e institucional, para as atitudes e condutas profissionais de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras, tornando-se um padrão de relacionamento interno e com as partes interessadas externas, da EPAL, cimentar, na empresa, a existência

e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura partilhada, promover relações de confiança entre a empresa e os seus parceiros, reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e responder ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organização supranacionais.

Para além disso é entendimento da EPAL, que todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Para a EPAL é essencial promover uma boa relação e comunicação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, incentivando-os à adoção de compromissos e de práticas sustentáveis, em toda a sua abrangência, bem como de padrões conscientes de qualidade, ética, conduta e transparência, idênticos aos, por si, preconizados e praticados.

Esta partilha da cultura e valores associados à transparência, qualidade e sustentabilidade, contribuem para o desenvolvimento sustentável da EPAL e dos/as seus/suas Fornecedores/as e Prestadores de Serviços, criando valor para ambas as partes, concretamente no que concerne à melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores e trabalhadoras e, por inerência, criando um impacto positivo na comunidade ao nível da saúde pública da população abrangida.

Na página da internet dedicada aos Fornecedores, foi publicado em 2019 o documento “Guia para Fornecedores”, que define um conjunto de requisitos e de regras específicas, relacionadas com o ambiente, a energia, a segurança e saúde no trabalho, a qualidade e a gestão dos ativos, contribuindo para o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis e para o desenvolvimento sustentável de ambas as partes, de forma compatível com as disposições contratuais entre cada um dos fornecedores e a EPAL.

O Guia para Fornecedores pode ser encontrado no endereço - <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/fornecedores/c%c3%b3digos-e-manuais/guia-fornecedores.pdf?sfvrsn=10>

Nas peças usados em procedimentos de contratação, no campo “Obrigações Principais do Prestador Serviços” existe uma alínea que refere a obrigação de cumprir, e fazer cumprir, pelo seu pessoal e pelos/as seus/uas subcontratados/as as disposições constantes da Política de Gestão, na parte aplicável, do “Guia para Fornecedores” e das disposições constantes do contrato e do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais em vigor, disponíveis para consulta no sítio da internet da EPAL, no endereço - <https://www.epal.pt/EPAL/menu/clientes/contrato-de-abastecimento-de-água/proteção-de-dados>

No que concerne aos comportamentos éticos e deontológicos preconizados no Código de Ética e Conduta, são tratados equitativamente, os trabalhadores e as trabalhadoras da empresa, sem distinção em termos

de níveis hierárquicos; os/as clientes, independentemente dos seus perfis de consumo; e os/as fornecedores/as, quaisquer que seja o seu vínculo contratual.

A divulgação do código de ética da EPAL é feita através da sua página da internet, disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/código-de-conduta-e-ética> para todas as entidades externas, e a divulgação junto dos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa é efetuada ainda na intranet da EPAL, cujo acesso é livre para todos os colaboradores.

3. Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRIC (vide artigo 46.º do RJSPE).

Foi adotado em 2009 (versão atual) na empresa um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (www.epal.pt), no link - <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/gestão-de-riscos-de-corrupção/plano-contr-a-corrupção.pdf?sfvrsn=20>.

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura do grupo e dos respetivos/as colaboradores trabalhadores/as no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores/as e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

Em conformidade com o definido no artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas passam também a estar obrigadas à elaboração de um relatório anual das ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. Não obstante, a EPAL, desde 2010, submete anualmente, à CPC e ao seu acionista, os resultados da sua monitorização interna, elaborando um relatório síntese relativo ao ano de 2021 que se encontra disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

Registe-se ainda que em 2021, a EPAL, subscreveu a Call to Action Anticorruption do United Nations Global Compact e aderiu à Campanha Portuguesa Anticorrupção, patrocinada pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial e a GCNP – Global Compact Network Portugal. Adicionalmente, durante 2021 foi emitida uma nova revisão do Código de Ética e Conduta.

A EPAL reforçou assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresa, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

Não foram prestadas quaisquer garantias financeiras nem assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

O grau de execução dos objetivos fixados, bem como a justificação de desvios e eventuais medidas corretivas são publicados anualmente nos Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário da entidade, os quais são disponibilizados no respetivo sítio da internet.

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

Os Planos de atividades e orçamento anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, são disponibilizados no sítio da Empresa - <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-atividades-e-or%C3%A7amento> - e na plataforma do SIRIEF.

d) Orçamento anual e plurianual;

O orçamento anual e plurianual é disponibilizado no sítio da Empresa - <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-atividades-e-or%C3%A7amento> - e na plataforma do SIRIEF.

e) Documentos anuais de prestação de contas;

Os documentos anuais de prestação de contas são disponibilizados na plataforma do SIRIEF e no sítio da empresa - <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-e-contas>.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Os relatórios trimestrais de execução orçamental, devidamente acompanhados do relatório dos órgãos de fiscalização, são disponibilizados na plataforma do SIRIEF e no sítio da empresa - <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/governo-da-sociedade>.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).

Ao abrigo das obrigações de divulgação de informação, previstas no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 (RJSPE), a empresa procede em conformidade, através da publicitação da informação em causa no seu site (www.epal.pt), nomeadamente dos documentos anuais de prestação de contas:

- Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-e-contas>
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-do-governo-societ%C3%A1rio>
- Planos de atividades e orçamento
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-atividades-e-or%C3%A7amento>
- Relatórios trimestrais de execução orçamental.
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/governo-da-sociedade>

Os documentos referidos dão integral cumprimento aos deveres de transparência a que a Empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e de desenvolvimento

sustentável, bem como em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo,

Cumpra igualmente os deveres de informação a que se encontra sujeita, designadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira na plataforma do SIRIEF.

E. Sítio na Internet

O endereço do sítio da Internet da EPAL é www.epal.pt

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 53.º do RJSPE):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

<http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

<http://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/estatutos-da-epal.pdf>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/órgãos-sociais>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-e-contas>

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

Não aplicável à EPAL, na medida em que o Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, estabelece os princípios respeitantes à prestação do serviço público de abastecimento de água, tal como definido no Decreto-Lei n.º 190/81, de 4 de julho.

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Não aplicável à EPAL, na medida em que esta não recebeu quaisquer apoios financeiros do Estado nos últimos três exercícios.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).

O Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, estabelece os princípios respeitantes à prestação do serviço público de abastecimento de água, tal como definido no Decreto-Lei n.º 190/81, de 4 de julho.

2. Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos:

- Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;
- Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;
- Critérios de avaliação e revisão contratuais;
- Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;
- Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;
- Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.

A empresa deve prestar evidência do seguinte:

- a) Que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*
- b) Que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*
- c) Que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE*

Não aplicável à EPAL.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa.

Os órgãos estatutariamente competentes para a determinação das remunerações dos órgãos sociais são a Assembleia Geral e a Comissão de Vencimentos.

A remuneração dos dirigentes é definida pelo Conselho de Administração, atentas as restrições legais aplicáveis.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

De acordo com os procedimentos instituídos na EPAL, aquando da apresentação de despesas realizadas pelos próprios, a Direção Administrativa e Financeira garante, antes de proceder ao respetivo pagamento, que a mesma foi visada e aprovada por um membro do Conselho de Administração diverso do beneficiário.

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Sem prejuízo das competências da assembleia geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Comissão de Vencimentos da EPAL, eleita por deliberação unânime por escrito de 24 de julho de 2020, tem a seguinte composição:

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio à Comissão.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da EPAL, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do setor público e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março.

A política remuneratória dos órgãos sociais da EPAL, comum à das empresas do grupo Águas de Portugal, segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 19 de março, à definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a EPAL uma empresa com classificação “A”;
- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da EPAL.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.

Por deliberação unânime por escrito de 23 de novembro de 2020, foi aprovada a política remuneratória dos órgãos sociais da empresa eleitos para o mandato 2020-2022, com respeito pela legislação em vigor, relativa às remunerações dos órgãos sociais das empresas públicas, com efeitos à data de nomeação (24 de junho de 2020), observando o disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Foi deliberado ainda que a política remuneratória dos órgãos de fiscalização da sociedade (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas para o mandato 2019/2021), fixada em Assembleia Geral de 5 de abril de 2019, se mantém inalterada.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Remuneração do Presidente: Senha de presença, no valor ilíquido de €650,00

Remuneração do Vice-Presidente: Sem remuneração

Remuneração do Secretário: Senha de presença, no valor ilíquido de €400,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. Sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento do lugar de origem, as remunerações são as seguintes:

Administradores executivos:

Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €5.722,75 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.289,10 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato

No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções

Vice-Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €5.150,47 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.060,19 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato

No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções

Vogais – Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €4.578,20 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €1.831,28 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato

No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções

Remuneração variável:

- Não está prevista a atribuição de remuneração variável para o mandato 2020-2022;

- Utilização de viatura de serviço, despesas de combustível e portagens:

Atribuição de viatura de serviço nos termos do regulamento de viaturas que, em cada momento, esteja em vigor no grupo Águas de Portugal, em observância dos custos máximos mensais de aluguer de viatura, fixados em Assembleia Geral da sociedade;

Pagamento das despesas mensais de combustível e portagens afetas à utilização de viatura de serviço fixadas nos termos em vigor, sendo presentemente de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação devidas de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa;

- Comunicações

Pagamento de gastos com chamadas por uso de telefone móvel de serviço, incluindo transmissão de pacotes de dados e internet, até ao montante máximo mensal fixado nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de €80,00, nos termos do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.

- Benefícios Sociais

Seguro de vida ou de acidentes pessoais e seguro de saúde nas condições fixadas e nos termos em vigor no grupo Águas de Portugal adicionados dos restantes benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa, nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

- Outros Benefícios

Pagamento de subsídio de refeição, por cada dia útil, nas condições em vigor no grupo AdP, em observância das disposições legais que em cada momento sejam aplicáveis.

Se o(a) gestor(a), acumulando funções em outra ou outras empresas do Grupo Águas de Portugal, deixar, por esse facto, e se for caso disso, de ser remunerado pela EPAL – Empresa Portuguesa das

Águas Livres, S.A., a remuneração indicada será faturada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, à EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., nas datas em que a mesma seja devida.

CONSELHO FISCAL

Presidente - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.602,37, pago catorze vezes ao ano. No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogais - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.201,78, pago catorze vezes ao ano. No caso do exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Valor a acordar entre a EPAL e o Revisor Oficial de Contas, não podendo, em caso algum, ultrapassar o valor correspondente a:

- 35% da remuneração anual ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, pago de acordo com a periodicidade prevista em contrato de prestação de serviços, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do Despacho SET n.º 155/2018, de 9 de março.

A todas as remunerações de todos os membros dos órgãos sociais serão aplicadas as reduções que estão ou vierem legalmente a ser determinadas.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório aprovado por Deliberação Unânime por escrito de 23 de novembro de 2020 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de remuneração variável.

4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório aprovado por Deliberação Unânime por escrito de 23 de novembro de 2020 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de remuneração variável.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório aprovado por Deliberação Unânime por escrito de 23 de novembro de 2020 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de remuneração variável.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório aprovado por Deliberação Unânime por escrito de 23 de novembro de 2020 não prevê benefícios complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente ao mandato iniciado em 24 de junho de 2020 foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	5.150,47	2.060,19
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	A	4.578,20	1.831,28

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
José Manuel Leitão Sardinha	107.587,70	0,00	107.587,70	5.379,40	102.208,30
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	96.829,00	0,00	96.829,00	4.841,00	91.988,00
Telma Susana Rodrigues Correia	86.070,16	0,00	86.070,16	4.303,80	81.766,36
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	86.070,16	0,00	86.070,16	4.303,80	81.766,36
Barnabé Francisco Primo Pisco	68.938,83	0,00	68.938,83	3.102,20	65.836,63
			445.495,85	21.930,20	423.565,65

Legenda: (1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros		
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Comunicações	Viaturas	Gastos com Desloc.
José Manuel Leitão Sardinha	7,14 €	1.749,30	Seg. Social	25.462,81	1.071,16	1.618,67	320,02	12.048,11	
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14 €	1.670,76	CGA /ADSE	20.434,86	1.451,44	1.456,59	318,97	9.176,22	
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14 €	1.477,98	CGA /ADSE	18.250,27	725,72	1.294,73	186,17	8.635,19	
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14 €	1.613,64	Seg. Social	20.326,89	1.451,44	1.294,73	359,48	10.809,97	
Barnabé Francisco Primo Pisco	7,14 €	1.128,12	Seg. Social	14.984,68	405,44	931,40	312,06	8.124,72	
		7.639,80		99.459,51	5.105,20	6.596,11	1.496,70	48.794,20	0,00
									50.290,90

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não aplicável. Não foram pagas aos membros do Conselho de Administração, durante o seu mandato na EPAL, quaisquer montantes por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório aprovado por Deliberação Unânime por escrito de 23 de novembro de 2020 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de remuneração variável.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Durante o ano de 2021 não se verificou a cessação de funções de nenhum administrador executivo da EPAL

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram a seguinte remuneração anual:

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes	24.035,55	1.121,40	22.914,15
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	18.026,70	841,40	17.185,30
Eduardo José Santos Clemente	18.026,70	841,40	17.185,30
			57.284,75

Legenda: (1) Vencimento (sem redução remuneratória)

(2) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) em 2021 encontra-se indicada no n.º 3 do ponto E do capítulo V. Órgãos Sociais e Comissões, tendo sido de 13.182 euros.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Os membros da Assembleia Geral não auferiram qualquer remuneração no ano em apreço.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2021 (€)
(Início-Fim)				Bruta (1)
2020-2022	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650,00	0,00
2020-2022	Vice- Presidente	AdP SGPS SA	-	0,00
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	0,00
				0,00

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As transações com partes relacionadas são analisadas pela sociedade, encontrando-se, sempre que aplicável, suportadas em procedimentos de contratação pública.

No que respeita aos mecanismos implementados pela EPAL para efeitos de controlo das transações das partes relacionadas, os mesmos resultam da elaboração de uma nota de encomenda anual, aprovada no início de cada ano e suportada nos contratos celebrados com as diversas entidades do Grupo, a qual não permite que sejam registadas despesas adicionais às aprovadas, exceto se resultarem de alterações contratuais posteriores e que serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da Empresa.

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação.

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

Incluem ainda os *fee's* de gestão aplicados pela AdP SGPS às empresas do Grupo AdP, que resultam dos serviços prestados relacionados com o desenvolvimento de funções de estratégia e gestão global, representação institucional e regulatório, comunicação e imagem corporativa, planeamento e controlo de gestão, auditoria, qualidade, inovação desenvolvimento de novos negócios e investimentos do Grupo. O racional económico da centralização destas funções corporativas e estratégicas na AdP SGPS está relacionado com a (i) uniformização das políticas do Grupo AdP e (ii) obtenção de economias de escala, beneficiando, ainda, do *know-how* adquirido e experiência da AdP SGPS, disponibilizando assim soluções adequadas e de elevado potencial, incorporando boas práticas de gestão e garantindo a prossecução dos objetivos do Grupo AdP.

Estas transações são adicionalmente objeto de consolidação mensal pelo acionista, para todas as empresas do grupo, sendo ainda elaborado anualmente um relatório anual dos preços de transferência, nos termos da legislação em vigor. O relatório de preços de transferência referente a 2021 será elaborado e apresentado observando os respetivos prazos legais.

Os saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021 foram:

2021	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simarsul, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.
Ativo														
Clientes	-	4.358	51.486	21.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos Rendimentos	1.419	-	-	2.136.951	9.656	15.009	23.204	-	-	-	-	-	10.110	-
Outras contas a receber	544	-	-	7.111.642	12.476	554	10.102	-	2.173	13.223	1.107	1.107	136.901	1.784
Total	1.964	4.358	51.486	9.270.031	22.132	15.563	33.306	-	2.173	13.223	1.107	1.107	147.011	1.784
Passivo														
Fornecedores	4.246	22.960	97.722	-	-	-	-	590	-	-	-	-	-	-
Acréscimos Gastos	186.120	658	-	1.225.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	4.076.560	-	-	-	-	-	453	-	-	-	-
Total	190.367	23.618	97.722	5.301.595	-	-	-	590	-	453	-	-	-	-
Rendimentos														
Vendas e prestações serviços	-	1.991	122.708	17.192.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1.209	12.154	12.313	66.418	113.720	179.151	50.419	60.958	13.819	11.950	1.500	10.595	237.604	5.550
Juros	3.131	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.340	14.145	135.022	17.258.994	113.720	179.151	50.419	60.958	13.819	11.950	1.500	10.595	237.604	5.550
Gastos														
Fornecimento e serv. Externos	3.090.683	658	-	966.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	-	630	-	480	(22.093)	1.740	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal afeto concessão	-	-	-	(9.812.321)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos	-	-	-	(15.646)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.090.683	658	630	(8.861.551)	480	(22.093)	1.740	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	37.577.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no presente relatório do Governo Societário (capítulo VII - D.).

As transações com partes relacionadas estão igualmente descritas na nota 33 do Anexo às Demonstrações Financeiras da EPAL incluídas no relatório e contas de 2021.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A EPAL segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente, as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio).

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habitação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de

saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado,

Não existiram, durante o ano de 2021, transações que não tenham ocorrido em condições de mercado. No âmbito da contratação intra-grupo, o relacionamento das empresas participadas do Grupo AdP com a AdP VALOR, Serviços Ambientais, S.A. e com a AdP ENERGIAS - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.. Também o modelo relacional vigente entre a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., e as empresas do grupo Águas de Portugal, designadamente a EPAL, é uma relação *in house*, nos termos do previsto no artigo 5.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das contraprestações relativas aos serviços técnicos de gestão e administração (fees de gestão) prestados às sociedades participadas nos termos do regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, com a redação vigente.

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Contribuinte	Valor (euros)	Entidade
513606130	18.196.545	ÁGUAS DO VALE DO TEJO
510306624	6.331.948	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
980245974	5.951.182	ENDESA ENERGIA S.A. - SUCURSAL
502124083	4.522.568	IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL UNIPessoal
503093742	4.171.681	ÁGUAS PORTUGAL SGPS
501369295	2.805.500	C. M. E. - CONST. E MANUTENÇÃO ELETROMECHANICA
509944647	2.700.443	CONSTRUBUILD - SERVICES, LIMITADA
500051070	2.607.337	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
501157344	1.678.285	OLIVEIRAS S.A.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Nos últimos anos o grupo AdP tem vindo a aprofundar e a robustecer a Governance na área da sustentabilidade, sendo que em 2015 criou o Grupo Funcional de Sustentabilidade, composto por todas as empresas operacionais do Grupo e coordenado pela AdP SGPS, SA. Desta forma garante um maior alinhamento de políticas, de eficiência na concretização das metas estabelecidas, bem como o reforço do espírito de Grupo e na contabilização do seu impacte Social.

Posteriormente o Grupo AdP redefiniu a sua estratégia de sustentabilidade, para o período 2017-2020, com base na premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificando, no plano operacional, os principais desafios e definindo os principais compromissos do Grupo, em matéria de sustentabilidade.

Já em 2020, num confronto com os novos paradigmas impostos, pela sociedade e pela economia, no que toca ao relacionamento, quer com as suas Partes Interessadas, quer com a sociedade em geral, o Grupo AdP decidiu definir um Quadro Estratégico de Compromisso para a Águas de Portugal (QEC), tendo lançado o desafio de participação, a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, no sentido de apresentarem medidas e/ou ideias, no âmbito de um processo de reflexão sobre matérias relevantes da atividade do Grupo. Este desafio revelou-se um sucesso, com elevado nível de participação por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores e com contributos muito relevantes.

A apresentação do QEC foi realizada com recurso a um webinar, num encontro aberto a trabalhadoras e a trabalhadores, parcerias institucionais, municípios, clientes, associações do setor e ambientais e demais Partes Interessadas, onde estiveram presentes mais de duas mil pessoas, entre as quais se destaca a participação do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e da Secretária de Estado do Ambiente.

O QEC foi definido para o período 2020-2022 e vincula todas as empresas do Grupo, em torno de uma mesma ambição, visando estabelecer um rumo mobilizador que permita consolidar uma visão partilhada e afirmativa para o grupo AdP: “Se Faltar Algum, Não Podemos Ser NOS”.

O referido documento reflete a experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras do Grupo AdP, os/as verdadeiros/as especialistas no setor da água e assenta em três eixos, que dão resposta a doze desafios estratégicos, concretamente:

1. Cultura de Grupo

Com o foco nas pessoas e na organização, com o intuito de ajustar a organização à maturidade das empresas e dos processos de negócio, estabilizando em definitivo, o código genético do Grupo, alicerçado num clima de respeito, transparente e de confiança, assente nos quatro desafios estratégicos:

1.1. Organização e Funcionamento

1.2. Valorização do Capital Humano “ Nós AdP”

1.3. Conhecimento

1.4. Simbiose com a comunidade

2. Excelência de Serviço

Com foco no cliente/parceiro, municipal, com o intuito de salvaguardar, ao nível do desempenho operacional, os mais elevados padrões de exigência, na qualidade, segurança e grau de satisfação dos clientes, assente nos quatros desafios estratégicos:

2.1. Resiliência das Infraestruturas

2.2. Eficiências das Operações

2.3. Qualidade de Serviço

2.4. Sustentabilidade económica

3. Utilidade Social

Com foco no ambiente e na sociedade, com o intuito de impulsionar a dinâmica coletiva de resposta aos grandes desafios de sustentabilidade e proteção do ambiente, assente nos seguintes quatro desafios estratégicos:

3.1. Eficiência Estrutural

3.2. Economia Circular

3.3. Inovação 360º

3.4. Negócio e cooperação internacional.

Para o cumprimento deste compromisso, foram identificados como fatores críticos de sucesso:

- *Compromisso Institucional* – Eliminação dos constrangimentos legais e regulamentares para permitir a execução da estratégia
- *Capital Humano* - A necessidade de adequar, em tempo útil, o Capital Humano do Grupo, desde a atração, a contratação e retenção, até à qualificação, mobilidade e reconhecimento de mérito
- *Inovação* – A capacidade de desenvolver novos modelos de negócio, em linha com a valorização dos recursos e economia circular, a descarbonização e a adaptação às alterações climáticas, fomentando novas oportunidades, designadamente na articulação entre sistemas em alta e em baixa
- *Alinhamento e Convergência* – Harmonização e alinhamento de processos e plataformas digitais do Grupo para garantir transversalidade, simplificação e eficiência no quadro da multipolaridade organizacional necessária
- *Mobilidade Coletiva* - Comprometimento de todas as Partes Interessadas sustentado no modelo de comunicação interno e externo, que potencie a necessária mudança de mentalidades, que garanta a multidisciplinaridade, a partilha de conhecimentos e a convergência de objetivos.

Desta forma ficaram identificados os desafios do Grupo e consequentemente da EPAL, em matéria de sustentabilidade, perfeitamente alinhados com os seus Princípios, Pilares Estratégicos e Compromissos assumidos na Política de Gestão, os quais foram já enunciados no ponto II.1. deste relatório.

Complementarmente e em linha com o descrito, os gestores da EPAL têm definidos objetivos para o seu mandato, cujo grau de cumprimentos e resultados estão evidenciados no quadro constante do Ponto II.2 a) do presente relatório.

Em 2021 a situação pandémica voltou a impor limitações severas, principalmente durante o primeiro semestre do ano, tendo provocado alguns atrasos na concretização do comprometimento do Grupo, registado no Relatório do Governo Societário de 2020, para com a revisão da estratégia de sustentabilidade e a definição de compromissos e metas 2021-2023, que não foi possível concretizar na sua totalidade.

Assim foi decidido manter para 2021 a Estratégia anteriormente definida, concretamente:

Simbiose com Ambiente:

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:



Simbiose é uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem ativamente em conjunto para proveito mútuo.

- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes:

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores:

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade:

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

Importa contudo salientar que durante o ano de 2021 o Grupo AdP desenvolveu várias atividades que lhe permitiram visitar e rever a sua Estratégia de Sustentabilidade, considerando as expectativas das Partes Interessadas, as melhores práticas existentes e os compromissos assumidos, no âmbito das Nações Unidas, concretamente com os princípios do Global Compact e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhando-o com o Quadro Estratégico de Compromisso (QEC).

Assim, em 2022 o Grupo AdP terá uma nova Estratégia de Sustentabilidade, onde assumirá 7 Ambições com definição de objetivos e fixação de metas até ao ano de 2025.

Por forma a comunicar com as suas partes Interessadas o seu desempenho neste âmbito, a EPAL irá elaborar, à semelhança dos anos anteriores, um relato de sustentabilidade que estará disponível na internet, em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publicações/relatório-de-sustentabilidade>

No que respeita à atuação do grupo AdP, face aos compromissos e metas assumidos, irão estar evidenciados no seu relatório de sustentabilidade (consolidado), disponível em www.adp.pt, mais concretamente em <https://www.adp.pt/pt/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/?id=214>

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

O Grupo AdP, ao qual a EPAL pertence, entende que o desenvolvimento e a melhoria contínua dos seus processos, a prestação de um serviço público de qualidade e a diversificação numa ótica de aumento da eficiência são pilares essenciais que o tornam no maior grupo de referência no setor de ambiente. Para tal, apostou fortemente nas certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, numa lógica de transparência e credibilidade.

A aposta numa gestão rigorosa das empresas assegura os princípios de transparência e credibilidade, com base em valores de integridade e ética. As preocupações diárias com a eficiência ou o crescimento económico não podem ser dissociadas de uma conduta ética e responsável.

Tendo em conta o descrito a EPAL manteve a certificação dos vários Sistemas de Gestão, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia, que inclui a frota, Gestão de Ativos e Gestão da Conciliação entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar. Em 2021, a EPAL procedeu à renovação da marca *COVID-SAFE*, para os núcleos museológicos (Aqueduto das Águas Livres, Museu da Água, Reservatório da Mãe d'Água), Academia das Águas Livres, refeitórios da EPAL e loja situada no edifício da sede da empresa, que ocorreu no seguimento da verificação *COVID-SAFE* efetuada por verificadores da APCER, que avaliaram a implementação dos procedimentos e práticas adotadas pela EPAL. Paralelamente implementou os inúmeros procedimentos, descritos no nosso Plano de Contingência COVID-19, para assegurar a higienização dos diversos espaços com maior nível de utilização.

O Grupo dispõe de diversas ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a sua atuação de acordo com os princípios e valores de Grupo.

Entre as ferramentas de prevenção das questões relacionadas com a conduta ética dos/as colaboradores/as e fornecedores/as nas empresas do grupo, destacam-se o Código de Ética e Conduta, a Comissão de Ética da AdP, os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, os Regulamentos de Fornecedores e a implementação da norma da Conciliação da Vida Pessoal, Familiar e Profissional.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, a EPAL dispõe, como documento orientador, a Política de Gestão.

Este documento reflete os principais compromissos da empresa no enquadramento da Missão, Visão e Valores, e num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es (os compromissos constantes da Política de Gestão estão elencados no ponto II deste documento).

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);

A responsabilidade social do grupo está ligada à sua missão de serviço público.

O Grupo AdP acredita que pessoas certas, com competências certas, focadas na excelência do *core business* são o fator decisivo para a prestação de um serviço de qualidade aos clientes.

Ao nível da Política de Gestão da EPAL, dois dos compromissos refletem a preocupação da empresa com a garantia e da melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados, designadamente:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos trabalhadores e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde.

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

O Grupo AdP e a EPAL encontram-se integrados na comunidade, partilhando ativamente com a mesma, os princípios de sustentabilidade em que acredita e sustenta a sua estratégia. Quanto mais sustentáveis forem os comportamentos dos cidadãos, mais eficiente será a atividade do Grupo AdP, e da EPAL.

As empresas do Grupo Águas de Portugal têm tido um papel preponderante nas ações de sensibilização de carácter ambiental, aos diversos públicos-alvo. Estas têm incidido na promoção do uso racional da água para abastecimento evitando desperdícios e na rejeição adequada de águas residuais urbanas. Estas ações,

desenvolvidas individualmente ou através de parcerias (municípios, associações ou outras entidades), têm tido um forte impacto a nível nacional.

A preocupação da EPAL em prevenir o impacto ambiental, tão a montante quanto possível em todas as atividades da cadeia de valor, e, não sendo possível a sua prevenção, na proteção do ambiente, instituindo por via do Sistema de Gestão Ambiental o controlo operacional necessário. As preocupações ambientais da EPAL têm uma perspetiva temporal alargada, que se refletem na prática, por uma procura persistente de respostas para problemas objetivos como o uso eficiente da água ou as alterações climáticas.

Ao nível da Política de Gestão da EPAL os seguintes compromissos enquadram-se na promoção da proteção ambiental:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.

- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.

Contribuir continuamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.

Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactos, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.

- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e

energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.

- Economia Circular - Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

Foi definida no Grupo AdP a política de igualdade de género e está em contínua implementação em todas as empresas o Plano para a igualdade de género.

A Política de Recursos Humanos do Grupo AdP baseia a relação com os seus colaboradores e com as suas colaboradoras, na confiança e na valorização das suas competências e garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a coesão social, no Grupo. A igualdade de oportunidades no trabalho, é garantida independentemente do género, idade, raça, religião, deficiência e/ou orientação sexual, de cada um.

Garantir o desenvolvimento individual dos/as colaboradores/as e harmonizar as suas competências, expectativas e motivações com as necessidades estratégicas das empresas é um dos desafios do Grupo AdP.

Concretamente na EPAL, a preocupação com a Igualdade de Género encontra-se vertida na sua Política de Gestão:

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa.

Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

A diversidade de idades dos/as trabalhadores/as da EPAL, nas várias categorias profissionais, é demonstrativa do sentido de inclusão das empresas. Observa-se uma tendência de maior número de técnicos operativos e administrativos em faixas etárias mais baixas.

No que respeita ao género, estão representados em todas as categorias profissionais.

A política não discriminatória do grupo é garantida logo no processo de seleção. A contratação de colaboradores/as de minorias étnicas, de outras nacionalidades e com deficiência demonstra a política do Grupo relativa à promoção da igualdade de oportunidades.

Além de promover a integração de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho, a política de não discriminação do grupo promove ainda a sensibilização dos/as colaboradores/as para as questões sociais e humanas, nomeadamente através da disseminação do código de ética e conduta da EPAL. De realçar, que a AdP SGPS foi uma das empresas pioneiras na adesão código de conduta “Empresas e HIV”, promovido pela Plataforma Laboral contra a sida. Esta iniciativa representa um importante contributo para a resposta à infeção pelo HIV, no local de trabalho, nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

Foi elaborado um relatório relativo à temática da avaliação das remunerações pagas a homens e mulheres na empresa, para o período 2021, tendo sido avaliada a diferença salarial entre homens e mulheres, relativamente à remuneração média e ao ganho médio do mês de dezembro tendo presente as variáveis sexo, idade, nível de habilitação literária e categoria. Este relatório foi divulgado na intranet da empresa. O relatório está publicado no sítio da empresa, em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/igualdade-de-g%C3%A9nero>

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

O Grupo AdP promove o crescimento profissional dos seus colaboradores, visando a expansão das suas aptidões e dos seus conhecimentos. Garantir que os colaboradores têm as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das suas competências constitui outro eixo fundamental ao nível dos recursos humanos.

Na EPAL, os seguintes compromissos da sua Política de Gestão refletem as políticas de orientação para a valorização e motivação do indivíduo:

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos trabalhadores e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde.

- Formação, Competência e Conhecimento dos/as trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas.

Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa.

- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção, e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos.

Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho.

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa.

Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

O Grupo, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui uma responsabilidade acrescida na área da inovação, da investigação e do desenvolvimento associados ao seu *core business*. Tendo um duplo papel na colaboração em parcerias, é, simultaneamente, fornecedor e cliente das sinergias que daí advêm, disponibilizando recursos e informação para o desenvolvimento da ciência, e recebendo novos conhecimentos e tecnologias para a melhoria da sua atividade.

A aposta em soluções eficientes potencia a sustentabilidade do negócio e proporciona uma melhor qualidade do serviço prestado a cidadãos, empresas e comunidade.

Os desafios cada vez mais complexos, decorrentes não só das mudanças políticas, económicas, sociais e tecnológicas da sociedade atual, mas também da crescente exigência dos utilizadores, dão origem a estratégias de gestão cada vez mais assentes em soluções de inovação e eficiência de processos. Por forma a enfrentar estes desafios, o Grupo AdP, em 2013, definiu a estratégia de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) do Grupo AdP, bem como os respetivos objetivos e processos associados. Neste contexto, foi ainda criada uma rede de I&D e Inovação para o Grupo, constituída pelos técnicos de diversas empresas participadas.

Na EPAL, a preocupação de responsabilidade económica e a referência a planos de ação para o futuro estão espelhadas na Política de Gestão, nomeadamente nos seguintes compromissos:

- Integridade, transparência, ética e anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas.

Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação.

- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização.

Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção.

- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.

Contribuir continuamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.

Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.

- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.

- Resiliência organizacional e continuidade do negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou as suas consequências e impactos.

Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas.

- Segurança da informação - Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados.
- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha dos valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação² deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.	Total	- A EPAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentada no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida. - As atividades da EPAL são, também, apresentadas no âmbito do relatório de Sustentabilidade, com periodicidade anual e no Relato Não financeiro, em anexo ao presente documento.
Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas.	Total	A divulgação da missão da EPAL, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu <i>Relatório e Contas</i> anual, do sítio da empresa na Internet e da página da Intranet da empresa, bem como no relatório de sustentabilidade e no relato não financeiro.
Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.	Total	A EPAL elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os	Total	A EPAL prossegue as diretrizes do Grupo AdP em termos de sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade prosseguida pela EPAL

¹ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

² A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.		encontra-se disponível no seu <i>Relatório de Sustentabilidade</i> , no sítio da empresa.
Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	Total	- Um dos compromissos da EPAL, evidenciado na sua estratégia de sustentabilidade, é “garantir a igualdade de oportunidades”, relatando o seu desempenho no Relatório de Sustentabilidade e no Relato não Financeiro (anexo I ao relatório do Governo Societário). - A EPAL concluiu, em 2021, o seu diagnóstico de Igualdade de género, que serviu de base para a elaboração do Plano de Igualdade de género 2022, submetido às entidades oficiais e disponível, no <i>site</i> da internet e intranet, para as suas partes interessadas. - A EPAL possui implementado um Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, devidamente certificado.
Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.	Total	A EPAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual à tutela e ao público em geral. Anualmente, é apresentado no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida pela Empresa.
Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.	Total	Toda a atividade da empresa é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a EPAL adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	A EPAL aposta na formação dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, promovendo o desenvolvimento dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando, internamente, novos desafios e oportunidades profissionais.
Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere a aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de	Total	A EPAL respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e possui procedimentos internos transparentes, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e de

oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.		igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.
Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.	Total	A EPAL divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu <i>Relatório do Governo Societário</i> anual.
Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	A EPAL pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O <i>Código de Ética e Conduta</i> da EPAL, expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente foi elaborado um <i>Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas</i>, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. Não há despesas confidenciais ou não documentadas na EPAL.
Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	O <i>Código de Ética e Conduta</i> da EPAL, revisto em 2021, encontra-se disponível no sítio da empresa, e na Intranet da EPAL.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.	Total	Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da EPAL está perfeitamente ajustada à complexidade da empresa.

Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado.	Total	O Modelo de Governo da EPAL, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes órgãos sociais: a Assembleia-Geral; o Conselho de Administração; o Conselho Fiscal e o ROC.
Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.	Não aplicável	A EPAL não tem membros não executivos nos seus órgãos de administração.
Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.	Total	A auditoria anual às contas da EPAL é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção de Contabilidade e a Direção Administrativa e Financeira.
Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização	Total	Os membros dos órgãos sociais da EPAL são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.
O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos/as os/as gestores/as e colaboradores/as das empresas do Grupo AdP. Neste contexto, a Auditoria Interna e Controlo de Risco tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto. Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem:		
Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais é realizada através do <i>Relatório do Governo Societário</i> anual e do sítio da empresa.
Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da empresa é realizada através do <i>Relatório do Governo Societário</i> anual e do sítio da empresa.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:		
Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	Os membros do Conselho de Administração da EPAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração e de fiscalização na EPAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Órgãos de Fiscalização. Os membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no <i>Estatuto do Gestor Público</i>, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou

indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

2. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Não há outras informações relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de bom governo adotadas.

XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

- 1. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas a trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66-B do CSC) (aplicável às grandes empresas que sejam empresas de interesse público, que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cfr. n.º 1 do mesmo artigo).*
- 2. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2021.*
- 3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
- 4. Evidências da apresentação aos respetivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.*
- 5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2020.*

Anexo I

Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021



Demonstração Não Financeira relativa ao exercício de 2021



DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


Demonstração Não Financeira relativa ao exercício de 2021	1
DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021	3
a) Descrição do Modelo Empresarial	3
b) Políticas Seguidas pela EPAL	3
c) Resultados da Aplicação das Políticas.....	37
d) Principais Riscos Associados.....	54
e) Indicadores de Desempenho Relevantes	54
f) Questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores	56
g) Combate à corrupção e às tentativas de suborno	60
h) Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização	61
i) Questões sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens	61
j) Questões relativas à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos	72

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021**DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021****a) Descrição do Modelo Empresarial**

No Capítulo V. Órgãos Sociais e Comissões do Relatório do Governo Societário (RGS) encontra-se descrito, no subponto A. Modelo de Governo, o modelo empresarial adotado pela EPAL.

b) Políticas Seguidas pela EPAL¹

No capítulo II. Missão, Objetivos e Políticas, mais concretamente no subcapítulo 2., do presente documento, está descrita a forma como as orientações, objetivos e políticas são definidos dada a estreita ligação com as políticas governamentais, com os planos estratégicos e com orientações emanadas para o seu setor de atividade, uma vez que a EPAL pertence ao Setor Empresarial do Estado e portanto, com enquadramento jurídico próprio.

A Política de Gestão, cuja mais recente atualização foi aprovada em 16 de setembro de 2020, explicita o posicionamento da EPAL, relativamente às questões ambientais, sociais, de igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, de não discriminação, de ética e transparência e de valorização e motivação dos trabalhadores e das trabalhadoras, entre outros e cujas linhas de orientação estão descritas no capítulo II. Missão, Objetivos e Políticas, do presente reporte.

A EPAL, no que se refere à Estratégia de Sustentabilidade está alinhada com o grupo AdP, com os seus Princípios e Compromissos, expostos no capítulo IX, subcapítulo 1, deste RGS e no subcapítulo 3 ao longo do qual, alíneas a) a f), apresenta, por área de intervenção, as políticas da organização nos domínios económico, social e ambiental.

Ao nível do desenvolvimento estratégico da EPAL/AdVT foram definidos os seguintes Pilares:

- Requalificação e Valorização de Ativos
- Resiliência do Serviço
- Eficiência e Sustentabilidade
- Inovação e Digitalização da Atividade
- Solidariedade Ativa

A segurança hídrica é um dos principais riscos, em termos de impacto, ao nível da sustentabilidade, de acordo com o Banco Mundial. Desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética, só evoluirão, positivamente, com a melhoria da gestão de recursos hídricos, especialmente

¹ Descrição das principais políticas definidas e/ou seguidas pela EPAL em relação às questões citadas (e.g. ambientais, sociais, igualdade, não discriminação, entre outras), incluindo os processos de diligência aplicados.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



no que respeita à garantia do acesso a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento, setor em que a EPAL desenvolve a sua atividade.

Aprovada em setembro de 2015, com entrada em vigor no ano seguinte, a resolução da Organização das Nações Unidas designada por “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, definiu 17 objetivos, denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (figura seguinte), desdobrando-os em 169 metas, que têm como fito dar resposta às questões mais prementes, a nível internacionais. Para tal pode recorrer-se a inúmeras iniciativas, que podem ser de caráter global, regional, nacional e local e deverão ser colocadas em prática por organizações governamentais, não-governamentais e pelos cidadãos em geral, de modo a alcançar um futuro próspero e sustentável, para todos, sem deixar ninguém para trás.

A rede portuguesa *United Nations Global Compact Network Portugal* (UN GCNP), da qual a EPAL faz parte, foi mandatada, pelo *United Nations Global Compact* (UNGC), para acompanhar a contribuição do Setor Empresarial para o cumprimento dos ODS. Para cumprimento do ODS 17, foi criada a ALIANÇA ODS PORTUGAL, cujo objetivo passa pela criação de oportunidades de diálogo *multistakeholder*, de modo a proporcionar, aos seus membros, uma melhor visão das expectativas das suas partes interessadas. Desta forma é possível criar bases sustentáveis para o desenvolvimento de parcerias e a criação de projetos, programas e ações que, de forma eficiente conduzam ao cumprimento das metas estabelecidas.



A EPAL está cada vez mais empenhada em contribuir, de forma relevante, para os ODS. Nesse sentido, no ano e análise, associou-se ao Programa *SDG Ambition*, desenvolvido pelo UNGC e que tem como objetivo acelerar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desafiando as empresas a definir metas ambiciosas para a gestão do seu negócio e a consolidar a sua estratégia global de sustentabilidade. Salienta-se que fizeram parte deste grupo mais de 650 empresas, originárias de 30 países, sendo 12 portuguesas. Desta forma a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

EPAL terá oportunidade, para além de quantificar o seu contributo para os ODS, de definir estratégias para a respetiva maximização, reforçando, assim, o compromisso já assumido, de uma participação efetiva e ativa para a concretização da agenda 2030.

O ODS 6 – “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”, é o que está diretamente ligado à sua atividade, o que lhe permite contribuir para a concretização de praticamente a totalidade das metas estabelecidas:

- 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos;
- 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;
- 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
- 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos;
- 6.a Até 2030 ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;
- 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Nesse sentido temos como exemplo:

- O apoio que a EPAL tem vindo a prestar ao Campo Militar de Santa Margarida na implementação do Plano de Controlo da Qualidade da Água, na sua rede em baixa, bem como na definição de estratégia para a gestão da rede de abastecimento, o que reforça a confiança na água da rede e fomenta o seu consumo, naquelas instalações.
- A conclusão, com sucesso pelo Laboratório da Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água (LAB), do processo de transição da acreditação para o referencial NP EN ISO/IEC 17025 versão 2018 - “Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração”. A acreditação de LAB, para este referencial remonta a 1999, constituindo requisito legal para atribuição, pela ERSAR, do estatuto de “Laboratório Apto”, que consente o desempenho das atividades que lhe estão cometidas,

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

nomeadamente a monitorização da qualidade da água em toda a extensão dos sistemas de abastecimento da EPAL e AdVT desde as origens até à torneira do consumidor.

- Distinção da EPAL, pela ERSAR em 2021, com o Selo de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água (consumidor) e o Selo de Qualidade para o Uso Eficiente da Água 2020. Foi, ainda, galardoada com o Prémio de Excelência do Serviço Público de Abastecimento de Água (ao consumidor).
- No dia Mundial do Saneamento a AdVT lançou, por vários meios, a campanha "Não Vá ao Engano! Lixo não é no Cano!". Trata-se de uma campanha de sensibilização e educação ambiental, associada a um projeto-piloto a implementar em parceria com os Municípios de Borba, Fornos de Algodres, Portalegre e Proença-a-Nova, onde será estabelecido um Compromisso de boas práticas a adotar e a cumprir no cuidado com o Ambiente, que todos são convidados a assumir e a publicitar, gerando um efeito envolvente e multiplicador na busca de uma Cidadania Ambiental Participativa. A campanha apela à vertente informativa e educacional e ao envolvimento dos Municípios e Juntas de Freguesia, da Comunidade, do Canal HORECA e também da População Escolar, fornecendo informação simples e conselhos práticos, reforçando a sensibilização face aos problemas causados pela colocação indevida de resíduos no esgoto, nomeadamente os entupimentos da rede e a dificuldade dos próprios processos de tratamento das águas residuais.

Com base nas atividades e/ou na Política de Gestão, da EPAL, é possível enquadrar contributos, que vão muito para além do ODS 6, isto é, ao longo de 2021 e, apesar da situação de pandemia, foi possível definir e implementar medidas concorrentes para o cumprimento de metas de outros ODS, tal como apresentado, ao longo do presente documento, concretamente:

ODS 1- Erradicar a Pobreza, a EPAL continuou, em 2021, a praticar uma Tarifa Social da Água, criada a pensar nas famílias mais carenciadas de Lisboa, que prevê descontos que podem ir até aos 93%, se o rendimento bruto do agregado familiar for inferior a 75% do valor anual da retribuição mínima mensal garantida, e uma Tarifa Familiar da Água especialmente destinada a agregados familiares com 5 ou mais pessoas, por forma a garantir que maiores consumos, resultantes da dimensão do agregado familiar, não sejam faturados aos escalões mais elevados.

Todos os anos a EPAL promove várias ações no âmbito da iniciativa "Juntos Somos + Solidários" no sentido de ajudar quem mais precisa. Num ano especialmente difícil, onde se fizeram sentir inúmeros constrangimentos decorrentes da pandemia, não foram promovidas ações, mas, os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras, verdadeiramente preocupados com a situação que se está a viver, nomeadamente com os mais frágeis, continuaram a fazer chegar à equipa do "Juntos Somos + Solidários" vários bens, onde se incluem vestuário, calçado, produtos de higiene, artigos para o lar, livros e brinquedos, a ser distribuídos por diversas instituições.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

À semelhança de anos anteriores, a EPAL associou-se à Comunidade Vida e Paz, que apoia as pessoas em situação de sem-abrigo ou de vulnerabilidade social, promovendo a sua reinserção na sociedade e prestando-lhes cuidados médicos, entre outros, no apoio à realização da 33ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo, em Lisboa. Outra Instituição apoiada foi a CAIS, cuja missão é contribuir para a melhoria global das condições de vida de pessoas social e economicamente vulneráveis, em situação de privação, exclusão e risco.

A EPAL deu igualmente um contributo para as obras de requalificação das instalações que acolhem o Sistema Integrado de Apoio à Distância e o Centro de Formação da Associação de Apoio à Vítima (APAV), que desde 1990 assume um papel fundamental na sociedade portuguesa, através do apoio a um número crescente de vítimas de crime, estimando-se que mais de 326 mil pessoas já tenham recebido a ajuda da APAV, de forma gratuita e confidencial.

Foram entregues pela EPAL computadores, impressoras e um televisor à Associação Comunitária de Vale da Pedra, uma Instituição Particular de Solidariedade Social que presta serviços de apoio domiciliário aos mais idosos e de ocupação de tempos livres e creche aos mais jovens. Tratou-se de uma resposta a um pedido urgente da instituição após um furto ocorrido no final do ano de 2020.

Para além disso, em virtude do processo de renovação do seu parque informático, a EPAL, sorteou 45 computadores fixos entre os trabalhadores e as trabalhadoras que, para além de não ter computador atribuído, não tenham sido contemplados em sorteios idênticos nos últimos 2 anos.

Desta forma a EPAL dá o seu contributo para a concretização da meta 1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

ODS 2 – Erradicar a Fome, na sequência do confinamento geral imposto no âmbito do combate à pandemia de covid-19, que conduziu à obrigatoriedade de trabalho remoto, a EPAL decidiu doar Bens Alimentares e de Higiene, em stock à CAIS e à Comunidade Vida Paz, duas IPSS, parceiras da EPAL, que têm a missão de ajudar a população em situação de sem-abrigo, na cidade Lisboa. Foi, ainda, apoiada a Casa do Pombal – Mãe (Aveiras de Cima), que recebe crianças em situação de risco e exclusão Social, através da oferta de bens alimentares.

A EPAL manteve, como já vem sendo tradição, a doação dos excedentes dos cabazes de Natal e Bolos-Rei, a instituições de solidariedade social, concretamente ao Centro de Acolhimento e Reabilitação Arca de Noé, uma das casas da Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco, à Associação Alcains Solidário, um movimento que procura ajudar famílias carenciadas, à Aldeia SOS de Oeiras, às ReFood de Carnide e de Penha de França e da Guarda, à Ajuda de Mãe e à Comunidade Vida e Paz, em Lisboa.

Realizou, internamente, nas quadras festivas (Natal e Páscoa), a campanha - Diga não ao Desperdício Alimentar, por forma a sensibilizar os trabalhadores e as trabalhadoras para as quantidades de alimentos que são preparados e, inúmeras vezes, são desperdiçados. As ações descritas contribuíram para a meta 2.1 – Até 2030, acabar com a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situação vulnerável, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente para todo o ano.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, a EPAL dá um contributo essencial, ao cumprir a sua missão para a garantia do nível da distribuição de água segura e a redução da contaminação da poluição do ar, água e solo (metas 3.3- Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis e 3.9-Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo).

Ainda que não conste do descritivo, por motivos óbvios, a EPAL considera que a meta 3.3 também deverá considerar a COVID-19, sendo que por forma a combater/prevenir contágios, a EPAL, desenvolveu inúmeras ações de informação/prevenção e comunicação, com recurso a vários suportes, por forma a garantir que todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores conseguiram aceder à mesma. Concretamente foram divulgadas as recomendações da DGS, o Plano de Contingência da EPAL, que está disponível para consulta e desenvolvidas várias campanhas internas, disseminadas na intranet e no *EPALOnpocket* e em diferentes formatos, concretamente, *webinars* e formação em contexto do posto de trabalho, por forma a enraizar as Medidas de Prevenção e Proteção, bem como a utilização de Equipamentos de Proteção. Foi, ainda, disponibilizado todo o equipamento/material necessário para a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras (máscaras, álcool gel, acrílicos para separação dos posto de trabalho, quando não fosse possível garantir a distância de segurança, etc.) e realizadas, de forma regular e com caráter voluntário testagens de rastreio COVID-19, nos vários recintos da empresa.

No âmbito da Saúde e Segurança no Trabalho, com o objetivo de conhecer os postos e componentes materiais do trabalho, com influência sobre a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, foi realizada visita aos recintos da EPAL de Telheiras e Carenque

No que respeita à meta 3.8- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos, a EPAL, no âmbito da sua política de gestão, disponibiliza um seguro de saúde, extensível ao agregado familiar e comparticipa, através deste, as vacinas não contempladas no Plano Nacional de Vacinação. Em 2021 foi alterado o prestador de serviços no âmbito do seguro de saúde, sendo que foi realizada uma sessão, acessível a qualquer trabalhador/a, para informação/esclarecimentos do teor do contrato, bem como oferecido um Voucher Clínica Médica para Medicina Dentária. Para além disso, a EPAL garante a existência de serviços de medicina no trabalho e, em alguns casos, de medicina curativa, e realiza anualmente uma campanha de vacinação contra a gripe, onde disponibiliza a referida vacina, nos locais de trabalho ou em locais próximos. Paralelamente e, tendo em conta que havia muitas situações de trabalho remoto, no âmbito do seguro de saúde e, para as trabalhadoras e para os trabalhadores com idade compreendida entre os 50 e os 64 anos, mediante a apresentação do Cartão e da Prescrição Médica, foi possível, em qualquer farmácia da Rede Médica, fazer a reserva e a administração da Vacina da Gripe, com um custo médio de 0,25 €.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Para além do descrito, a EPAL celebrou um protocolo com o Laboratório Germano de Sousa (a nível nacional), que abrange, para além dos/as trabalhadores/as, cônjuges, ascendentes e descendentes, disponibilizando a todos condições especiais na realização de testes Covid-19, quando necessário, fora do contexto da empresa/profissional.

No que respeita à meta 3.4 – até 2030, reduzir, em um terço, a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar. A área de Medicina no Trabalho, da EPAL, tendo em conta que foram evidenciadas maiores preocupações ao nível dos dois últimos temas, continuou a divulgar a linha de Apoio Psicológico, disponibilizada pelo Grupo, onde qualquer trabalhador/a pode falar com um profissional especializado (psicólogos e psicoterapeutas), sempre que considerar necessário e manteve-se disponível para dar apoio e encaminhamento profissional a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, que preferissem essa via. Foi divulgado um vídeo e um documento designado por COVID-19 - Caixa de ferramentas para manter a saúde psicológica, que consiste em sugestões e conselhos da Ordem dos Psicólogos para a gestão de emoções, autocuidado e bem-estar, em período de confinamento.

Foi, ainda, disponibilizado o Manual de Boas Práticas, da EPAL, no âmbito da prevenção dos Riscos Psicossociais, no local de trabalho e realizada formação, neste tema, para hierarquias, por forma a sensibilizar para esta temática. Foram, ainda, disseminadas “Dicas para quem está em teletrabalho”, a fim de orientar os trabalhadores e as trabalhadoras quando desempenham as suas funções nesta forma de trabalho.

A promoção de estilos de vida saudáveis, muito relevante numa época de contingência, foi, igualmente, uma preocupação, sendo que foi proposta a prática de exercício físico, pela EPAL através de um programa, com o lema *Stay Home, Stay Fit*. Uma toalha, um tapete e uma garrafa com água da torneira é tudo o que é preciso para participar no programa de exercícios físicos, em vídeos, incentivando comportamentos saudáveis e positivos para a qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. A AdP desenvolveu, para todos os trabalhadores e para todas as trabalhadoras do Grupo, um programa denominado Estamos On-Aulas de Ginástica *Online*, no âmbito do qual foi desenhado um plano de treinos de força e mobilidade, intervalado ao longo da semana.

No âmbito do mês do coração, assinalado em maio, foram divulgadas as recomendações da Organização Mundial de Saúde para evitar o consumo excessivo de sal e o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, “Alimentação equilibrada, prática de atividade física e beber água da torneira”, da DGS. Foi, ainda, promovida uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e da Fundação Portuguesa de Cardiologia: Manter Coração em Forma. “À conversa com Cidades Ativas e Saudáveis”.

Foram também disseminados alguns conselhos da DGS, à semelhança do que foi feito em anos anteriores, de como se proteger, no verão e no inverno, de temperaturas elevadas e de temperaturas baixas, respetivamente.

Tendo em conta que os trabalhadores/as que se deslocam às instalações podem deparar-se com enxames de Vespa Asiática, uma espécie não indígena, predadora da abelha europeia que, na Primavera constrói ninhos de grandes dimensões, caracterizando-se pela coloração escura do abdómen e cor amarela das patas, foi divulgado um alerta para o caso de serem identificados os referidos ninhos, nas instalações da EPAL /AdVT. Os principais

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

efeitos da presença desta espécie manifestam-se em várias vertentes, sendo de realçar que, não sendo mais agressivas que a espécie europeia, no caso de sentirem os ninhos ameaçados reagem de modo bastante agressivo. “Caso detete a existência de ninho, ou de espécimes desta Vespa, deverá comunicar de imediato com a sua chefia ou com o técnico de segurança no trabalho do seu recinto, anexando, sempre que possível uma fotografias que possibilitem a respetiva identificação. Não deve, em qualquer circunstância, tentar destruir o ninho pelos seus próprios meios”.

No âmbito do Dia Mundial da Água, a EPAL apoiou e divulgou, junto das suas pessoas, a iniciativa “A importância da água na alimentação e na hidratação”, que contou com a participação de especialistas sobre o controlo da qualidade da água e nutrição, que reforçaram a mensagem de quão essencial é garantir uma boa hidratação e, ainda, dicas para a confeção de refeições. Nesta linha, a EPAL associou-se a vários chefs com o intuito de apresentar sugestões para hábitos alimentares saudáveis, num conjunto de receitas rápidas e fáceis, que podem ser experimentadas em casa, sempre sob o lema: “torne as suas refeições mais Sustentáveis e Saudáveis reduza o desperdício Alimentar!”. Nesse mesmo dia a EPAL presenteou os seus trabalhadores e as suas trabalhadoras com um kit composto por uma mochila de tecido reciclado, uma *Fill Forever* (PET), uma *Lisbon Tap Water* e um pé de viburno, adquirido ao abrigo do protocolo celebrado com a QUERCUS.

No verão juntou-se à campanha “A Segurança é a sua Praia!”, desenvolvida pela Fundação Vodafone Portugal em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Marítima Nacional, com o objetivo de sensibilizar a população para os cuidados a observar, para segurança de todos/as no momento de frequentar as praias, isto é: “Antes de sair de casa escolha uma praia com pouca gente; Use Máscara e Chinelos nos acessos e nos apoios de praia e mantenha o distanciamento físico de segurança”.

No início de 2021, no âmbito da medicina no trabalho, foi realizada uma campanha para promoção de uma condução segura, neste caso, para despertar todos e todas para as novas regras que entraram em vigor no início do ano - Código da Estrada com novas regras, a partir de 8 de janeiro. “Esteja atento/a!” que concorre para a meta 3.6 Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.

ODS 4 – Educação de Qualidade, a EPAL tem vindo a comprometer-se, cada vez mais, com um contributo, efetivo, para o cumprimento das metas 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo e 4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. A existência, na esfera da EPAL, da Academia das Águas livres (AAL), entidade formadora certificada pela DGERT, que tem no seu portefólio inúmeras ações de formação, orientadas para os quadros superiores, técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente e que ministra cursos de elevado

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



nível, por serem acreditados e/ou desenvolvidos em parceria com instituições com competência reconhecida nas várias temáticas, é uma enorme mais-valia, para os trabalhadores e para as trabalhadoras da EPAL, uma vez que sempre que possível a sua formação passa pela mesma, garantindo, desta forma, a melhoria das suas competências e/ou a aquisição de novas. A criação de condições, através da implementação de várias ferramentas e a preparação das instalações, de acordo com as medidas de segurança definidas, permitiu manter a atividade da AAL, uma vez que é possível desenvolver formação em regime presencial, digital ou misto. Assume, desta forma, um papel muito relevante na formação especializada no referido setor, tendo em 2021 reforçado essa posição com o lançamento da 6ª edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, que contou com a participação de formandos oriundos de 7 empresas do Grupo AdP e ainda de outras entidades, sendo que também existiram inscrições a título individual. Foi, também disponibilizada mais uma edição do Programa Avançado de Energia Renovável no Setor da Água (PERSA) e, pela primeira vez, o curso “Valorização Agrícola de Lamas de ETAR”, que teve o apoio da Escola Superior Agrária de Coimbra, entidade certificada pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que objetiva capacitar técnicos com formação superior ou equivalente na área agrícola, da floresta ou ambiente, reforçando os seus conhecimentos teóricos e práticos sobre a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas. O curso tem uma forte componente prática sendo que incluiu visitas à ETAR do Entroncamento e às unidades de compostagem da Terra Fértil.

A AAL concebeu, ainda, a pedido da Hidroelétrica de Cahora Bassa – Moçambique, um curso baseado nas melhores práticas implementadas pela EPAL, nas suas infraestruturas, que são consideradas grandes referências, não só a nível nacional, como internacional, com o objetivo de capacitar os seus técnicos nas vertentes do tratamento e operação de equipamentos de ETA, e na exploração de infraestruturas localizadas nas instalações da Albufeira Cahora Bassa, no Rio Zambeze, em Moçambique. Foram ministradas duas edições de 35 horas, totalmente à distância.

Com a implementação na EPAL/AdVT da ferramenta *MSTeams*, foi possível promover a realização e participação em formação *online*, *webinars*, conferências/seminários, entre outros, um formato disponibilizado devido às exigências impostas pela pandemia e que se revelou vantajoso, uma vez que permitiu desenvolver ações no âmbito das diferentes temáticas e direções, de forma mais ágil e flexível. Em função desta realidade e, no âmbito da DSI + Próxima foi distribuído o documento Ciberpráticas em teletrabalho com as práticas a adotar para a proteção da informação digital, da empresa.

Com vista a dotar os/as trabalhadores/as do Grupo com o conhecimento necessário sobre o novo quadro legal de proteção de dados pessoais, visando assegurar um equilíbrio entre os direitos das/os titulares de dados e outros direitos constitucionalmente consagrados, foi disponibilizado e solicitada a realização do curso de *e-learning* “Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (RGPD)”, por todos os trabalhadores e por todas as trabalhadoras da EPAL/AdVT.

No que concerne ao desenvolvimento pessoal das suas trabalhadoras e dos seus trabalhadores, compromisso que a EPAL se tem vindo a assumir, foram desenvolvidos vários *webinar* com os temas, Tempos de Pandemia e Psicologia Positiva, Ganhar tempo com Inteligência emocional, Teletrabalho, Liderança Remota, Espírito de equipa

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



com auto responsabilidade, Resolução criativa de problemas, Técnicas de Auto motivação, Ultrapassar adversidades com resiliência, O Regresso ao Presencial, Lidar com o Stress (Pós-Pandemia), Como Prevenir o *Burnout*, Melhorar a Gestão de Tempo, Aprender a Ser 100% Responsável pela Gestão da Sua Vida e Ser Eficaz na Conciliação da Vida Pessoal e Profissional, com o objetivo de promover a transferência de conhecimento, bem como a criação de valor nas e para as suas pessoas, dotando-as com ferramentas que permitam, a cada um e a cada uma, desenvolver mecanismos no sentido da promoção do seu bem-estar e melhoria da qualidade de vida. No âmbito da cultura “Nós AdP” e com o mesmo objetivo, o Grupo promoveu as *AdP Talks* - Conversas com Futuro, dinamizados por especialistas em várias temáticas, nomeadamente, Os Cadernos de Leonardo, 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes, *New Futures*, *The Greater Expedition of our lives*, Um olhar sobre o mundo da água, Economia comportamental aplicada às empresas, Produtividade Consciente –Como atingir metas pessoais e profissionais de forma eficiente, Fisioterapia das Emoções, Pessoas e Inovação, Conversar para (nos) entender(mos), Os desafios dos profissionais, Seja um/a trabalhador/a ciberseguro/a, Aquisição eficiente de eletricidade, Introdução à linguagem corporal e a credibilidade da Informação, Comunicar, Influenciar e Convencer, *Phishing* e Engenharia Social, qual o elo Mais Fraco, Liderando num Mundo Incerto, Complexo e em Rápida Aceleração, A Cibersegurança em redes de telegestão, Um copo de Água Otimista e cinco lições de Vida e Dar ao Pedal.

Para além do foco nos dos seus trabalhadores e nas suas trabalhadoras, a EPAL/AdVT, também está focada nas restantes Parte Interessadas, pelo que disponibiliza as suas instalações (nas quais se incluem as respetantes à Águas do Vale do Tejo, da qual possui a gestão delegada), para visitas enquadradas em diversos programas de formação, desde a escolaridade obrigatória a ensino profissional, universidades sénior, empresas do Grupo, ou outro. Tendo em conta a situação pandémica, o número de visitas não teve a expressão de anos anteriores, mas ainda assim, a ETA de Monte Novo, em Évora, recebeu a visita de um aluno, de Engenharia do Ambiente, da Universidade Aberta e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, os alunos de uma turma de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, com Especialização em Engenharia Sanitária. A ETAR de Avis foi alvo de uma visita técnica por parte da Direção de Operações da Águas de Santo André, com o intuito de conhecer a solução adotada, nesta instalação e que ainda se encontrava em fase de avaliação, para desidratação de grandes quantidades de lamas, resultantes do processo de tratamento por lagunagem. Realizaram, ainda, uma visita técnica à ETA de Vale da Pedra, acompanhada por elementos de DOA e de CEA, cujo objetivo principal passa pela preparação do projeto de remodelação da ETA de Morgavel, infraestrutura responsável pela distribuição de água à Zona Industrial e Logística de Sines.

No âmbito de uma visita promovida pela AdP Internacional, a Estação de Tratamento de Água da Asseiceira recebeu uma delegação do governo de Moçambique, com o objetivo de conhecer uma infraestrutura de referência, no setor, bem como as suas boas práticas.

Para além do descrito a EPAL proporciona estágios a alunos/as e ou formandos/as de diversas instituições e níveis de ensino, sendo que em 2021, dadas as circunstâncias, foi de apenas 1. Referir, também, as diversas campanhas

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

de sensibilização sobre a temática do desenvolvimento sustentável, concretamente no sentido do consumo sustentável da água da torneira, que a EPAL realiza e que têm como destinatários alunos de vários níveis de ensino, entidades públicas ou privadas ou a comunidade, em geral, que são promovidas pelas direções de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental e Museu da Água, e que são descritas mais à frente neste documento.

A nível interno e focada nos seus trabalhadores e nas suas trabalhadoras, a EPAL tem vindo a realizar campanhas de sensibilização/informação para promover a sustentabilidade, sendo que em 2021 foram realizadas campanhas no âmbito do ambiente (desperdício zero, emissões), que serão apresentadas em outros pontos do presente relatório.

A EPAL é reconhecida como uma entidade que potencia a transferência de conhecimento, tendo sido convidada para estar presente em vários eventos, que estão descritos mais à frente neste documento.

Para além desses, foram ainda divulgados junto de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras outros eventos, para que pudessem assistir, como por exemplo a Conferência “Alterações Climáticas – Novos Modelos Económicos”, organizada pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Foi dado um destaque ao Dia Mundial das Bibliotecas, com o objetivo de sensibilizar as, trabalhadoras e os trabalhadores para a importância da leitura e dos livros. Num mundo cada vez mais virtual, em que as crianças e jovens passam muitas horas do seu dia, quer seja no âmbito escolar ou em lazer, nos meios digitais, priorizam a (des)informação através desses meios, tornando mais difícil a criação de hábitos de leitura saudáveis. As bibliotecas, hoje, cada vez mais desabitadas guardam tesouros que só são alcançados quando mergulhamos num livro. Aproveite o dia de hoje, e comece a ler um livro!

A Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), na sua edição de 2021, distinguiu o projeto da EPAL “Educação Ambiental em Ação”, que engloba diversas iniciativas, desenhadas a pensar nos diferentes ciclos de ensino, para sensibilização, para a importância da preservação do ambiente e para a sua sustentabilidade (desenvolvido mais à frente no presente documento), com uma Menção Honrosa pelo Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, na Categoria “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 4: Educação de Qualidade.

Com “Educar para a Proteção dos Ecossistemas e da Biodiversidade” venceu um Tubo de Ouro (ENEG 2021), na categoria de “Melhor Ação de Sustentabilidade”. Um projeto que tem como objetivo proporcionar conhecimento a crianças, jovens e adultos, quanto à Conservação da Natureza e ao respeito que devem ter pela mesma, preservando os ecossistemas e toda a biodiversidade.

ODS 5 – Igualdade de Género, em 2021 a EPAL implementou o respetivo Plano para a Igualdade de Género, que contém um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e a eliminar discriminações (mais pormenor na alínea i), deste documento, no seu ponto a. Plano para a Igualdade de Género). Nesse sentido tem vindo a desenvolver iniciativas neste âmbito, mantendo a sua adesão a entidades associadas à temática, nomeadamente ao iGen – Fórum Empresas para a Igualdade de

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Género, pertencendo, no biénio 2021-2022, à respetiva *task-force*, aos WEP e à PWN – *Professional Women Network*. Manteve em 2021 a certificação do Sistema de gestão da conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar (SGC), segundo a NP4552:2016.

Em função dos resultados obtidos na auscultação realizada no âmbito do SGC no ano anterior, que revelava algum desconhecimento das medidas de conciliação existentes na EPAL/AdVT, foi desenvolvido e distribuído, a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores, um dossier onde constam as referidas medidas, a respetiva descrição e onde encontrar mais informação. Por forma a consolidar ainda mais o conhecimento, as mesmas foram divulgadas, periodicamente, na *Intranet* e na *EPALOnPocket*, ao longo do ano. Para além disso foi criada e divulgada a figura d@ *Interlocutor@* para a conciliação, que tem por objetivo gerar uma maior proximidade, entre as pessoas e identificar alguém que pode ajudar, todas e todos, em caso de dúvidas. Foi realizada, nova auscultação às Partes Interessadas Significativas, por forma a identificar as suas necessidades e expectativas, um contributo essencial para a definição da forma de atuação, nos próximos anos.

Foi concluído o Diagnóstico Interno sobre a Igualdade de Género que, para além de uma análise documental e entrevistas individuais às direções com maior grau de intervenção, contemplou a aplicação de um questionário, de carácter voluntário, que foi disponibilizado a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras e que tocava nas várias dimensões de análise, da igualdade de género, inclusive, a conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, tendo sido, simultaneamente, utilizado como ferramenta de auscultação, no âmbito do SGC. Foi, pois, identificada a situação da EPAL e definidas formas de atuação, no sentido de potenciar a integração da perspectiva de género nas políticas, práticas e processos de gestão e nos modelos de organização do trabalho, otimizar os processos de tomada de decisão e a melhoria do clima interno e do desempenho organizacional, tendo sido incluídas no Plano para a Igualdade de Género 2022, que foi devidamente elaborado e publicado.

Foi criada um Grupo de trabalho interno, designado por *Task-Force* Igualdade de Género, constituído por um elemento de cada direção da EPAL/AdVT e que, para além de promover e acompanhar a implementação do Plano, definirá novas medidas a constar dos Planos futuros.

Foi promovida formação organizada pelas instituições parceiras, junto dos trabalhadores e das trabalhadoras da EPAL/AdVT, sendo que no caso da PWN várias pessoas frequentaram as ações (apresentado na alínea i) em, iii)) e na Conferência Anual de comemoração dos 10 anos, que decorreu em formato presencial, sendo que a EPAL adquiriu duas mesas, que abriu à participação das trabalhadoras e dos trabalhadores que o pretendessem fazer. A pertença à rede da PWN *Lisbon* e a integração no seu ecossistema de iniciativas tem vindo a permitir à EPAL, a concretização de objetivos, nomeadamente no que concerne à sensibilização, formação e desenvolvimento pessoal das Mulheres com a participação em Programas de Liderança e Mentoria e *workshops*, sobre temas diversificados, sempre ligados ao empoderamento das mulheres. Foi assinalado o dia internacional da mulher, juntando-os à PWN. Nas palavras de Maya Angelou: “Cada vez que uma mulher se afirma por si mesma, sem saber, possivelmente, sem reivindicar, ela afirma-se por todas as mulheres!”. Distribuímos ainda nesse mesmo dia aos filhos e filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras, com a idade recomendada, o livro “*O Longo Caminho para a Igualdade. Mulheres e Homens no século XXI*”, que pertence ao Plano Nacional de Leitura e que foi desenvolvido

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

no âmbito do fórum iGen, a que a EPAL pertence, em parceria com a editora Imprensa Nacional e da autoria das escritoras, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, e da ilustradora Susana Carvalhinhos. Foi, pela primeira vez, comemorado pela EPAL o Dia Municipal para a Igualdade, atividade melhor descrita mais à frente, neste documento.

Estas medidas contribuem para as metas 5.1-Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda a parte e 5.5 -Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública. Na alínea i) deste anexo, denominado: Questões sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, as medidas tomadas no âmbito deste ODS estão descritas com mais pormenor.

ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, a EPAL está a desenvolver diversos projetos que impactam nas metas 7.2- Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global e 7.3- Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética, que se encontram, de uma forma geral, descritos no Plano de Eficiência e Produção Energética (PEPE) do grupo AdP e de que são exemplo vários projetos a decorrer na EPAL/AdVT, nomeadamente o “EPAL 0% Energia”, que tem como objetivo atingir, até 2025, a neutralidade energética e que para tal tem prevista a construção de uma central hidroelétrica que permitirá produzir energia nos adutores que transportam a água para Lisboa, tornando a Estação de Tratamento de Água da Asseiceira na primeira do mundo 100% autossustentável em energia sem recurso a painéis fotovoltaicos. Já a AdVT será energeticamente autossustentável em 2030, através da produção de energia 100% renovável com recurso ao aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, de que é exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais (ETAR) que opera, mas também dos recurso eólico, hídrico e solar fotovoltaico, incluindo solar flutuante, a instalar nas albufeiras, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo e o armazenamento de energia. Neste sentido está prevista a instalação de mais de 50 centrais fotovoltaicas, das quais 8 flutuantes e igualmente de 11 mini hídricas e 12 eólicas, com uma potência total de 63 MW, estimando-se uma produção de 123 GWh/ano de energia 100% renovável. Para além disso continua empenhada na adoção de medidas de eficiência energética, desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão de Energia, do qual mantivemos a certificação, em 2021. Trata-se, como é evidente de um projeto a longo prazo, sendo que ao longo do ano foram apresentados, em duas sessões distintas, concretamente os investimentos associados às empreitadas de “Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV” e “Empreitada de Conceção Construção de Mini Central Hidroelétrica - EPAL 0%”, na primeira e na segunda o “Projeto Centrais Fotovoltaicas - Estação Elevatória de Telheiras (0.5 MW) e Parque das Nações (0.65 MW)”, objetivando apresentar o caminho que a EPAL tem traçado no sentido de servir a comunidade com água de qualidade e em quantidade, ao mesmo tempo que reforça o seu compromisso com a neutralidade energética e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas. As sessões foram transmitidas em *streaming*, atendendo às regras preconizadas pela DGS, devido à pandemia e presencial apenas para um número restrito de pessoas.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

O presidente da EPAL/AdVT participou no 9º Fórum de Energia, realizado em novembro, marcando presença na mesa redonda do painel dedicado ao tema “As perspetivas para o hidrogénio: um ponto de situação com factualidade” e no debate do painel “Mercado do Solar: as expectativas dos promotores e os limites do sistema elétrico”.

O Presidente focou a sua intervenção no Programa de neutralidade em curso na Empresa, o “EPAL 0%”, reforçando a sustentabilidade da Empresa em todas as suas operações. De referir que foi este Programa que serviu de inspiração e fez arrancar o Programa Zero do Grupo Águas de Portugal que, assim, será o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico é promovido, pela EPAL, estando o seu compromisso perfeitamente definido na Política de Gestão. Em 2021, dada a situação pandémica, manteve atualizado o Plano de Contingência para a COVID-19, com as diretrizes que iam sendo emanadas pela Direção Geral de Saúde, o que permitiu manter os seus trabalhadores e as suas trabalhadoras, considerados essenciais, perfeitamente seguros e informados dos procedimentos a utilizar, em função das situações que pudessem surgir. Foram disponibilizados todos os equipamentos de proteção individual necessários e criadas condições para que todos/as aqueles/as que necessitassem de estar a desenvolver o seu trabalho presencialmente, o fizessem de forma segura e digna. Foram veiculadas informações com recurso a várias ferramentas, por forma a que todos/as tivessem conhecimento, das mesmas. Foi, ainda, ministrada a formação necessária para que tudo decorresse com a maior normalidade possível. Atendendo às circunstâncias, o Conselho de Administração deliberou atribuir, com efeitos a 15 de Janeiro e durante o estado de emergência e a situação de confinamento geral, que terminou a 19 de abril, uma compensação por trabalho presencial, concretamente, uma remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar, até um máximo de 350,00€ por mês., abrangendo todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras cuja remuneração base mensal se situasse entre os 677,00€ e os 1.524,00€, e que, por necessidade da empresa, tivessem que desempenhar as suas funções em regime presencial. Atendendo às circunstâncias, o Conselho de Administração aprovou o gozo de férias de período anterior, até ao dia 31.05.2021.

Foram reformulados os espaços no Edifício Oficial do Parque das Nações, para melhoria das condições de trabalho de elementos de várias Direções. No que respeita à segurança e para garantia, da mesma, às trabalhadoras e aos trabalhadores, a EPAL estabeleceu um contrato que permite a aquisição de equipamentos de segurança para trabalhos em altura e em profundidade, sempre que necessário, garantindo o desenvolvimento, dos referidos trabalhos, com toda a segurança. No dia 28 de abril foi comemorado o Dia Nacional de Prevenção e Segurança com o objetivo de chamar a atenção para a importância de tomar medidas preventivas que garantam a segurança no trabalho. Neste mesmo âmbito foi lançada, internamente, a campanha: Hoje, tal como nos outros dias, recorde: “A segurança não acontece por acidente! Nesse sentido foi realizada a apresentação aos/as trabalhadores/as dos equipamentos e soluções disponíveis para realização de trabalhos em altura ou em profundidade. Os presentes

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

participaram, ativamente, colocando questões e realçaram a importância de relembrar conhecimentos, bem como de tomar conhecimento das novidades neste âmbito e as possíveis utilizações das mesmas nas atividades desenvolvidas.

De salientar que a aquisição de equipamentos pressupõe a realização de formação para a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras que utilizam os referidos equipamentos. Para além disso em casos em que os trabalhos envolvem risco elevado, as equipas da EPAL são acompanhadas por equipas especializadas em garantir a segurança, neste tipo de trabalho. Ao nível do Grupo o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho foi assinalado com um Workshop "Boa Postura no Trabalho", que teve como objetivo relembrar alguns conselhos/dicas para melhorar hábitos e posturas a adotar, durante o trabalho.

Realizaram-se em 2021 eleições para os Representantes dos Trabalhadores na Comissão SST.

Para além do descrito, existem outras medidas/ações/projetos referidos no âmbito de outros ODS que também contribuem para as metas 8.4-Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o "Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis", com os países desenvolvidos assumindo a liderança. 8.8-Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, a EPAL tem vindo a fazer consideráveis investimentos na construção e reabilitação de infraestruturas, sempre com a preocupação de recorrer a tecnologias limpas e ambientalmente corretas, e cada vez mais eficientes do ponto de vista da utilização dos recursos. No ano em análise, para além do contexto de pandemia, a materialização das empreitadas planeadas foi afetada pelas disrupções vividas no mercado da construção civil, decorrentes do aumento anormal dos preços de matérias-primas e materiais, problemas de logística e distribuição a nível mundial, bem como dificuldades na mobilização de recursos humanos a nível nacional. Estes fatores impactaram a execução e, sobretudo, a contratação das empreitadas, uma vez que os preços de referência deixaram de ser aplicáveis, levando a que, para além de solicitações de reequilíbrio de contratos assinados, existam numerosos concursos sem concorrentes. No contexto da EPAL/AdVT, em 2021, entre concursos que ficaram desertos e contratos rescindidos, foi apurado um total de cerca de 16 milhões de euros.

Apesar disso foi possível avançar com um conjunto importante de projetos, sendo que foi lançado um número significativo de concursos destinados a assegurar a execução do Plano de Investimentos.

No que respeita aos grandes adutores da EPAL, referir a criação de alternativas ao sistema Alviela, a reabilitação de adutores em serviço (cerca de 29km) e a duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode (10,4 km). O valor dos concursos lançados em 2021 ascendeu a 44 milhões de euros, sendo que as principais adjudicações ascenderam a 15,7 milhões.

Relativamente à reabilitação de estruturas de tratamento, transporte e reserva de água, durante o ano de 2021, abrangeu a elaboração de projetos de execução, adjudicação e acompanhamento de empreitadas de reabilitação

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

de diversas estruturas, salientando-se as seguintes intervenções de Reabilitação: os canais de alimentação dos filtros e canais de água filtrada da linha I da ETA da Asseiceira, a célula 2 do reservatório de Alcanhões, a ponte sifão do aqueduto Tejo, a conduta adutora na ponte sobre o rio Tejo, em Praia do Ribatejo e a célula 2 do reservatório da Charneca. Ao nível da reabilitação/renovação da rede de Lisboa, registou-se no ano de 2021 um incremento da taxa de execução, apesar dos desafios colocados pela pandemia COVID-19. Em concreto, em 2021, a rede substituída foi de cerca de 7,7km. No que respeita aos adutores de grande diâmetro, instalados na cidade de Lisboa, destaca-se a adjudicação da empreitada de Reabilitação da Adutora da Calçada de Carriche, que prevê a construção de cerca 3,3 km de adutor DN800. Paralelamente, estão em desenvolvimento vários projetos de reabilitação de condutas de diâmetro relevante na área de Lisboa, incluindo a Reabilitação da Conduta Camarate - Santo António dos Cavaleiros (Troços Ribeira da Póvoa), a Reabilitação do Adutor Olivais – Campo de Ourique e a Reabilitação do Adutor Telheiras – Alfragide.

Em 2021 foram, ainda, construídos 29 novos ramais para abastecer os novos bebedouros públicos instalados na cidade de Lisboa, ao obrigo do protocolo entre a EPAL, CML e GEOTA, estando ainda previsto para a segunda fase, a iniciar em 2022, a construção de mais 170 bebedouros.

Em 2021 foi assegurado o acompanhamento da execução de 567 novos ramais, valor que supera em cerca de 8% o valor de 2020, sendo o maior dos últimos quatro anos.

No âmbito dos protocolos existentes com a Câmara Municipal de Lisboa, releva-se o Projeto de Execução de Conservação e restauro dos chafarizes de Lisboa, o qual prevê o restauro de um conjunto de 18 chafarizes, a ocorrer em 4 fases, sendo que em 2021 teve início a Fase 1, que contempla o Chafariz do Intendente, o Chafariz do Rato e o Chafariz das Garridas, em Benfica, bem como a interligação do recinto do Arco com a casa Veva de Lima.

No que respeita ao património histórico, as principais empreitadas de recuperação e de reabilitação adjudicadas ou em curso no ano de 2021 foram as seguintes: Recuperação do interior do aqueduto das águas livres entre os recintos da Meia Laranja e do Arco (requalificação de cerca de 1 km do interior do troço do Aqueduto das Águas Livres, tornando a mesma visitável no âmbito das atividades do Museu da Água), Estabilização por ancoragem e monitorização do bloco do Módulo 29 do Aqueduto das Águas Livres, empreitada adjudicada e que pretende eliminar uma patologia detetada num dos arcos do Aqueduto, sobre o Vale de Alcântara.

Mais recentemente, com o desenvolvimento de um sistema de Taxonomia das atividades ambientalmente sustentáveis, preconizadas no Regulamento 2020/852, o qual é um sistema de classificação de atividades “verdes” que traduz os objetivos climáticos e ambientais da União Europeia (UE), em critérios objetivos.

Na Taxonomia encontram-se listadas as atividades económicas consideradas como verdes ou ambientalmente sustentáveis, de onde se incluem as atividades do abastecimento e do saneamento. Estas atividades económicas contribuem de forma substancial para um ou mais dos objetivos climáticos e ambientais da UE.

Será um instrumento relevante em matéria de financiamento sustentável, servindo de referência ao investimento em determinadas atividades económicas.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Os projetos desenvolvidos pela EPAL estão em alinhamento com os objetivos climáticos e ambientais definidos e que incluem, de forma preponderante, as seguintes linhas de ação:

- Mitigação das alterações climáticas
- Adaptação às alterações climáticas
- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos/ marinhos
- Transição para uma economia circular
- Prevenção e controlo da poluição
- Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas

A EPAL/AdVT tem vindo a manter a sua identidade inovadora, através de desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Inovação e Desenvolvimento (I&D) transversais. Os projetos desenvolvidos centraram-se em três pilares fundamentais, focados na resolução de desafios diretos do negócio e escaláveis pela sua natureza:

- Circularidade de materiais
- Organização e processos
- Eficiência energética e promoção de energias renováveis

No domínio da circularidade de materiais e depois de em 2020 ter sido obtida a desclassificação de lamas de ETA da categoria de resíduo, passando a poder ser comercializado como matéria-prima na indústria cerâmica e como reagente no tratamento de águas residuais, o ano de 2021 foi um ano de procura de oportunidade de mercado e clientes, tendo-se realizado diversos contactos com indústrias da área da cerâmica e pré-fabricados de betão, sendo que se aguarda, ainda, a aprovação da autorização de comercialização destes materiais, para aplicação em pavimentos betuminosos e na pré-fabricação ligeira de betão, tendo-se iniciado um conjunto de projetos e estudos complementares que deverão estar concluídos em 2022.

Em 2021 prosseguiram os projetos com a NOVA FCT para demonstração de novas oportunidades de criação de valor destes materiais na absorção de sulfatos, estabilização de lamas de ETAR e remoção de emergentes. Estas potenciais aplicações no tratamento de águas residuais, a par das já conhecidas serão determinantes na afirmação da proposta de valor para este mercado. Durante o ano de 2021 iniciaram-se ensaios com entidades reconhecidas na área, nomeadamente LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), ADISA (Associação para Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia) e ESAPL (Escola Superior Agrária de Ponte de Lima), com o objetivo de avaliar novas utilizações potenciais para estes materiais e sua colocação em mercado.

Em 2021 foram, ainda, ultimados os estudos e processo de concurso para instalação de uma unidade de produção de cloro e hipoclorito de sódio na ETA de Asseiceira, com recurso a eletrólise salina e utilização de energia renovável produzida na ETA de Asseiceira. A unidade irá contribuir para uma utilização de cloro de modo mais seguro, para a comunidade e para trabalhadores/as, mais resiliente face a perturbações de cadeias de abastecimento fruto de greves, pandemias e outras perturbações de mercado e integrada na descarbonização das operações realizadas pela EPAL.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

No ano de 2021 foram, igualmente, iniciados os estudos para a valorização de origens de água do Aqueduto das Águas Livres e do Alviela, reforçando a redundância de origens de água, viabilização de rega, resiliência e amenização de espaços urbanos. No caso da AdvT, no ano em análise concretizaram-se as infraestruturas que permitirão a entrada em serviço do piloto industrial na ETAR de Castelo Branco, onde se prevê que sejam realizados testes à escala industrial, prevendo-se ainda que em 2022 entre em funcionamento um piloto semelhante na ETAR de Évora. Foram, igualmente, promovidas candidaturas ao Programa COMPETE 2020 das duas centrais de compostagem da ETAR de Évora e ETAR de Castelo Branco. Estas centrais têm como objetivo principal criar um novo produto de valor acrescentado (composto) com base em processos aeróbios e com recurso a não só a lamas de ETAR bem como resíduos verdes (material estruturante). No domínio da organização e processos destaca-se o projeto do Programa doutoral em Saúde Ambiental *"Detecção e quantificação de enterovirus, vírus das hepatites A e E em águas de consumo e residuais"*. Salienta-se, ainda, o projeto associado à implementação de novos métodos e ensaios laboratoriais, reforçando o papel do laboratório como um agente determinante na I&D da empresa e antecipando desafios de médio e longo prazo do controlo de qualidade de água. Em 2021 foi ainda iniciado um projeto associado a Sistema de Informação, com objetivo de sustentar novas abordagens em termos de recolha, tratamento e análise de grandes volumes de dados (big data), no domínio da gestão de energia e emissões, por forma a melhorar os processos de tomada de decisão. O projeto tem continuidade em 2022. No respeitante à eficiência energética e promoção de energia renováveis, foram fortemente impulsionados vários projetos, preparando o lançamento de concurso, alguns deles em fase de abertura de propostas: Foram, ainda, desenvolvidas as peças de caderno de encargos, com o apoio técnico do INEGI (Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial), para abertura de concurso do gerador eólico da EE de Vila Franca de Xira (5.5 MW).

Durante o ano 2021 foi obtido o licenciamento pela DGEG da Microrede de Vila Franca de Xira, tendo como objetivo veicular a energia produzida nas unidades de produção de energia (fotovoltaica, eólico e hídrica) para consumo na EE de Vila Franca de Xira, sem injeção na rede. Um projeto pioneiro no País, sendo a primeira microrede do seu tipo associada a fontes de produção de energia híbrida (fotovoltaica, eólico e hídrica), desenvolvido com apoio do INESC TEC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Tecnologia e Ciência).

No domínio da eficiência energética no ano de 2021 foram desenvolvidas peças de procedimento para a colocação a concurso da aquisição de novo grupos na EE de Vila Franca de Xira e fortemente desenvolvidas as peças para ampliação da redundância digitalização do comando, controlo e monitorização da estação elevatória de elevação na EE1/EE2 de Castelo do Bode, do Castelo do Bode.

A EPAL participou no simulacro NEAMWAVE 2021, cujo cenário foi um sismo semelhante ao de 1755, seguido de tsunami, com o objetivo de serem identificadas eventuais vulnerabilidades e a criação de mecanismos que permitam dar resposta, adequada, a um evento de natureza semelhante. O exercício foi realizado em contexto de sala de operações e permitiu testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

No dia Mundial da Água foi apresentada, pelo grupo AdP, a Estratégia de Inovação 360º, integrada no seu quadro Estratégico de Compromisso 2020-2022, que materializa a nova visão do Grupo para a próxima década, assumindo a inovação como um dos seus desafios centrais e onde se destacam a aceleração da inovação em rede, fomentando uma cultura de inovação focada na eficiência, sustentabilidade e excelência, tornando o Grupo AdP como uma referência de inovação no setor da água, a nível nacional e internacional.

A EPAL viu reconhecido, pela Agência Nacional de Inovação, o trabalho desenvolvido ao nível da Investigação & Desenvolvimento (I&D), através da aprovação da totalidade dos projetos submetidos ao SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, na candidatura apresentada em 2020, tendo atribuído, à empresa, um incentivo financeiro no valor de 450 mil euros.

No âmbito dos projetos desenvolvidos destaca-se um conjunto de novas metodologias e métodos avançados, realizados pelo Laboratório, na área de compostos emergentes, projetos BIM e os projetos, em curso, no âmbito da circularidade de lamas de ETA e as iniciativas compreendidas no EPAL 0% Energia. O projeto realizado pela EPAL e NOVA FCT foi incluído num artigo científico internacional e publicado numa revista de especialidade, ao fazer uma revisão científica de publicações na área da utilização de lamas de ETA em tratamento de águas residuais. O projeto foi identificado como o único cujos autores se centraram na temática da remoção de compostos emergentes, sendo que, no mesmo artigo, são também apresentadas aplicações no tratamento de águas residuais, todas elas em desenvolvimento, na EPAL/AdVT.

Ainda ao nível da inovação é importante referir o projeto CLORH2O que associa a coprodução de hidrogénio à produção de reagentes consumidos nas operações da EPAL, promovendo a resiliência a perturbações nas cadeias de abastecimento, a qualidade de serviço e a descarbonização associada à produção e logística de distribuição de reagentes (emissões SBTi âmbito 3) nas infraestruturas sobre a sua gestão. Especialmente relevante é a oportunidade de valorização do hidrogénio produzido no autoconsumo em mobilidade sustentável, substituindo a utilização de viaturas hoje consumidoras de gasóleo e/ou injeção na rede de gás natural.

Tendo em conta o descrito e a relevância das suas Instalações/Infraestruturas, a EPAL manteve no ano em análise, a certificação do sistema de gestão de gestão de ativos de acordo com a norma ISO 55001, dando um contributo para se atingir a meta 9.4-Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respetivas capacidades.

ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, em 2021 foi mantida a parceria com a EPIS – Associação Empresários pela Inclusão, que tem como missão a Educação e a promoção da inclusão social, em Portugal e que tem desenvolvido os seus projetos de intervenção cívica na área do combate ao insucesso e ao abandono escolares, com particular atenção à potenciação e capacitação de jovens em risco a frequentar os 1º, 2º e 3º ciclos de escolaridade e ensino secundário, bem como à disseminação de boas práticas de gestão nas escolas. Esta associação, tem vindo a desenvolver, junto dos jovens e das famílias mais vulneráveis, ações para a sua inclusão social, escolar e profissional, sendo que a EPAL/AdVT tem vindo a participar e a proporcionar, a estes alunos e alunas, Bolsas Sociais que visam premiar as melhores práticas em educação, pela inclusão social e inserção profissional e destinam-se a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

jovens carenciados que se distingam pelo mérito académico. No ano em análise, 6 alunos oriundos dos concelhos de Alvaiázere, Oliveira do Hospital, Oleiros, Proença-a-Nova, Mação e Sardoal, área de influência da Águas do Vale do Tejo, foram contemplados com uma bolsa de 3 anos. Salienta-se, ainda, que, desde 2018 o contributo da EPAL/AdVT, já beneficiou 18 alunos, que se distinguiram pelos bons resultados escolares.

Em 2021 a EPAL mantém ainda, no âmbito da EPIS, a participação no programa de inserção profissional de jovens com necessidades especiais através de estágios ocupacionais e profissionais e que será dinamizado quando a situação pandémica o permitir.

No âmbito do seu projeto de inclusão que visa contribuir e sensibilizar a comunidade para uma sociedade mais inclusiva, a EPAL desenvolveu, em parceria com a ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, com o Serviin - Portal do Cidadão Surdo e com a APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga, entidades com quem já tem vindo a trabalhar e com o acompanhamento técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. e do MTSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, um livro de receitas com água da torneira, em formatos acessíveis. Criou no seu site uma nova área designada “Coleção de receitas para todos” onde podem ser encontradas várias receitas acessíveis a pessoas com deficiência, concretamente 4 receitas com água da torneira em Língua Gestual Portuguesa, em escrita pictográfica e em braille. Relativamente a este último, avançou com uma edição impressa do Livro “Receitas para todos”, que enviou aos seus clientes com deficiência visual (cegos e amblíopes), juntamente com a fatura que já está a ser enviada, em Braille. Estes Livros também estão disponíveis nas lojas da EPAL. Está a ser desenvolvido, também, o projeto “Educação Ambiental para TODOS”, em que a EPAL divulga diversos conteúdos de educação ambiental acessível a pessoas com deficiência, pretendendo manter a missão de alertar e contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Os conteúdos estão disponíveis no site da empresa e estão centrados, para já, nos Ciclos da Água (Natural e Urbano) e na adaptação do livro de atividades “O Planeta é a nossa casa” que conta a aventura da abelha Bé na sua tentativa de alertar os mais pequenos para a importância da polinização e da proteção das massas de água na conservação dos ecossistemas do Planeta. Foram realizadas ações específicas no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, no Dia Mundial do Ambiente (descrita no ODS 15) e no dia Mundial do Surdo.

No âmbito da sua participação na 9ª Conferência, da PWN, também deu um contributo para a integração de profissionais em situação de desemprego na Rede da PWN (referido no ponto i), deste documento, relativo ao Plano de Igualdade de Género).

A EPAL estabeleceu uma parceria com a fundação LIGA, no sentido de promover o trabalho artístico de pessoas com deficiência, no Projeto “EPAL LIGA-se ao Mar”, mais desenvolvido, no ODS 14.

Para além das entidades já referidas, a EPAL tem contado, ao nível da divulgação e partilha de conteúdos com a Fundação LIGA, a APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, a CERC Lisboa e a APSA- Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

A EPAL/AdVT deu como contributo para o cabaz de Natal oferecido às trabalhadoras e aos trabalhadores do Grupo, uma compota produzida pela SEMEAR, um projeto extraordinário de sustentabilidade e de inclusão social que permite, à EPAL/AdVT reforçar o espírito solidário de respeito, pela inclusão.

A EPAL apoiou, ainda, a campanha do Pirlampo Mágico “Estamos juntos p’ró que der e vier”, no sentido da sensibilização para a necessidade de todos e todas participarem, ativamente, na construção de sinergias e colocar em prol do/a outro/a, o melhor que há em cada um e em cada uma. Assim, a EPAL adquiriu 100 Pirlampos Mágicos para oferecer aos/as clientes que se deslocaram às lojas de atendimento. Um pequeno gesto mas com grande simbolismo e apoio a uma causa que é de todas/os.

A EPAL foi agraciada com um Tubo de Ouro (ENEG 2021) na categoria “Melhor Ação Valor da Água” o prémio foi para “Comunicar para Todos - Parcerias para a implementação de uma comunicação multiformato”, um Projeto que apresenta diversas ações de comunicação em formatos acessíveis com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

Desta forma é dado um contributo para a meta 10.2 - Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.

A implementação do Plano para a Igualdade de Género, já referido no ponto 5 – ODS 5 Igualdade de Género), também fornece contributos para o presente ODS.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, em 2021 e, apesar da situação pandémica que vivemos, a EPAL manteve a sua estratégia de implementação de ações que objetivam salvaguardar o património natural da sua área de intervenção, bem como diminuir os impactos ambientais decorrentes da sua atividade, nomeadamente na promoção do consumo da água da torneira junto de cidadãos/as, empresas e outras organizações e a promoção, junto dos trabalhadores e das trabalhadoras, da mobilidade sustentável, concretamente no âmbito da 20ª semana Europeia da Mobilidade, em 2021 subordinada ao tema “Mova-se de forma sustentável. Seja saudável!”, que teve como objetivo sensibilizar para as boas práticas ambientais e para a mobilidade verde, utilizando o *slogan*: “Neste Dia, opte por fazer deslocações com recurso a transportes menos poluentes, como é o caso dos transportes públicos e das bicicletas”. Para além disso a EPAL apoiou a Velo-city 2021, a maior conferência mundial de mobilidade em bicicleta, que se realiza, anualmente, em diferentes cidades, e que foi organizada pela Câmara Municipal de Lisboa, EMEL e *European Cyclist’s Federation*. Considerada como a principal referência mundial sobre a utilização da bicicleta, em meio urbano, o evento reuniu urbanistas e especialistas em mobilidade, representantes de associações e de autoridades locais e regionais, entidades, indústria, universidades e políticos de mais de 60 países, que discutiram soluções para a mobilidade ativa, para o aumento do uso diário da bicicleta e a construção de mais e melhor infraestrutura ciclável. Nesta edição, também, teve lugar uma corrida de bicicleta que ligou o Parque das Nações à Av. da Liberdade, onde a EPAL promoveu o consumo sustentável de Água da Torneira. Em 2021, no âmbito do projeto “Bebedouros de Lisboa”, que dotará a capital com uma rede de 200

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

bebedouros (30 já em funcionamento), resulta de uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e o GEOTA, foram inaugurados, vários equipamentos, em diferentes locais da cidade, concretamente nas zonas do Campo Grande, da Avenida da Liberdade, Colégio Militar, Belém, Cais do Sodré, Terreiro do Paço, Largo do Contador-Mor Santa Apolónia, Martim Moniz, Chiado, Rua Augusta, Avenidas Novas, Rossio, Campo Pequeno, Alvalade, Saldanha e Avenida da República. Trata-se de um equipamento moderno e inclusivo, podendo ser utilizado por crianças, adultos, pessoas com mobilidade reduzida e animais e que contribui para uma cidade cada vez mais limpa e sustentável. Para além destas hipóteses e novas funcionalidades, os bebedouros oferecem, ainda, a possibilidade de fazer o *refill* de garrafas reutilizáveis, contribuindo, assim, para a diminuição da quantidade de plástico e uso único. A nova Rede de Bebedouros permitirá, pois, o livre acesso ao consumo de água da rede pública, de forma acessível, gratuita e facilitada, a todos aqueles que o desejem fazer.

Para recordar a importância de reciclar e informar sobre as quantidades e custos do tratamento dos resíduos urbanos, em Portugal, a EPAL divulgou o filme “Reciclar é Agora”, ajude o ambiente ao separar as embalagens “todas, sempre e em todo o lado”, resultado de uma parceria entre a EGF – *Environmental Global Facilities*, a ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos e a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos a mensagem.

A EPAL voltou a juntar-se à iMed, organizada pela NMS – *Nova Medical School*, que já está na sua 13ª edição e cujo principal objetivo continua a ser o de inspirar a geração de futuros cientistas e médicos, sensibilizando-os para a importância das questões ambientais através de escolhas mais sustentáveis, como o consumo de água da torneira. Nesta edição, a EPAL voltou a apoiar o evento com dispensadores de água da torneira, saciando a sede a todos/as os/as participantes, um reforço da importância de uma opção de excelente qualidade e amiga do ambiente.

Com o início da época de férias a EPAL divulgou algumas recomendações importantes: “Hidratação é fundamental! Leve sempre consigo a sua água da torneira.”; “Proteja os recursos hídricos. Na praia ou no campo, utilize os contentores adequados para descartar o lixo.”; “Muito cuidado com os cigarros. Apague-os sempre de um modo seguro. Não faça fogueiras. Evite os incêndios. Proteja os recursos naturais e a biodiversidade. Proteja-se a si e aos outros!”.

No âmbito da parceria da EPAL com a Lisboa Capital Europeia do Desporto 2021, foi distribuída água da torneira através de aguadeiros a todos/as os/as participantes das aulas de *Body Combat* que decorreram na Mãe d’Água das Amoreiras, com o objetivo de sensibilizar para a importância de consumir água da torneira, em prol de um ambiente mais sustentável.

“EPAL. Todos precisam de nós” é o mote da campanha, lançada em 2021, que pretende destacar a presença da água em todos os momentos da vida, sensibilizando a população para a sua importância. A campanha consiste em pequenos vídeos, que respondem ao *slogan*: “Quando abres a água da torneira, abres a torneira ...”, “dos grandes passeios”, “da natureza”, “do bem-estar”, “dos sorrisos” e “da inspiração”, etc.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

A EPAL, em consórcio com a empresa *Ethical*, viu aprovada, pelo Fundo Ambiental, a candidatura do projeto “Circular por Natureza – Promover boas práticas de reaproveitamento alimentar contra o desperdício”, que aborda o uso eficiente e o reaproveitamento de água e alimentos, na utilização diária na casa das famílias portuguesas. Concretamente no projeto “Água Circular por Natureza... nas nossas cozinhas, os Chefs Vítor Claro, Clarisse e Francisco apresentam ótimas sugestões para reaproveitar alimentos e reduzir a utilização de água da torneira, na cozinha.

Foram gravados vídeos, de que são exemplo: “Já confecionou uma lasanha com as sobras do cozido? Uma tarde de maçã onde tudo se aproveita?”, etc., disponibilizados nas redes sociais da EPAL e na intranet, para os seus trabalhadores e para as suas trabalhadoras.

No âmbito do protocolo estabelecido com a EPAL, a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, promoveu 4 *workshops*, gratuitos, sob o tema “Reutilizar para brincar”, com o objetivo ensinar a usar materiais que existem em casa, criando jogos e atividades e dando-lhes uma nova vida. Construir comedouros e bebedouros para as aves, promovendo a biodiversidade, em diversos locais. Criar Origamis e aprender mais sobre essa técnica ancestral japonesa. Descobrir a Biodiversidade, ao mesmo tempo que se descobrem várias espécies e a importância, das mesmas, nos ecossistemas e promover a sustentabilidade criativa no regresso às aulas, tiveram como destinatárias as famílias e decorreram em formato *online*. Ao abrigo do mesmo protocolo foram, ainda realizadas 10 *webinars* sob o tema “A importância da água na natureza”, dirigidas aos alunos do 2º e 3º ciclos, onde participaram cerca de 400 crianças.

No âmbito do programa “Despertar para a Natureza”, que promove o contacto direto com a natureza e a biodiversidade, foram realizadas sete saídas de campo com alunos dos 2º e 3º ciclos Decorreu, também, a 2ª edição do concurso internacional, para jovens, *The Water We Want* (A Água Que Queremos) subordinado ao tema “O meu maravilhoso património da Água e os ODS”. O concurso tem como objetivo explorar o nosso património hídrico herdado e multifacetado na perspetiva dos jovens tendo em conta o enquadramento da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). É dirigido a escolas, instituições de ensino (formais e informais) de todo o Mundo através dos Museus da Água de cada um dos países participantes e compreende duas categorias etárias: alunos de 6-12 anos (1º e 2º ciclo) e 13-18 anos (3º ciclo e ensino secundário). Os trabalhos a concurso podem ser apresentados em vários formatos: desenho, fotografia, vídeo/animação, escrita ou *slogan* da Água e canção.

A EPAL participou, uma vez mais, no *Open House Lisbon - Lisbon Architecture Triennial 2021*, a 10ª edição e que teve como tema “Os caminhos da Água”. Foram realizadas várias visitas guiadas ao Aqueduto das Águas Livres, Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, Reservatório da Patriarcal e Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos. Ainda em colaboração com a Trienal de Arquitetura de Lisboa, foi exposta ao público, no Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, o projeto expositivo “Coreografias da Água: Pensar o sítio de Lisboa”, da autoria da Arquitecta Paisagista Teresa Amaro Alfaiate e do Arquitecto João Mendes Ribeiro, que apresentou uma instalação cujo objetivo era construir um espaço a partir da ideia de núcleo gerador da cidade de Lisboa, assumindo como a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

centralidade do local o estuário do Tejo, em particular o Mar da Palha como agregador da cidade ancestral e da unidade de paisagem onde esta se inscreve. Este foi um dos 14 projetos associados, selecionados pela 4ª edição da Trienal de Arquitetura de Lisboa, que foi exposto ao público, pela primeira vez.

A EPAL apoiou, juntamente com a Águas de Portugal e a Águas do Tejo Atlântico, a Exposição “Água – Exposição sem Filtro”, que destaca a importância da água para o desenvolvimento sustentável e que esteve patente ao público, entre junho e setembro, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa.

O bailado *Dust* é um projeto que pretende reagir ao que se passou, ao que todos vivemos nestes últimos tempos. Voltando-se para a Natureza, este projeto tem como objetivo sensibilizar o público para questões ambientais e responder, pela arte da dança, aos anseios individuais comuns que nos unem a todos. É uma obra sobre um ciclo, que conta com 8 bailarinas e 1 músico. Em tempos em que chegámos a um caos, a um limite de consumo, uso e posse, voltamos então ao pó - *Dust*. Não de cinzas, não de morte, mas sim de um despir que nos reduz até ao estado natural que somos, igual a todas as matérias-primas. Inserida na iniciativa anual das Jornadas Europeias do Património e sob o tema “Património Inclusivo e Diversificado”, a EPAL promoveu uma visita guiada, intitulada “Património ao Pôr-do-sol - Caminhada sobre o Vale de Alcântara”.

No âmbito do Programa Lisboa Capital do Desporto, a EPAL abre a travessia do Vale de Alcântara, de Campolide para Monsanto, aos adeptos do ciclismo, nos últimos domingos dos meses de verão, sob o lema Aqueduto sobre Rodas.

O projeto CAPT2-Circularidade da água, por todos e para todos, no âmbito da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2), promovido pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática é constituído por uma rede de 8 municípios que nos próximos 2 anos, promoverão encontros locais para “O desenvolvimento de uma visão conjunta sobre fatores emergentes da circularidade no Ciclo Urbano da Água”. A Águas do Vale do Tejo é um dos parceiros desta iniciativa e dará o seu contributo para a criação de cidades circulares.

Com o objetivo de sensibilizar os estudantes para as boas práticas ambientais e levar, além-fronteiras, a mensagem da excelente qualidade da água da torneira, a EPAL promoveu, junto de um grupo de estudantes participantes num programa de intercâmbio organizado pela *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA), a ONG representativa dos estudantes de Medicina a nível mundial, a app gratuita H2O Quality, que permitiu aos estudantes estrangeiros conhecerem a qualidade da água da rede pública da cidade de Lisboa, assim como o caminho para o bebedouro mais próximo para encher a garrafa reutilizável *Fill Forever*, oferecida no *Welcome Kitt*.

A EPAL associou-se às comemorações do Dia Mundial do Habitat, a fim de sensibilizar para as questões relacionadas com as cidades e a forma como crescem e se desenvolvem, bem como com o impacto que esse crescimento tem na vida das pessoas que aí vivem, seja ele, social económico ou ambiental. No ano em análise, o tema escolhido foi os resíduos produzidos, nas cidades e o potencial das tecnologias de ponta em torná-lo numa riqueza, olhando para ele como potencial de produção energética para além da sua reutilização e reciclagem, sempre que os materiais o permitam.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



No Dia Mundial da Internet a EPAL promoveu, mais uma vez, a app *H2O Quality*: “A água da EPAL está cada vez mais transparente - Veja a qualidade da água no seu telemóvel.”, que traz uma forma fácil e inovadora de conhecer a qualidade da água, da EPAL, tanto a partir da casa de cada um/a, como nas ruas da bonita cidade de Lisboa, através da utilização de um telemóvel, com acesso ao GPS e à Internet. A utilização da app *H2OQuality* é gratuita, está disponível em português e em inglês para Android e iOS e fornece informações, detalhadas, sobre as características da água tais como cálcio, magnésio, sódio, cor, dureza, pH, cloro, entre outros. Salienta-se, ainda, que o acesso a esta aplicação é livre, pode acontecer tanto por parte daqueles e daquelas que vivem em Lisboa como dos/as que a visitam. Enquanto faz as suas caminhadas, está em casa a trabalhar ou a levar o seu cão à rua, pode usufruir de todas as funcionalidades da *H2O Quality*.

Para difundir a mensagem do consumo sustentável, a EPAL, sempre que possível, marca presença, com os seus aguadeiros que oferecem copos com água da torneira, em eventos diversos. Para além dos já mencionados, referir a 10ª edição da Corrida da Água, organizada pela Xistarca, que atravessa o Aqueduto das Águas Livres e em que participaram cerca de 1.000 pessoas.

Estas ações permitem contribuir para as metas 11.4-Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo e 11.6-Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Salienta-se que as ações referidas no ODS 11 também contribuem para o ODS12 e vice-versa.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, um forte compromisso da EPAL, explicitado na sua Política de Gestão, em que promove a gestão sustentável e a utilização eficiente dos recursos naturais, com resultado, também, ao nível da produção de resíduos e do respetivo encaminhamento (metas 12.2-Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais e 12.5-Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização), a elaboração de Reporte Não financeiro e de Relatório de Sustentabilidade, este último de carácter voluntário vai ao encontro da meta 12.6-Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade no seu ciclo de relatórios.

A EPAL continuou, em 2021, a lançar o desafio de consumo, exclusivo, de água da torneira a inúmeras entidades, por forma a evidenciar o seu compromisso para com a sustentabilidade ambiental, optando por escolhas mais amigas do ambiente. No ano em análise aceitaram o desafio mais 37 Entidades. Apesar das restrições da pandemia, foi possível conquistar o interesse, de entidades que viram, nesta campanha, uma oportunidade para afirmarem a sua eficiência de recursos e sustentabilidade ambiental. A campanha conquistou, também, instituições sem fins lucrativos, nomeadamente de solidariedade social, como a Crescer Bem, a Entreeajuda, o Banco Alimentar, a Voz do Operário, a Ajuda de Berço, a Fundação LIGA e a Dona Ajuda. Também a Voarte, a ILGA, a PWN Lisbon e a APorEP - Associação Portuguesa de Estudos de Protocolo se juntaram à EPAL. Outras entidades afirmaram, igualmente, o consumo sustentável de água da torneira nomeadamente a LPN, a CPCCRD - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e a UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Portuguesa. Quanto à divulgação da qualidade da água da torneira nos Centros de Congressos, Hotéis, Universidades e Restaurantes com a garrafa Lisbon Tap, é de salientar, em 2021, a adesão do Instituto Superior Politécnico, iniciativa que veio juntar, às 3 Escolas Superiores que já tinham aderido anteriormente, mais 5, totalizando todas as Escolas do referido Instituto.

Salienta-se que na área de intervenção da AdVT também tem sido dinamizada a mesma campanha que, em 2021, também ganhou novos adeptos, concretamente as três Escolas Superiores do Instituto Politécnico de Portalegre, nos Serviços Centrais e nas Residências de Estudantes, na Escola Secundária de Ponte de Sor, na Escola Básica José Régio (Portalegre), no comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Alentejo e Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre, no sentido de alertar estudantes, docentes, funcionários/as e outros/as trabalhadores/as onde, para além de ser dado a conhecer o papel da EPAL/AdVT, no tratamento da água é dada resposta a dúvidas e receios quanto à adoção de um consumo mais sustentável, é promovida a redução da pegada carbónica. A estas entidades foram oferecidos bebedouros e jarros de vidro da EPAL, complementarmente a ações de sensibilização para o consumo de água da torneira.

A EPAL manteve o projeto com a Zomato, "Aqui eu bebo água da torneira", que desafia os restaurantes de Lisboa a disponibilizarem água da torneira aos seus e às suas clientes, sensibilizando-os/as para um consumo mais sustentável, bem como para a redução da utilização de garrafas de plástico. Os estabelecimentos aderentes podem ser identificados, diretamente, na app da Zomato, com a dica: Acompanhe a sua refeição com a melhor água, a da EPAL!

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, que obriga os estabelecimentos do setor HORECA a disponibilizar um recipiente com água da torneira, aos/as seus/suas clientes, a Zomato destacou, na sua *newsletter*, enviada a cerca de 6 000 restaurantes, que a EPAL oferece, aos restaurantes, jarros de vidro na expectativa de os apoiar no cumprimento da legislação. Ainda no âmbito da mesma parceria, a EPAL publicou conteúdos na *newsletter* desta entidade, que é enviada a mais de 400 mil utilizadores. Os contributos passam por dicas de uso eficiente da água, receitas com água da torneira, divulgação da aplicação H2O Quality, e, ainda, sugestões para beber água com mais satisfação.

A EPAL, o NEYA Lisboa Hotel e a Castelbel três grandes empresas portuguesas focadas na sustentabilidade, desenvolveram uma campanha com o mote a defesa do planeta e a poupança de água da torneira, que passa por oferecer, a todos/as os/as clientes da unidade hoteleira, durante o mês de dezembro de 2021, um sabonete com a gravação "Poupa água da torneira". Desta forma os/as hóspedes levarão consigo, no regresso aos seus países de origem, uma lembrança da universalidade da mensagem da poupança de água, apresentada de forma inovadora e criativa.

O Dia Mundial da Criança começou na Escola Básica e Secundária de Ponte de Sor, com ações de sensibilização a duas turmas de 3º ciclo e terminou com uma sessão de águas aromatizadas a outras duas turmas de ensino secundário, com envolvimento de 100 alunos. Tratou-se do dia da esperança numa geração ambientalmente mais consciente e amiga do ambiente, um despertar para a importância de preservar os meios hídricos, não os poluindo e optando pelo consumo de água da torneira evitando, dessa forma, a produção de resíduos.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Por ocasião do dia Mundial do Ambiente implementou-se a campanha: Faça escolhas sustentáveis! – Diz não ao Plástico! O nosso planeta agradece a reflexão das nossas escolhas, enquanto consumidores/as. Nesse sentido foi distribuída, a cada trabalhador/a, uma máscara de tecido reutilizável para utilização na sua vida pessoal, visando a diminuição dos resíduos de máscaras não reutilizáveis e, adicionalmente, a entrega de uma escova de dentes, isenta de plástico, produzida apenas com materiais sustentáveis e completamente reciclável, após o término do seu ciclo de vida. Ao longo do referido dia foram divulgadas, internamente, receitas do livro, da EPAL, torne a sua água da torneira mais *cool* o *slogan*: Neste verão seja mais sustentável e diga não ao desperdício alimentar.

Dada a importância do tema as Nações Unidas proclamaram o dia 29 de setembro como Dia Internacional da consciencialização sobre perdas e desperdício alimentar e, nesse sentido, a EPAL, fez alusão ao dia e, para além de divulgar as diversas iniciativas em curso, por parte da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, desenvolveu e divulgou um projeto, apoiado pelo Fundo Ambiental, intitulado “Circular por Natureza – Promover boas práticas de reaproveitamento alimentar contra o desperdício” que aborda o uso eficiente e o reaproveitamento de água e alimentos na utilização diária, na casa das famílias portuguesas (desenvolvido mas à frente, neste documento).

Outro dia assinalado na EPAL foi o Dia Mundial da Lavagem das Mãos, que apesar de ter sido instituído como meio de combater a mortalidade infantil, causada por diarreias e infeções respiratórias, tem um caráter vital na prevenção da transmissão da COVID-19, sendo que o gesto ganhou, ainda, maior importância, pelo que fez tanto sentido a sua comemoração. Ainda assim, a mensagem, da EPAL, também passou por, alertar para o quão importante é fechar a torneira, enquanto se ensaboam as mãos, uma vez que poupar água, também, é fundamental para a sobrevivência do Planeta!

No dia Mundial da Água, a EPAL, participou no programa “Diário da Manhã”, da TVI, onde abordou o tema do consumo de água da torneira como forma de reduzir o plástico de uso único, as águas aromatizadas, as garrafas, a appH2O *Quality*, entre outros. Para assinalar esse mesmo dia e para promover o consumo da água da torneira, a ZERO lançou, com o apoio da EPAL, a campanha *online* “Água da Torneira. A bebida preferida”. Para o efeito a associação ambientalista criou o site aguadatorneira.pt - <https://aguadatorneira.pt/> - que incentiva cidadãos, empresas e entidades públicas e privadas, a aderirem a esta opção sustentável.

A EPAL esteve presente no Festival Visão Júnior, que decorreu formato *online*, desta feita dedicado às profissões e talentos, proporcionando aprendizagem e divertimento através da realização de experiências e diversos ateliês, dirigidos aos mais novos e às suas famílias, onde não foi esquecida a vertente da sustentabilidade ambiental, com apresentação de três vídeos, com as dicas para o uso eficiente da água, consumo de água da torneira e a redução da pegada hídrica. Para este evento a EPAL coproduziu o jogo “Água escondida” e foram

Salienta-se que as ações referidas no ODS 11 também contribuem para o ODS12 e vice-versa.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

ODS 13 – Ação Climática, a EPAL tem definida a sua Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, associada ao projeto Adaptaclima, que tem vindo a divulgar por forma a contribuir para a meta 13.1-Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Para além disso, manteve o seu compromisso na defesa do Planeta com a assinatura da "Business Ambition for 1.5°C", a carta proposta pelo *United Nations Global Compact* que incentiva as empresas a criarem medidas de combate às alterações climáticas. Neste âmbito a EPAL compromete-se a alinhar as suas metas com a redução de emissões de gases com efeito de estufa (SBTi), em todos os âmbitos relevantes, evitando um aquecimento superior a 1.5°C. Consciente de que são necessárias várias ações, a diversos níveis, por forma a aumentar a eficiência energética nas diversas atividades, bem como da frota, foi mantida a certificação do Sistema de Gestão da Energia da Empresa, uma ajuda preciosa, a esse nível. Nesse foi mantida a campanha interna "Juntos somos + Descarbonizados", que impele à poupança de energia nas deslocações realizadas, com reflexo. Imediato, na quantidade de emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Evidenciando essa preocupação, no Dia Mundial da Energia foi distribuído, a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, um porta-chaves e uma brochura, com a seguinte mensagem: Existem hábitos que permitem poupar energia e emissões de gases com efeito de estufa (GEE), conhecer, aplicar e difundir estas regras pode parecer parco contributo, mas todos os contributos contam. Juntos Descarbonizamos Mais!

A EPAL instalou, nas Estações Elevatórias afetas aos sistemas de abastecimento do Oeste, Castelo do Bode e Médio Tejo, 35 motores de alta eficiência energética que no total perfazem 1.100kW de potência mecânica. Estima-se que esta intervenção, levada a cabo pela Direção de Manutenção, possa gerar uma poupança energética de 240 MWh/ano e a redução de 56 toneladas de CO₂ emitido. No que concerne às empreitadas, mais relevantes, na vertente de equipamentos e energia, são de referir, a construção do novo Posto de Transformação da Estação Elevatória de Vila Fria e intervenções no recinto de Vila Franca de Xira (alteração da rede de média tensão e substituição do Quadro de Média Tensão da EE1), bem como as centrais fotovoltaicas dos recintos de Telheiras e do Parque das Nações, incluídas na estratégia "EPAL 0%". Ainda, neste âmbito, foram lançados os concursos para a construção das centrais fotovoltaicas de Vale da Pedra e Valada.

Destaca-se, ainda, no âmbito do projeto "Asseiceira 0%" a construção, já avançada, de uma minicentral hidroelétrica, para aproveitamento do potencial de produção de energia piezométrica disponível a jusante, permitindo disponibilizar uma potência elétrica instalada de, sensivelmente, 1,5 MW.

Foi assinalado o Dia Internacional do Ar Limpo para o Céu Azul, data instituída durante a 74ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução nº 74/212, de 19 de dezembro de 2019. Com o tema "Ar Saudável, Planeta Saudável", o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) promove uma série de eventos que têm como objetivo reforçar, junto dos países-membros, a necessidade e a urgência em colocar em prática as ações previstas nos ODS, que conduzem à redução de gases na atmosfera, de forma a reduzir as emissões de CO₂ que destroem a camada de ozono, um escudo que protege a Terra da radiação ultravioleta que a atinge e que, não sendo filtrada, é muito prejudicial para todas as formas de vida. Nesse sentido e por forma a alertar para a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

destruição da camada de ozono e procurar soluções para a proteger foi sinalizado o Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozono.

No Dia Europeu sem Carros, integrado na Semana Europeia da Mobilidade, que comemorou a sua 20ª edição, sob o tema “Mova-se de forma sustentável. Seja saudável!”, foi divulgada a mensagem que pretende sensibilizar para as boas práticas ambientais e para a mobilidade verde: opte por fazer deslocações com recurso a transportes menos poluentes, como é o caso dos transportes públicos e/ou das bicicletas.

O Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, instituído em 1989 pelas Nações Unidas, com o objetivo de sensibilizar o Mundo para a necessidade de serem desenvolvidas ações conjuntas que contribuam para prevenir riscos e reduzir vulnerabilidades, aumentando a resiliência das comunidades e a capacidade de antecipação e resposta, face à ocorrência de acidente graves ou catástrofes. Mais de 90% das catástrofes naturais mundiais estão relacionadas com a água: ao seu excesso ou à sua falta e Portugal não é exceção. A EPAL, enquanto membro da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes – PNRRC, tem vindo a desenvolver projetos que visam aumentar a eficiência da gestão da água, a sustentabilidade e a resiliência dos seus sistemas, através da otimização energética e da implementação de medidas de mitigação ou adaptação.

Salienta-se, ainda, que também contribuem para as metas indicadas, outros projetos e medidas de eficiência energética já mencionadas no ODS7.

ODS 14 – Proteger a Vida a Marinha, em 2021, a EPAL assinalou várias efemérides associadas ao presente ODS, concretamente:

- O Dia Mundial dos Oceanos sob o mote “O Mar não está para plásticos. Por isso, celebra este Dia preferindo consumir a tua água da torneira. Não esqueçamos que tudo o que deitamos no chão vai parar ao Mar. Vamos proteger os Oceanos, a Vida e o Planeta!”
- O Dia Mundial do Mar com uma coleção de bases de copos “EPAL LIGA-se ao Mar”, fruto de uma parceria entre a EPAL e a Fundação LIGA, uma iniciativa pretende sensibilizar para a proteção deste recurso natural e promover o trabalho artístico de pessoas com deficiência. A importância de estarmos ligados uns aos outros e ligados a causas, fez nascer esta 1ª edição de bases de copos dedicada ao Mar, que se destinaram às 250 Entidades aderentes ao desafio do consumo exclusivo de água da torneira, onde se vão juntar, nas mesas de reuniões, aos jarros e garrafas de vidro da EPAL, relembrando a importância da adoção de hábitos amigos do Planeta, assim como, da inclusão de todos (referido no ODS 10)
- O Dia Internacional sem Sacos de Plástico, comemorado a 3 de julho e que pretende alertar para a produção e consumo excessivo de sacos de plástico, incentivando à utilização de alternativas sustentáveis, foi sinalizado, pela EPAL, com a publicitação do seguinte texto: “Os sacos plásticos têm vários destinos mas, infelizmente, um dos principais são os oceanos. Aqui, as correntes marítimas fazem com que os sacos tenham movimentos muito similares a alguns animais marinhos, como é o caso das alforrecas, que servem de alimento a outros animais. O plástico é tóxico e quando confundido com alimento é altamente prejudicial para os animais e para os humanos e perturba o equilíbrio ambiental. Por si e pelo Ambiente, opte pelo uso de sacos reutilizáveis, no seu dia-a-dia.”

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- O Dia de Brincar na Areia, uma atividade extremamente benéfica para o desenvolvimento sensorial das crianças, pelo que foi promovida a atividade, juntamente com as medidas a ter em conta nas deslocações à praia: “Sempre que possível aproveite as idas à praia para brincar na areia, com os seus filhos e/ou com as suas filhas. Para que o faça, em segurança, é necessário preservar o areal, pelo que é necessário ter em atenção alguns pequenos gestos: deitar o lixo no caixote; no caso de estar numa praia não vigiada, levar um saco para recolher o lixo; evitar levar utensílios descartáveis de plástico e optar por reutilizáveis. Assim, é diversão garantida e o Ambiente agradece.”
- O Dia Internacional de Limpeza Costeira, que foi criado pela *Ocean Conservancy* e é celebrado no terceiro sábado de setembro. Destina-se a promover a proteção dos oceanos, sendo, atualmente, assinalado em mais de cem países, reunindo milhões de voluntários na limpeza costeira. Em Portugal, as muitas ações surgem no âmbito de um apelo da Fundação Oceano Azul, tendo sido promovida a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores da EPAL nas ações de limpeza de lixo marinho, sejam terrestres ou aquáticas previstas entre 18 e 26 de setembro.

O concurso, “O Mar começa Aqui”, iniciativa da ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa, em que autarquias e escolas se comprometeram a elaborar projetos de decoração de sarjetas de passeios e sumidouros, importantes dispositivos de entrada de fluxos de água e que, muitas vezes, são objeto de deposição de resíduos conheceu, em 2021, as escolas vencedoras quer na edição nacional quer na edição regional. Este projeto visa compreender a necessidade de preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, em geral e da qualidade da água doce e salgada, em particular; educar para uma cidadania ativa, incitando os jovens a passar, a toda a comunidade educativa, a mensagem de que “Tudo o que cai no chão, vai parar ao mar”; estimular a criatividade das alunas e dos alunos, através do desenvolvimento de competências em áreas como a expressão plástica e implementar estratégias de cooperação escolas-autarquias para a promoção da sustentabilidade. Na edição de 2021 foram pintadas 796 sarjetas e estiveram envolvidos no projeto 124 municípios, de todas as regiões do país. Do universo dos municípios participantes, foram submetidos 89 trabalhos e foram envolvidas 374 escolas. No âmbito nacional foram escolhidos os trabalhos das seguintes escolas:

- 1º Prémio Ex aequo Escola EB do Ramalhal. Torres Vedras;
- 1º Prémio Ex aequo Escola S/3 de Pinhel;
- 2º Prémio Escola EB Orjariça – FAROL. Torres Vedras;
- 3º Prémio Ex aequo Escola Básica nº1 de Marrazes. Leiria;
- 3º Prémio Ex aequo Centro Educação Especial Rainha D. Leonor, Caldas da Rainha.

No que respeita ao âmbito regional e, na área de atuação da EPAL e da AdVT, os premiados foram:

- 1º Prémio Escola Básica e Secundária de Ourém;
- 2º Prémio Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento;
- 3º Prémio Jardim de Infância de Boavista Olheiros Torres Vedras.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



Foi, também, divulgado um apelo à participação dos trabalhadores e das trabalhadoras na palestra “O Rio como Horizonte – O Tejo e a Cidade, desafios do presente e futuro”, transmitida, em direto, a partir do Teatro Romano, em Lisboa, sendo que o evento contou com a presença da Professora Maria José Costa, catedrática reformada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, investigadora do MARE, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente e autora dos livros “Peixes de Portugal” e “O estuário do Tejo”. De salientar que atividades referidas contribuem para as metas 14.a- Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo e para a meta 14.1-Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre, no âmbito deste ODS, a mais recente ação de sensibilização promovida pela EPAL/AdVT destina-se a crianças dos 3 aos 7 anos de idade e tem o mote “A abelha é uma amiga, que queremos bem tratar, para o nosso Planeta preservar!”. Manteve, como personagem principal a Bé, uma abelha muito especial que, juntamente com os seus amigos, dá a conhecer como preservar o ambiente e tornar o Nosso Planeta, mais sustentável. A EPAL utilizou esta campanha para comemorar o Dia Mundial da Abelha, o Dia Mundial do Ambiente sendo que as ações foram realizadas em formato digital e presencial, cumprindo, sempre, as medidas da DGS, em vigor.

No âmbito do protocolo estabelecido com a Quercus foi produzido um pequeno vídeo que fala da Biodiversidade, um fator essencial para a estabilidade dos ecossistemas e uma das maiores riquezas do Planeta: Património de toda a Humanidade. Vamos protegê-la! Tendo em conta que o apadrinhamento de um animal é uma forma de colaborar na preservação das diferentes espécies de fauna, promovendo que o padrinho se torne um membro, ativo, na dinamização da recuperação de animais selvagens. Assim, também, ao abrigo do protocolo com a Quercus, a EPAL/ AdVT apadrinharam animais do Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens (CERAS) de Castelo Branco, sendo que durante 2021 os animais identificados, abaixo, cujos nomes foram resultado de um desafio, interno, lançado aos/às filhos/as, netos/as e sobrinhos/as das trabalhadoras e dos trabalhadores da EPAL/AdVT e em que participaram cerca de 200 crianças e jovens:

Coruja do Mato – Pinga	Doninha – Feijão
Águia Calçada - Antonieta	Raposa – Ruivo
Geneta – Pintinhas	Texugo - Garras

Os animais foram devolvidos ao seu habitat à medida que ficaram aptos, para tal.

No âmbito do “Protocolo de Cooperação Estratégica para Aumento do Valor Ambiental da EPAL/AdVT e Promoção da Sensibilização Ambiental” assinado entre a EPAL e a Quercus, foram realizadas ações de plantação de cerca de

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

1.000 árvores/arbustos autóctones, em terrenos de infraestruturas operacionais de abastecimento e saneamento, da Águas do Vale do Tejo, concretamente: ETAR de Oliveira do Hospital, Reservatório do Senhor das Almas e ETA do Sabugal e que envolveu mais de uma centena de pessoas da comunidade escolar, municípios, juntas de freguesia, proteção civil e forças de segurança.

A EPAL apoiou e divulgou, enquadrado no protocolo com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, a realização de um ciclo de *webinars*, quinzenais, denominado “Água: entre a Natureza e a cidade”, sendo que os temas a debate, foram, por exemplo: “Que água entra e que água sai da cidade?”, “Restauro e recuperação de linhas de água”, “Conservação de espécies de água doce”, etc.

Sob o lema “Cuide bem desta planta que, agora, depende de si!” e para sensibilização dos trabalhadores e das trabalhadoras da EPAL/AdVT, foi oferecido, a cada um/a um viburno, uma planta autóctone que não necessita de muita Água. Se tivermos o cuidado de a ir podando, ela será um arbusto de tamanho médio não se transformando em árvore. No âmbito da semana da Biodiversidade, a EPAL divulgou a ação promovida pelo Município da Lagoa concretamente, uma Oficina de Identificação de Anfíbios, intitulada “Rãs, Relas, Sapos, Salamandras e Tritões”, que decorreu, por via digital. Estas atividades são um contributo par a meta 15.4-Até 2030, assegurar a manutenção dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

A EPAL/AdVT divulgou a Campanha “Portugal Chama”, com o objetivo alertar para comportamentos de risco e sensibilizar trabalhadores e as trabalhadoras para contribuir para a proteção do país dos incêndios rurais graves. Todos/as temos o dever de proteger e defender a nossa floresta e evitar colocar em risco a vida de pessoas e animais.

Paralelamente difundiu o Bando da Floresta e a Rapper Raposa Chama e o seu RAP com o “fogo não se brinca”, dedicada aos mais novos e que objetiva chamar a atenção para os comportamentos de risco que podem provocar incêndios.

No sentido de despertar consciências e promover a mudança de atitudes ao nível da proteção da vida na terra, a EPAL/AdVT comemorou/sinalizou várias efemérides, ao longo do ano, de que são exemplo:

- O Dia Mundial do Ambiente, em que convidou as/os filhas/os, amigos/as e outros/as familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores do Grupo para assistir, na plataforma teams, à sessão de leitura da história “O planeta é a nossa casa”. As crianças ouviram a história da Abelha Bé e partilharam os gestos que têm no dia-a-dia para protegerem o Ambiente. Os/As alunos/as das turmas de 2º e 3º ciclo do agrupamento de Escolas de Marvão, participaram em três sessões de águas aromatizadas que demonstraram como tornar a água da torneira, ainda, mais cool. Foi, também, promovido um workshop a um grupo de meninos e meninas com necessidades especiais, que, com a ajuda dos professores, também aromatizaram a água da torneira (ação sinalizada no ODS 10). Nestas sessões não faltou cor, dada à água da torneira, através da adição de várias frutas e ervas aromáticas. E para que não houvesse desperdício alimentar, enquanto se prepararam as águas aromatizadas, guardaram-se as cascas e os caroços das frutas, criando-se receitas para refrescantes *ice-tea*.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- O Dia Mundial das Zonas Húmidas, que teve como objetivo aumentar o conhecimento acerca do papel vital das zonas húmidas, para a humanidade e para o planeta. O tema de 2021, “Aqui há vida!”, deu relevo às zonas húmidas como uma fonte de água potável, encorajando ações que contribuam para o seu restauro e impeçam a sua destruição. Conscientes da crescente crise hídrica que ameaça as populações e o Planeta, uma vez que é utilizada mais água potável do que aquela que a Natureza consegue repor, estamos a destruir os ecossistemas de zonas húmidas de que a água e a vida mais dependem. Neste âmbito, o Programa Eco-Escolas propôs, um desafio simples, a todos os alunos e a todas as alunas, bem como às respetivas famílias, formulando um convite à celebração deste importante Dia, sensibilizando todos/as para a importância, destes ecossistemas.
- O Dia Mundial da Vida Selvagem, com um “passeio” pelo Jardim Zoológico de Lisboa com o biólogo Tiago Carrilho para ficar a saber mais sobre as espécies selvagens ameaçadas e as causas dessa ameaça. Sob o tema “Floresta e meios de subsistência: sustentar as pessoas e preservar o planeta”, pretende destacar o papel crucial das florestas, espécies florestais e ecossistemas, na manutenção dos meios de subsistência de centenas de milhões de pessoas em todo o planeta. Prende-se, igualmente, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1, 12, 13 e 15) e com os compromissos de aliviar a pobreza, garantir o uso sustentável dos recursos e conservar a vida da Terra. Neste âmbito foram recordadas as espécies em vias de extinção, em Portugal, concretamente o lobo-ibérico, o lince-ibérico, a foca-monge, a águia-imperial e o saramugo.
- No dia Internacional da Árvore e das Florestas o tema foi “Restaurar a Floresta: o caminho para a recuperação e o bem-estar” que pretende realçar a importância da recuperação das florestas, uma vez que florestas saudáveis significam população saudável. Todas as árvores contam e juntos/as podemos e devemos trabalhar para recuperar as florestas degradadas.
- O Dia Mundial da Terra, com o lançamento da campanha de sensibilização com apelo ao uso consciente da água para um Planeta mais Azul: Ajude o Planeta a ser mais azul, com as dicas: Para evitar o desperdício, devemos ser mais sustentáveis nas rotinas do quotidiano. Existem alimentos e vestuário que têm muita “água virtual”, ou seja, que foi utilizada na sua produção e que não se vê. Conhecer os litros de água gastos no fabrico destes bens é uma boa ajuda. Para evitar o desperdício, devemos ser mais sustentáveis nas rotinas do quotidiano e fazer o uso consciente da água. Há também mais algumas medidas. Por exemplo, reservar a água do banho enquanto esta aquece, utilizando um recipiente para guardar a água fria e mais tarde usá-la para regar as plantas, lavar a louça ou o chão, poupando alguns litros nos banhos da família. Outra dica é substituir os autoclismos de descarga única por autoclismos de dupla descarga dado que os primeiros levam até cerca de 10 litros e representam 30% do consumo de água da sua casa. Caso não seja possível, reciclar uma garrafa usada com água colocando-a no autoclismo.
- O Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação, com foco na restauração e na recuperação de terras degradadas e desertificadas, em terras saudáveis, de forma a dinamizar a economia local, envolvendo toda a comunidade e garantindo o sustento, a longo prazo, das populações mais suscetíveis de sofrer com

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

a desertificação. Propõem-se, também, um reforço da prática de agricultura sustentável como forma de mitigar a degradação dos solos e da seca.

- O Dia Internacional da Lama, que surge para aproximar as crianças de todo o Mundo, através de brincadeiras com a lama e com a terra, uma vez que promover o contacto com a Natureza, para além de proporcionar momentos de grande diversão, também contribui para o bem-estar e para o desenvolvimento das crianças.
- O Dia Nacional para a Conservação da Natureza, que surge para reforçar a necessidade de proteger o nosso património natural e alertar para a crescente desflorestação e ameaça de habitats, colocando em risco de extinção milhares de espécies de animais e plantas.
- Para assinalar o Dia Mundial do Animal, a EPAL lançou uma nova *Fill Forever* em vidro e a coleção “Fauna” que reúne um conjunto de 20 animais de diferentes ecossistemas e alertam para a proteção da biodiversidade, da causa animal e do respeito por todas as espécies do nosso Planeta. Depois do sucesso alcançado com a FF Original em PET, a garrafa que vai consigo para todo o lado, agora, com a nova versão em vidro, 100% nacional, torna-se eternamente reutilizável.

A AdVT em parceria com a Junta de Freguesia de Castelo Branco promoveram a pintura, no reservatório de lentiscas, de um mural de arte urbana que abordou o tema da fauna do Parque do Tejo Internacional

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, na sua Política de Gestão a EPAL, compromete-se a fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo, ativamente, no combate contra a corrupção e para a boa governação. Nesse sentido é praticada uma gestão baseada em Integridade, Transparência e Ética, para o que possui, ao nível do Grupo e aplicável à totalidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, um Código de Ética e Conduta e, ao nível do Grupo, uma Comissão de Ética, garantindo que qualquer trabalhador/a pode reportar situações que entenda, menos claras. Possui um Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que reporta, anualmente, ao Conselho de Prevenção da Corrupção e subscreve o Global Compact cujo décimo Princípio refere o combate à corrupção. Para além disso reviu, em março de 2021, a Política e Regulamento de Subsídios Patrocínios e Donativos e aderiu à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas- em que assume o compromisso com a Ética e a Boa Governação e de promover e estimular o debate e a mobilização, para esta temática, junto dos *stakeholders* e da sociedade, em geral, sendo que recebeu o selo anticorrupção emitido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE). Ações direcionadas ao cumprimento das metas 16.5-Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas e 16.6-Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

O setor da Água e do Saneamento apresenta cada vez mais e maiores exigências ao nível dos compromissos internacionais-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Crescimento Verde, *Global Compact*, Visão 2050, o futuro que nos queremos (Rio + 20), etc. e nacionais com os objetivos definidos nas políticas internas, como o

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

plano setorial – PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais- focado na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, orientando a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, promovendo um novo enquadramento do grupo AdP, ao qual pertence a EPAL e da sua relação com os *stakeholders*. O referido Grupo tem definida uma Estratégia de Sustentabilidade com seis princípios e vinte compromissos que apresentam objetivos e metas, abrangendo temas como a conservação das massas de água e da Biodiversidade, a adaptação as alterações climáticas, o desenvolvimento de uma economia local responsável, a valorização da relação com os trabalhadores e com as trabalhadoras e uma aproximação crescente a comunidade, entre outros. Afigura-se, também, essencial considerar os pilares do desenvolvimento estratégico da EPAL/AdVT que estão apresentados no início da presente alínea -Políticas Seguidas pela EPAL, bem como a Política de Gestão da EPAL/AdVT.

No âmbito da Igualdade de Género a EPAL orienta-se de acordo com a Política definida pela AdP e que está descrita na alínea i), deste anexo.

c) Resultados da Aplicação das Políticas

Com o objetivo de operacionalizar as Políticas mencionadas, a EPAL tem vindo a definir e implementar diversas medidas.

Embora não tenha tido atividade durante 2021, a EPAL tem instituído um Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável (CCDS), a fim de assessorar o Conselho de Administração no que respeita à sustentabilidade das atividades da empresa, nomeadamente sobre o impacto ambiental de novos grandes empreendimentos ligados ao ciclo da água, tendo especialmente em atenção as normas de qualidade da água e segurança, na adução.

A EPAL, de forma ativa e responsável, tem apostado em contribuir, cada vez mais, para um maior número de temáticas, sendo que no que respeita às questões ambientais o compromisso objetiva um futuro sustentando com recurso à promoção da proteção do ambiente e o uso Eco eficiente dos recursos naturais, com um foco na redução do desperdício, prevenir a poluição e os acidentes ambientais, em todas as atividades, cooperando, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, implementação de medidas para compensação da sua pegada ecológica e para a preservação da biodiversidade. Melhorar o desempenho energético e hídrico, ao longo do ciclo de vida do produto, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes, bem como reduzindo ou mantendo as perdas em níveis aceitáveis.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

Para uma resposta robusta e sustentada no sentido da consolidação dos resultados, ao nível da eficiência dos recursos, é fundamental atuar sobre a Água e a Energia. Assim, foram implementadas ações, para além das já mencionadas no âmbito do contributo, para os ODS, enquadradas em diversos projetos e dos quais destacamos:

1. Trabalhos de Identificação e reparação de roturas, pela área de Perdas da Direção de Gestão de Ativos, que realizou trabalhos de deteção de fugas na cidade de Lisboa, aproveitando o sossego resultante do confinamento, o que permitiu, também, reparações céleres, por parte da direção de Manutenção e a consequente redução das perdas de água. Tendo em conta o reconhecimento, pelas restantes entidades gestoras, do trabalho realizado, pela EPAL, ao nível do controlo de perdas, a Águas de Santo André (AdSA) implementou, em 2021, o sistema WONE® - *Water Optimization for Network Efficiency*, desenvolvido pela EPAL, para monitorizar a sua rede de abastecimento e assim identificar e corrigir as perdas de água. Complementarmente recorreu à Academia das Águas Livres para ministrar a formação em gestão da rede e controlo de perdas que conta com formadores dotados de larga e reconhecida experiência nacional e internacional, nesta temática. Salientar que a componente prática, da referida formação, decorreu em plena cidade de Vila Nova de Santo André
2. A colaboração com a Academia das Águas Livres, onde foram ministradas 9 ações de formação nas temáticas do Controlo de Perdas em Sistemas de Abastecimento, Deteção de Fugas e WONE- Sistema de Gestão de Perdas, num total de 132h de formação
3. Foi mantida a campanha de recolha das *Fill Forever*, em fim-de-vida, através da campanha “Dê uma 2ª Vida à sua *Fill Forever*”, com o objetivo de incentivar a reutilização, a redução de desperdício e a poupança de recursos, em suma a promoção da Economia Circular. Assim, qualquer pessoa que possua uma *Fill Forever* que não esteja em condições de utilização pode deslocar-se a algum dos pontos de recolha e colocá-la no ecoponto disponibilizado, para o efeito. Por cada garrafa introduzida no ecoponto, a EPAL entrega uma garrafa nova. Neste processo as garrafas usadas e danificadas são integradas no ciclo de produção de novos artigos/produtos
4. Reciclar é Agora”, foi o mote da campanha de apresentação de um pequeno filme para recordar a importância de reciclar e informar sobre as quantidades e custos do tratamento dos resíduos urbanos, em Portugal. O vídeo foi realizado através de uma parceria entre a EGF – *Environmental Global Facilities*, a ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos e a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos., com a mensagem, ajude o ambiente ao separar as embalagens “todas, sempre e em todo o lado”;
5. Outra temática sobre a qual tem vindo a aumentar a preocupação, de forma transversal, é a adaptação às alterações climáticas, a que a EPAL tem dedicado uma atenção especial, concretamente no que concerne a uma eficiente gestão de recursos, num contributo, inegável, para a continuidade de negócio, para a gestão do risco e das situações de emergência.
6. O Plano de Contingência para a COVID-19, que permite responder às enormes exigências, no contexto da pandemia, enquanto empresa que fornece um serviço essencial, sem qualquer tipo de constrangimentos no abastecimento de água, que em alta, quer em baixo (cidade de Lisboa). Em 2021 foi mantido o recurso a todas as ferramentas existentes, desde a intranet, passando pelos ecrãs de abertura e *screensaver* do computador,

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



até à EPALonPocket que está acessível nos telemóveis, sempre com mensagens curtas e com linguagem simples, que fossem apreendidas por todos e por todas. Para além disso, em 2021, a EPAL evidenciou o cumprimento de todos os requisitos de higiene e segurança preconizados pelas autoridades de saúde junto da sua entidade certificadora, sendo que no decurso do processo de auditoria, a APCER confirmou a atribuição e, seis meses depois a manutenção, do selo COVID Safe à loja de atendimento da sede, aos núcleos museológicos, aos refeitórios e à Academia das Águas Livres, dando garantias adicionais, não só aos seus trabalhadores e às suas trabalhadoras com às/aos suas/seus clientes.

7. No âmbito do protocolo que a EPAL assinou com a Quercus, foi mantido o programa “Bora Ambiental”, que está organizado por episódios, de curta duração, com emissão no canal SIC K. É dirigido ao público jovem, com o objetivo de sensibilizar esta faixa etária, através de uma abordagem positiva, para as questões, mais atuais, na esfera da sustentabilidade, concretamente, como podemos tornar as nossas rotinas domésticas mais amigas do Ambiente, com a Água, um bem escasso, finito e indispensável à vida, no centro das preocupações

- Poupar água, reutilizando-a e não a desperdiçando!
- Duches sem desperdício
- Combater as fugas de água.
- Rega eficiente.
- O caminho percorrido pela água
- Canalização sem poluição

Foram alguns dos temas abordados, promovendo a Economia Circular.

8. Uma aposta clara na prevenção, tendo sido realizados exercícios/simulacros, no cumprimento do respetivo plano, tendo sido testados vários cenários, de emergência, com o intuito de testar os procedimentos e sensibilizar e informar os trabalhadores e as trabalhadoras para a atuação correta e adequada a cada ocorrência, alguns com participação de entidades externas, nomeadamente a Escola de Socorrismo da Cruz Vermelha Portuguesa.
9. A EPAL participou no exercício *Table Top* – NEAMWave 2021 - promovido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com cenário de Tsunami, envolvendo, internamente, as direções integradas no gabinete de crise, da empresa.
10. Participação nas atividades da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes – integrando o grupo de trabalho 4 - Resiliência de Infraestruturas Críticas do Setor Privado e Empresarial do Estado.
11. Lançamento da 1ª edição do Curso “Espessamento de Lamas de ETAR” promovido pela Academia das Águas Livres. Um curso altamente inovador, mobilizador das competências e saberes do Grupo AdP na boa operação das infraestruturas, visando a eficiência operacional e energética. O curso, num modelo inovador, contempla um projeto de validação de competências adquiridas, que será monitorizado 6 meses após a última sessão.
12. Mais uma edição do Programa Avançado sobre Energias Renováveis que tem por objetivo preparar futuros líderes para a transição energética e descarbonização do setor da água.

No que se refere às questões sociais, a Política de Gestão preconiza a auscultação, a promoção e o reforço da satisfação das necessidades e expectativas das diferentes partes interessadas, sendo que as que consideramos alvo

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

de maior preocupação, neste âmbito, por parte da organização, são as/os trabalhadoras/es, clientes e a comunidade envolvente. Para os/as primeiros/as a organização objetiva a capacitação profissional, através da adequação e atualização de competências, a implementação de práticas que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal, bem como a avaliação e controlo dos perigos e riscos a nível da saúde e segurança, estimulando a sua participação no encontro de soluções que melhore as condições de trabalho, por forma a prevenir a ocorrência de lesões e afeções para a saúde, bem como a ocorrência de acidentes. Para os segundos é pretendida a agilização da resolução dos diversos assuntos e tornar mais robusta a sua ligação, com a EPAL. Com os restantes, é pretensão, da EPAL, promover uma aproximação crescente, por forma a melhorar o conhecimento mútuo. Assim, para dar cumprimento às orientações preconizadas, pela gestão, do ponto de vista social, a organização levou a cabo inúmeras atividades e implementou diversas medidas, por si organizadas, ou por terceiros, de que são exemplo:

1. A realização de um amplo estudo ergonómico na EPAL/AdVT, que contempla postos de trabalho operacionais, laboratoriais e administrativos, por forma avaliar as condições de trabalho, do ponto de vista da ergonomia e, consequentemente as necessidades de aquisição de equipamento e alterações a promover, por forma a minimizar esta variável na avaliação de risco. O Estudo foi acompanhado por ações de sensibilização, com o objetivo de despertar para a consciência corporal, com a aplicação de exercícios práticos de como melhorar a sua postura: “Recordamos que os riscos relacionados com a postura, a exposição a movimentos repetitivos ou a posições cansativas ou dolorosas e a elevação ou deslocação de cargas pesadas, podem causar lesões musculoesqueléticas. Lembre-se das dicas:
 - Faça micro pausas ao longo do tempo de trabalho, aproveite para se levantar e apanhar ar, relaxe e alongue várias vezes o pescoço, a coluna, os braços e as pernas
 - Aproveite a pausa do almoço, para relaxar e caminhar um pouco
 - Antes de levantar cargas, aqueça os músculos com pequenos movimentos, dê preferência aos meios de elevação de cargas
 - Adote uma alimentação saudável e pratique regularmente exercício físico
 - Beba água, com frequência, ajudá-lo-á a hidratar-se e a aumentar o fluxo sanguíneo.
2. A divulgação e disponibilização, na intranet, do Manual de Riscos Psicossociais e realização de ações de sensibilização, sobre a temática, a todas as chefias, no âmbito da qual foi solicitado o preenchimento de três questionários e que está referido mais à frente, neste documento
3. Com o mote: “A segurança não acontece por acidente!”, foi comemorado o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho. Com o objetivo de chamar a atenção das empresas e dos/as trabalhadores/as para a importância de tomar medidas preventivas que garantam a segurança no trabalho. Foram apresentados aos trabalhadores e às trabalhadoras, equipamentos e soluções disponíveis para realização de trabalhos em altura ou em profundidade

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

4. Por ocasião do dia Mundial do Ambiente, a empresa lançou a campanha “Faça Escolhas Sustentáveis” que consistiu na distribuição, a cada trabalhador/a de uma máscara em tecido reutilizável, para utilização na sua vida pessoal, visando a diminuição dos resíduos de máscaras não reutilizáveis. Adicionalmente, foi oferecido, também, uma escova de dentes, isenta de plástico, produzida apenas com materiais sustentáveis e completamente reciclável, após o término do seu ciclo de vida.
5. Dar cabal resposta às necessidades e expectativas das nossas partes interessadas implica a respetiva auscultação, de acordo com a importância e criticidade de cada uma. Ao longo de 2021 foi realizada auscultação, sempre de caráter voluntário, a:
 - Todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras em Matérias de Segurança e Saúde no Trabalho;
 - Hierarquias, no âmbito da Formação em Riscos Psicossociais, sobre a sua experiência pessoal, relativamente à equipa que lideram e apresentação de propostas de melhoria;
 - Todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores, clientes e comunidade, em geral sobre os Eixos Estratégicos de Sustentabilidade da EPAL/AdVT (Análise de materialidade);
 - Todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores, no âmbito do Diagnóstico de Igualdade de Género, foi aplicado um questionário, de caráter voluntário que, simultaneamente, serviu o propósito de auscultação das Partes Interessadas significativas (trabalhadores e trabalhadoras) no âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar;
 - A todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores relativamente à utilização da intranet como ferramenta de comunicação interna. A análise das respostas permitiu concluir que a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras considera a intranet uma ferramenta essencial para o seu dia-a-dia, no local de trabalho e determinante para a comunicação interna. Foi também identificado que o novo portal deverá contemplar novas funcionalidades que facilitem a navegação e o acesso à informação para que se torne mais *user friendly*;
 - Todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores, desta feita no âmbito do Grupo, receberam um convite para participar no Questionário de Clima Organizacional, cujo objetivo passou por conhecer a opinião dos/as destinatários/as, sobre a cultura e o ambiente de trabalho em cada uma das 17 empresas do Grupo.
6. Para além das consultas/auscultações realizadas, está disponível, permanente, uma ferramenta denominada, Ideias em Rede para que as trabalhadoras e os trabalhadores possam dar o seu contributo para a melhoria da organização, sendo que por forma a manter ativa a participação, foi realizada uma nova divulgação.
7. O resultado da auscultação das partes Interessadas no âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, realizado em 2020, revelou algum desconhecimento das medidas

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

de conciliação existentes, sendo eu para que a situação fosse colmatada foram divulgadas, semanalmente, em 2021, duas medidas.

Para além disso foi criada um Manual com todas as medidas que foi distribuído a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras.

8. Foi, igualmente, divulgada a informação aos trabalhadores e às trabalhadoras, fornecedores e visitantes no que diz respeito à Política de Prevenção de Acidentes Graves envolvendo Substâncias Perigosas, que está implementada, na ETA da Asseiceira.
9. Os/As trabalhadores/as mantiveram a entrega de bens, concretamente roupa, calçado, livros e brinquedos para que fossem distribuídos a quem mais precisa. Situação que demonstra que a solidariedade esta no ADN das nossas pessoas.
10. Foram atribuídos os prémios referentes à 6ª edição do EPALin XXI – Prémio Inovação, um concurso de ideias de inovação, catalisador do envolvimento dos/as trabalhadores/as que visa premiar ideias inovadoras e o espírito inventivo dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, envolvendo-os/as na participação e na vida da empresa, promovendo a melhoria contínua e a criação de valor, para a EPAL, uma vez que as propostas podem ser capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência dos seus processos e atividades. O primeiro prémio foi atribuído ao projeto WONE APP e consiste numa aplicação para smartphone que permite aos técnicos comunicarem as anomalias identificadas numa rede de abastecimento em contexto de mobilidade, com informação de apoio à identificação dos problemas detetados. Esta app irá ser utilizada nas atividades de controlo ativo de perdas e irá reduzir o tempo que decorre entre a identificação de uma fuga e a sua reparação, permitindo que o volume de água perdido seja igualmente reduzido. O Júri decidiu, ainda, atribuir uma Menção Honrosa ao projeto QuickAct, módulo pneumático para controlo expedito, por parte da equipa de operações, sobre a válvula de regulação de nível de cada Filtro de uma ETA, que, em caso de falência/avaria da automação permite ao operador de exploração acionar e posicionar a válvula de regulação do Filtro. Este sistema está já implementado e em funcionamento na ETA de Asseiceira, mostrando-se eficaz e tendo confirmado o aumento de resiliência desta infraestrutura, podendo ser adaptado e implementado noutras instalações com sistemas de filtração semelhantes.
11. Foi celebrado um protocolo entre a Comissão Cultural da Marinha (CCM) e a EPAL com vista à promoção do património e atividade cultural e científica dos órgãos culturais da Marinha e ao reforço do consumo de água da torneira nos mesmos. Nos termos do protocolo, os trabalhadores da EPAL passam agora a beneficiar de um desconto de 20% nos equipamentos culturais da Marinha abrangendo o Museu de Marinha, o Planetário Calouste Gulbenkian, a Fragata Fernando e Glória e o Aquário Vasco da Gama.
12. A EPAL promove a participação dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras em conferências, seminários e outros eventos de carácter técnico e científico, bem como a apresentação de produtos, contribuindo para a partilha de conhecimento e o seu enriquecimento intelectual. Em 2021 a EPAL participou:

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- a. Na 16ª Expoconferência da Água foram debatidas as grandes questões do panorama nacional da água, da Água. O Presidente do Conselho de Administração foi orador no painel “Água e Energia” que destacou projetos inovadores com potencialidade para serem replicados em outras entidades gestoras
- b. Nas XII Jornadas de Engenharia da AdP subordinadas ao tema “Do conhecimento local ao valor global: rumo à sustentabilidade”. As jornadas tiveram lugar através de plataforma digital, com diversas sessões técnicas internas e mesas redondas abertas a outros profissionais do setor da água, externos ao Grupo AdP
- c. No webinar “Os desafios da economia da água”
- d. No IDC FutureScap 2021-“Processo da Transição Digital” sobre as boas práticas, a experiência e a visão da EPAL, face aos desafios que a digitalização coloca à empresa e ao setor
- e. No webinar: Gestão de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento que tem por objetivo dar a conhecer a experiência da EPAL na gestão de perdas de água não faturada em sistemas de abastecimento, soluções implementadas e resultados obtidos
- f. No webinar “Avaliação do risco nas Entidades Gestoras de acordo com os requisitos da ERSAR” organizada pela Comissão Especializada de Qualidade da Água da APDA. Este webinar tem como objetivo analisar a forma como as Entidades Gestoras vão implementar o sistema de avaliação do risco para a qualidade da água a que estão obrigadas
- g. No webinar “Ambiente em Portugal: Tendências – Cooperar e Competir para a Sustentabilidade”, organizado pela APEMETA
- h. Na XXIV Semana do Ambiente, organizada pela Brigada Mecanizada do Exército Português onde a EPAL foi convidada a apresentar uma palestra dedicada a boas práticas ambientais sob o tema “Sustentabilidade e Boas Práticas com o Consumo de Água da Torneira”
- i. Na mesa redonda “SDG Ambition: Scaling Impact for the Decade of Action”, coorganizada pela Global Compact Network Portugal. A sessão, integrada na Semana da Responsabilidade Social, contou com a participação de empresas que, em Portugal, aderiram ao programa acelerador do UN Global Compact – SDG Ambition – e que, nesse âmbito, assumiram o compromisso de definir metas ambiciosas e priorizar ações com impacto direto no cumprimento da Agenda 2030 da ONU, consolidando a sua estratégia global de sustentabilidade
- j. No 32º Congresso da AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, sob o tema “O Turismo tem futuro”, com especial destaque para a promoção da app “H2O Quality” de divulgação da qualidade da água e do waterbeep, serviço que permite otimizar o uso da água evitando o desperdício. Nesta ocasião a EPAL evidencia as suas soluções sustentáveis com o propósito de apoiar este segmento do mercado a melhorar a sua eficiência, contribuindo, também, para aumentar a confiança na água da rede pública junto de quem nos visita

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



- k. No Encontro Nacional das Entidades Gestoras (ENEG) foram apresentadas comunicações, por várias/os trabalhadoras/es, oriundas/os de diferentes direções da EPAL/AdVT, enquadradas nos temas Abastecimento de Água, Gestão de Ativos, Inovação, Comunicação do valor da água, Mitigação e adaptação às alterações climáticas, e Gestão das organizações e do capital humano. Para além das referidas comunicações houve participações em mesas redondas, enquanto participantes e moderadores/as
- l. Numa aula para alunos finalistas do Curso de Ciências da Comunicação, com partilha das principais iniciativas da Empresa desenvolvidas no âmbito da Comunicação, Marketing e Educação Ambiental, destacando a adaptação do trabalho nestas áreas em tempo de pandemia, sobretudo ao nível do digital. Das redes sociais- onde a empresa lidera no setor a nível nacional e destaca-se a nível internacional- às ações nas escolas, aos projetos no âmbito da economia circular, lançamento de produtos e serviços, entre outros
- m. Na palestra promovida pela GreenNOVA e a Associação de Estudantes da NOVA Medical School – Faculdade de Ciências Médicas, numa apresentação intitulada “Rumo à Sustentabilidade”
- n. No Ciclo de Workshops e Cursos sobre Ambiente, “Valor e Sustentabilidade da Água da Torneira”, a decorrer no INCM que manifestou junto da EPAL interesse nas temáticas do valor da água e uso eficiente, dicas para consumir com maior satisfação, entre outros. Na oportunidade foram, também, dados a conhecer o serviço de controlo de consumos de água *waterbeep*, a app *H2O Quality* e receitas com água da torneira
- o. Na I Conferência *Green Savers* “A Revolução da Sustentabilidade – Estamos preparados?”, onde a EPAL participou na mesa redonda “A sustentabilidade no centro das decisões empresariais”. Na ocasião foi partilhado o percurso e o papel de liderança da EPAL no seu setor de atividade, nestes domínios, através de projetos tão inovadores como o EPAL 0% e o WONE, passando pelos serviços destinados aos seus clientes diretos, em baixa, como o *waterbeep*, que conta já com mais de 20.000 adesões.
- p. Numa ação promovida pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo como organizadores os municípios de Arruda dos Vinhos, Mafra, Odivelas, Loures e o Museu da Água, tem como objetivos partilhar ideias e apresentar estudos no âmbito da hidráulica monumental, nomeadamente sobre os equipamentos que a compõem, entre os quais, chafarizes, fontes ou aquedutos. Âmbito no qual foi apresentada, pela EPAL, a comunicação “Património Cultural da Água - Roteiro de Aquedutos”
- q. No âmbito do tema “As profissões dos pais”, um colega da Direção de Operações de Abastecimento, falou sobre a sua atividade na EPAL, para os alunos da turma da sua filha, do 5º ano de escolaridade da Escola Básica da Azambuja.
- r. Nas XXVII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental em Castelo de Vide, e subordinadas ao tema “Educação Ambiental e Governança – Tempos de re(agir) na construção de territórios saudáveis”. Centrado em seis eixos principais: Educação Ambiental, território e florestas; na

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



- preservação dos ecossistemas aquáticos; para a inovação e empreendedorismo eco social; cidadania e políticas públicas; na qualidade de vida e saúde; e também, Educação Ambiental para a ação climática. Foram ainda realizadas oficinas diurnas e noturnas com o objetivo de aproximar os participantes à envolvente do parque, dando a conhecer fauna e flora da região
- s. No Webinar “Hábitos de consumo de Água da Torneira” promovido pelo ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. A iniciativa enquadra-se nas diversas ações dinamizadas no âmbito do projeto ISEL Eco-Escola 2021e para comemorar o Dia Mundial da Água. O Webinar, com mais de 60 participantes foi moderado pela Professora Ana Barreiros do ISEL e contou, ainda, como oradores, com Cristina Martinho (formadora OMS, da CMMartinho Consulting), Manuel Matos (professor do ISEL) e Ana Barros (aluna de Mestrado do ISEL), para além das representantes da EPAL
 - t. “Um Museu, 5 Experiências na Cidade”, canal YouTube, Escola Profissional de Arqueologia - Ensinar Com Património
 - u. “Desta Água Beberei”, Ciclo de Conversas On-line “A Última Gota”, Pavilhão do Conhecimento, com o apoio do Grupo Águas de Portugal, Dia Mundial da Água
 - v. Comunicação On-line “A Água que queremos”, 33º Encontro da APECV (Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica) - Espaços Transientes
 - w. Comunicação On-line “Águas Livres: o Aqueduto histórico de Lisboa”, Conducere Agua2 - La cultura dell’Acqua a Genova. Dall’Acquedotto Storico allo scolmatore del Bisagno: scenari urbani -, Génova, Itália
 - x. “Lisbon Water Museum: The underground heritage – The Águas Livres Subterranean Galleries”, Colóquio International Discovering and activating underground built heritage, Universidade Lusófona, Lisboa
 - y. A comunicação “Património cultural da água - roteiro de aquedutos”, foi apresentada no Festival Literário Internacional de Óbidos e no Congresso Internacional de Hidráulica - A Hidráulica em Edifícios Monumentais, Odívetas, Santo Antão do Tojal, Arruda dos Vinhos e Lisboa, sendo que o Museu da Água vai receber, integrado neste último, uma visita ao Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras e ao Aqueduto das Águas Livres.
13. No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e com o objetivo de avaliar e monitorizar a qualidade do serviço prestado e identificar oportunidades de melhoria, foi realizado um inquérito de Satisfação aos Municípios e Entidades Gestoras servidos pela Águas do Vale do Tejo. A avaliação centrou-se nas questões de relacionamento, reclamações, conservação de infraestruturas e prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento relativos a 2019/2020. Dos resultados obtidos destacam-se, os mais relevantes (escala de 1 a 10 pontos), concretamente, 8,5 pontos no que respeita ao “Relacionamento” e 8,3 para o tema “Confiança no Serviço prestado, abastecimento de água”, 8,2 pontos para “Qualidade da Água”; 8,1 pontos relativamente a “Responsabilidade Ambiental”; 8,1 pontos no que toca a “Satisfação global do serviço prestado”. Salienta-se que, o valor médio atribuído regista

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

um aumento de 9% face à avaliação anterior (2017/2018), evidenciando o trabalho com vista à melhoria contínua que tem vindo a ser desenvolvido. Em termos globais, foi obtida uma classificação média 7,9 pontos verificando-se um aumento de 6% face à última avaliação o que mostra uma tendência geral de melhoria percecionada pelos clientes servidos pela AdVT

14. A EPAL lançou, em outubro de 2021 a campanha “ A partir de agora já pode pagar as suas contas da água por MB Way”, uma nova modalidade de pagamento que objetiva facilitar a gestão contratual. A divulgação da nova forma de pagamento foi efetuada, em diversos meios, concretamente através do site e nos meios digitais da EPAL e de uma newsletter enviada a todos os Clientes
15. Considerando as orientações legais que regulamentam o estado de emergência, o atendimento presencial passou a ser feito por marcação. Neste sentido, foi enviada uma *newsletter* e SMS a todos os Clientes, a informar desta alteração, promovendo o atendimento através dos meios digitais e telefónicos. “Sempre que necessitem de se deslocar às nossas Lojas já podem agendar *online*, com toda a rapidez e comodidade, o dia e a hora para serem atendidos presencialmente”.
- A partir de 1 de setembro, foi retomado o atendimento presencial nas Lojas EPAL sem agendamento prévio obrigatório. Contudo mantem-se à disposição dos Clientes a modalidade de marcação *online*
16. A EPAL enviou aos Clientes a Newsletter “Stay Home, Stay Fit” onde dá a conhecer esta coleção de vídeos e sensibiliza para a importância da prática do exercício físico incentivando a adoção de comportamentos positivos para uma maior qualidade de vida
17. O Comité de Cibersegurança do Grupo, do qual a EPAL faz parte, apresentou a todos os Conselhos de Administração das empresas do Grupo Águas de Portugal o Diagnóstico de Maturidade de Segurança Digital e o seu Plano de Atividades para 2021. Este Plano de Atividades permitirá que o Comité de Cibersegurança desenvolva as ações necessárias em cada uma das Empresas do Grupo no sentido de elevar o seu nível de Cibersegurança aos níveis adequados à proteção da respetiva informação Digital
18. A AdVT patrocinou o prémio Valor da Água no Festival Cine Eco Seia 2020/21 e integrou o respetivo júri. Trata-se o único festival de cinema em Portugal, dedicado à temática ambiental. Foram promovidas dezenas de sessões de cinema *online*, com os documentários e filmes sobre Ambiente e Ecologia que constam do programa oficial, com a parceria da EPAL e AdVT
19. No âmbito do programa “Educação Ambiental em Ação”, que funciona com visitas às escolas e interage com alunos dos diversos níveis de ensino, é divulgada a atuação da EPAL e da AdVT na gestão do Ciclo Urbano da Água, sendo que o importante papel e funcionamento das ETAR são temas abordados, pelo que também é dado realce aos comportamentos que devemos adotar para que não façamos do cano um caixote do lixo..

Nesse sentido a Educação Ambiental em Ação esteve *online*, na Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas com o tema: “Será a água da torneira gourmet?”, uma ação promovida para 30 alunos dos Cursos de Técnico de Cozinha/Pastelaria e Técnico de Restaurante/Bar no âmbito do projeto Eco-Escolas 2020/2021, bem como vários membros do corpo docente e o representante do projeto Manteigas Com Vida. Objetiva-se sensibilizar estes futuros profissionais de hotelaria para a importância de adotarem

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

comportamentos sustentáveis e de eficiência hídrica no seu percurso profissional, reforçando, também, a necessidade de combater o desperdício alimentar. A Pegada hídrica, a água virtual e a economia circular foram alguns dos conceitos abordados e, quase no final da ação, foi dada a resposta à pergunta inicial, afirmando que a água da torneira pode ser o quanto gourmet quiserem e que para isso podem contar com a ajuda e inspiração dos vários livros lançados pela EPAL sobre esta temática.

A equipa de Educação Ambiental promoveu, com os alunos da turma do 8º B, da Escola Básica 2/3 e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, em Alvaiázere, uma ação, em formato digital, que abordou questões como a importância da água, a diferença entre escassez e seca, a água virtual e a pegada hídrica, a economia circular e o desenvolvimento sustentável. Deram-se a conhecer alguns dos projetos desenvolvidos pela EPAL e pela AdVT, no âmbito da sustentabilidade empresarial. No final houve, ainda, lugar ao cálculo da pegada hídrica, com a participação de uma aluna, reforçando a ideia de que a água está implícita em tudo o que bebemos, em tudo o que comemos e também em tudo o que utilizamos no nosso dia-a-dia.

Presentes nesta ação estiveram 13 alunos/as e respetivos/as professores/as.

20. Tendo em conta a situação pandémica e a impossibilidade de realizar visitas, físicas, às infraestruturas, no âmbito da Educação Ambiental foram preparados os vídeos com visitas guiadas à ETA de Vale da Pedra e à ETAR de Évora com o objetivo de promover atividades *online* com as escolas.
21. A AdVT pertence ao Conselho Eco-Escolas. Na segunda reunião, promovida pela Escola Básica da Ammaia, no concelho de Marvão, foram divulgados os resultados da auditoria ambiental que incluiu um questionário aos alunos e às alunas onde se aferiu os seus hábitos alimentares e conhecimentos em matéria ambiental. Foram, também, divulgados os trabalhos realizados pelos alunos e pelas alunas, no âmbito, da participação em vários *workshops*, promovidos pela ABAE, no primeiro trimestre do ano. Foram dadas a conhecer as ações e atividades previstas e inseridas nos temas trabalhados pela escola; resíduos; água; energia; agricultura biológica; alterações climáticas; alimentação saudável e sustentável. Neste âmbito, e não sendo possível agendar visita presencial a uma ETA e a uma ETAR, foram disponibilizados os vídeos de visita virtual à ETA de Vale da Pedra e à ETAR de Évora. Demonstrada a vontade da escola em aderir ao consumo exclusivo de água da torneira, serão entregues jarros para disponibilizar água da torneira, quer no refeitório quer na sala de reuniões e de professores/as.
22. Numa altura em que a Escola não pode ir à ETAR, nós levamos a ETAR até à Escola, no âmbito das iniciativas *online* de educação ambiental, desta feita sensibilização para o valor e sustentabilidade do consumo de água da torneira, em Lisboa (várias escolas), tendo sido proposta uma visita guiada à ETAR de Évora. Desta forma passam a conhecer como se processam as três fases de tratamento das águas residuais, até as mesmas serem devolvidas ao meio hídrico, em condições ambientalmente seguras. Desta forma, a água residual tratada adquire uma nova vida, passando ainda por um processo de desinfecção tornando-a em ApR – Água para Reutilização, que permite que seja posteriormente reutilizada na ETAR para rega, lavagens e preparação de polímeros. Esta Estação está também dotada com um sistema de Cogeração para reaproveitamento do biogás,

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

transformando-o em energia que é posteriormente utilizada na própria infraestrutura, podendo chegar a colmatar cerca de 50% das suas necessidades

23. A EPAL voltou a juntar-se ao Congresso Nacional de Estudantes de Medicina, numa ótica de parceria sustentável, para promover o consumo de água da torneira disponibilizando garrafas de vidro *Lisbon Tap Water*, sensibilizar para a importância da hidratação e uso eficiente da água da rede, com a oferta de marcadores com dicas. Na ocasião fez também a divulgação da *app H2O Quality* e das suas funcionalidades
24. “Água é Vida!” foi o mote as ações de formação que a equipa de educação ambiental da EPAL/AdVT promoveu para os alunos dos cursos de Educação e Formação da Casa Pia, em Lisboa. A turma do curso de Assistente Administrativo (com 20 alunos), foi sensibilizada para a importância de adotarem comportamentos ambientalmente mais sustentáveis e que passam, por exemplo, pela reutilização e reaproveitamento de águas nos usos domésticos. Falou-se também de desenvolvimento sustentável e deram-se a conhecer alguns projetos desenvolvidos, nessa matéria, nomeadamente o EPAL 0%. No final, todos os alunos foram convidados a consumir água da torneira, dando o primeiro passo para um planeta mais sustentável
25. Para 14 jovens alunos do Curso “Cuidador de Crianças e Jovens”, foram transmitidas diversas mensagens, nomeadamente que eles, futuros profissionais cuidadores dos mais jovens, deverão garantir que as crianças adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. O bem-estar e um desenvolvimento integral passa também, necessariamente, pela sustentabilidade. No que toca à turma do Curso de Educação e Formação em Instalador e Preparador de Computadores, a turma composta por 14 alunos entre os 15 e os 17 anos foi sensibilizada para temas tão importantes como a sustentabilidade, a pegada hídrica, a água virtual, entre outros. Aos alunos foi-lhes também dado a conhecer como podem medir a sua pegada hídrica e quanta água é necessária para produzir o que consumimos
26. Na 3ª edição do Festival das crianças, que decorreu em formato digital, a equipa de educação ambiental da EPAL e da AdVT marcou presença com uma atividade denominada “Água: Virtual, com Cores e Sabores”, onde foi abordado o tema da consciencialização ambiental, tendo sido propostas muitas atividades para os mais pequenos e para toda a família, que os ajudarão a cuidar de uma casa muito especial e que é de todos nós: o nosso Planeta
27. Como tornar a tua Água da Torneira ainda mais Cool! Deu mote às duas sessões para cerca de 90 crianças e jovens que, frequentam, nas férias da páscoa, o OTL *online*, dos Serviços Sociais da Administração Pública.
- A primeira sessão foi direcionada para crianças entre os 6 e os 12 anos, e a segunda destinou-se aos jovens entre os 13 e os 17. Para além da realização de três águas aromatizadas e de um *Ice-tea*, esta ação deu especial enfoque ao consumo da água da torneira e a algumas dicas de sustentabilidade e de Economia Circular

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



28. Foi lançado com a colaboração de Cátia Goarmon, carinhosamente conhecida por Tia Cátia, a primeira chef a aderir à coletânea de 24 receitas de autor, com o tema “A Irresistível Água da Torneira à Mesa com...”, que visa promover a sustentabilidade ambiental, a economia circular e a utilização de produtos sazonais e locais. As receitas foram criadas para momentos de partilha com recurso à Água da Torneira, um gesto tão simples que deve ser cada vez mais valorizado, promovendo as boas práticas ecológicas e reduzindo a pegada ambiental. A segunda edição do livro “A Irresistível Água da Torneira à Mesa com...”, que tem como autora, Isabel Zibaia Rafael, responsável por um dos blogues culinários mais reconhecidos e lidos, pelos Portugueses: Cinco Quartos de Laranja foi lançada, na Academia do Solar dos Presuntos e contou com a presença de Sara Prata e João Manzarra, O Livro contém um conjunto de receitas e de dicas que, desta feita, promovem a organização e planeamento das compras semanais, o recurso a ingredientes-base, para várias refeições, a compra de produtos a granel, o reaproveitamento dos alimentos e, como não podia deixar de ser, a reutilização da água, para diversos pratos do dia-a-dia. Os livros estão disponíveis no [site da EPAL](#) e podem ser descarregados gratuitamente
29. No dia de S. Valentim o Casal mais misterioso de Portugal, empenhado com o compromisso da promoção do consumo de água da torneira, a opção mais sustentável, partilhou mais uma receita deliciosa onde a água da EPAL é um dos ingredientes secretos de um delicioso bolo feito com crepes e...chocolate! Este é o segundo vídeo realizado no âmbito desta parceria onde a água da torneira, indissociável da culinária, dá o toque especial a cada uma das receitas, tornando-as únicas
30. A EPAL lançou, durante 2021 o 4º e o 5º livros de receitas “Torne a sua água da torneira ainda mais irresistível”. A 4ª edição é muito especial, uma vez que as receitas constantes do livro são originárias de diversas Entidades Parceiras da EPAL, que deram resposta ao pedido de colaboração. Já a 5ª edição está repleta de propostas de picolés. Salienta-se que a entidade gestora dos refeitórios selecionou algumas destas receitas, cujo resultado foi servido, no verão, como sobremesa, às trabalhadoras e a trabalhadores que comem nos refeitórios
31. Depois de várias ações de sensibilização ambiental, onde se deu cor e sabor à água da torneira, a equipa de Educação Ambiental, da EPAL/AdVT, reuniu um novo conjunto de receitas que resultaram na emissão de um novo livro de receitas, dedicado aos mais jovens. “Como tornar a tua água da torneira ainda mais cool!”, conta com 7 novas receitas de águas aromatizadas e 3 *ice-teas* sustentáveis.
32. A EPAL emitiu Ó Chef! uma web série de culinária, a que se associou que, para além de boas receitas, também abordou a sustentabilidade na cozinha. Enquanto a comunicadora Fátima Lopes e o chef Vítor Sobral trouxeram o melhor da gastronomia portuguesa, de que são exemplo Cachaço no forno com pimentão da horta e migas soltas e Cataplana de polvo, amêijoas, batata-doce e poejo, etc., sendo que as dicas sustentáveis estiveram por conta da EPAL, não descarte a água que sobrar da cozedura da couve-flor.
- Pode utilizá-la para fazer uma sopa, um arroz ou até num assado, entre outras
33. Apresentação do Livro “Lisboa Subterrânea e a Colina dos Hospitais” No âmbito do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, o Museu da Água promove, amanhã, dia 23 de abril pelas 19h, a apresentação

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



do Livro Subterrânea na Colina dos Hospitais e entrevistas com os seus autores Fernando Teigão e Pedro Costa e uma Conversa com os autores Fernando Teigão dos Santos e Pedro Costa (no âmbito do Dia Internacional do Livro e do Direito de Autor)

34. A EPAL tem vindo a desenvolver, juntamente com empresas de referência nacional, formas distintas de apresentar a água da torneira. Em 2021, a EPAL e a Atlantis/Vista Alegre criaram o Jarro PURA, cujo nome nos remete para o cristalino, para a importância da transparência, da confiança, em oposição ao opaco, à escuridão e à sombra. O PURA é totalmente manufaturado e verdadeiramente único e original. Tal como a água e as suas gotas, não há dois jarros iguais, o que reforça o carácter exclusivo de cada peça. Junta-se à coleção de jarros e garrafas de água, da EPAL, partilhando o objetivo comum de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira. A melhor, A mais sustentável. A sua escolha
35. No Dia Mundial da Água, as Nações Unidas apelaram à participação de todos na construção e desenvolvimento da campanha "Valorizar a Água". Para tal bastava partilhar a sua opinião com a hashtag #Water2me para contribuir para a divulgação deste tema tão importante para todos nós
36. A EPAL promoveu o Planeta. O *InShadow - Lisbon ScreenDance Festival*, uma iniciativa dedicada aos mais novos relembrando que o consumo de água da torneira é um gesto ecológico e amigo do ambiente. O festival é uma iniciativa inovadora da Vo'Arte e uma referência no território da criação contemporânea transdisciplinar, com destaque para a convergência entre a imagem e o corpo e processos de criação artística fundados na tecnologia. O festival compreende vídeo-dança, documentários, animação, *workshops* e instalações e exposições e integra uma secção destinada ao público infanto-juvenil - o "LittleShadow", lançado no Museu da Marioneta em Lisboa
37. Após o sucesso do Jarro Gota original (verde), peça exclusiva que resulta da parceria com a Bordallo Pinheiro, com o mote "Se queres água, toma!" inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português. Foram lançadas, no dia Nacional da Água, de 2021, 7 novas cores, que chegaram para dar cor à vida, às mesas de refeição e receberem a água mais sustentável, a da torneira
38. A EPAL, no âmbito da campanha de incentivo ao consumo de água da torneira e diminuição da utilização de plástico de uso único, ofereceu bebedouros ao Instituto de Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), à Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, às Escolas Básicas 2/3 Luís de Camões, 2/3 Eugénio dos Santos, 2/3 Quinta de Marrocos e 2/3 de Marvila
39. No final do ano, em linha com o que tem vindo a fazer, nos últimos anos, a EPAL, divulgou receitas de *mocktails*, ou seja, cocktails sem álcool, onde podem ser combinadas águas aromatizadas, chás, tisanas, *blends*, sumos e um sem fim de bebidas e ingredientes
40. Numa altura em que não era possível visitar os espaços do Museu da Água, foram realizadas visitas à distância possibilitam experiências curiosas e realistas, sem marcação prévia, de forma gratuita e a qualquer hora do dia. Todos os sábados dos meses de março e abril, a visita era realizada, com transmissão *Live* no, Museu da Água | Facebook. Foram realizadas visitas subordinadas aos temas: O Edifício Máquina – A Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos; A sede ao longo dos tempos; A Pegada

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



- Hídrica; As técnicas construtivas do Aqueduto das Águas Livres; Galeria subterrânea do Loreto; Chafarizes de Lisboa (no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios); Jardins, Praças e Água (em parceria com o Museu Nacional de História Natural e Ciência); Livro “A Lisboa subterrânea na Colina dos Hospitais” - Conversa com os autores Fernando Teigão dos Santos e Pedro Costa (no âmbito do Dia Internacional do Livro e do Direito de Autor)
41. As visitas presenciais regressaram, em junho e o Museu da Água organizou várias visitas aos respetivos núcleos, sendo que para além das habituais Aqueduto das Águas Livres – Travessia do Vale de Alcântara Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, se destaca A água invisível para Comemorar o Dia Mundial do Ambiente) e Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos: Um estudo-caso da Arqueologia Industrial (VISITA-OFICINA)
42. Outra forma de explorar e experimentar o Museu da Água em Lisboa é recorrer ao Aquatuk, isto é. A bordo de um Tuk-Tuk elétrico, o visitante terá a oportunidade de conhecer o Aqueduto das Águas Livres, o Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, os Chafarizes do Carmo e da Esperança, a Galeria do Loreto e o Reservatório da Patriarcal, de forma ecológica e divertida
43. A Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) foi galardoada pelo poster intitulado “Wastewater Treatment Plant Efficiency: Removal of Pharmaceutical Active Compounds or their Retention in Sewage Sludge” com um “Excellent Poster Presentation Prize”, prémio patrocinado pela *PROTEOMASS Scientific Society*, no 4th *International Caparica Conference on Pollutant Toxic Ions and Molecules*
44. A EPAL associou-se a inúmeras iniciativas organizadas por terceiros, o que permite a distribuição/sorteio de bilhetes pelos/as trabalhadores/as, que podem assistir/participar, bem como a sua família, nos eventos sem qualquer custo. As referidas atividades estão descritas, neste documento, concretamente na alínea i) Questões sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, no seu ponto iii) Atividades desenvolvidas:
45. No âmbito da sua responsabilidade social, a EPAL uniu-se ao “Neto Solidário”, uma iniciativa que se realiza a nível nacional e que pretende recrutar voluntários para auxiliar a população mais idosa. Ajudar a combater o isolamento e a solidão ou outras carências nos nossos menos jovens é o objetivo deste projeto que conta já com cerca de 2000 voluntários em todo o país.

Para além da exposição permanente que está patente no Museu da Água (EE a Vapor dos Barbadinhos), a EPAL disponibiliza os seus espaços, maioritariamente os museológicos, para realização de exposições temporárias, concertos, *performances* e outros eventos apresentados à comunidade. Em 2021, dada a situação pandémica o número de eventos foi muito reduzido, ainda assim foi possível a realização dos seguintes eventos:

- Reservatório da Patriarcal acolheu concertos de fado e outras sonoridades
- Eufonia Festival 2021- *Sound Circuits 2021 Lisbon*: Instalação sonora “Sub Sacellum, de Júlia Lema Barros, no reservatório da Patriarcal
- LUME sessions – concertos de Benny Broker, Lázaro, João Miguel Madeira, Ana Mariano, Avan Gras, Merai e Mura, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (EEVB)

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


- d. Lisboa Criola – Concerto com Paulo Flores e DJ Marfox (EEVB)
- e. Abertura dos espaços museológicos, de forma gratuita, no Dia Internacional dos Museus, sendo que o Reservatório da Patriarcal alargou o horário até às 21h
- f. Nas Jornadas Europeias do Património foram realizadas visitas guiadas temáticas
- g. Abertura dos espaços museológicos, de forma gratuita, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítio
- h. A Noite dos Museus com a visita guiada “Os chafarizes da sétima colina” que consiste num percurso pedestre com cerca de 2 kms e início no reservatório da Patriarcal, passagem pelos chafarizes do Século, Loreto (já desaparecido), Carmo e S. Pedro de Alcântara
- i. As Jornadas Europeias da Arqueologia foram comemoradas com uma visita técnica à EEVB
- j. Organização de visitas guiadas aos núcleos museológicos
- k. Reservatório da Patriarcal acolhe Exposição de Andreia Santana. Entrada gratuita
- l. “Caminhada pelo Património da Água”, Inserida na programação da Lisboa Inspira - Semana Europeia do Desporto
- m. A 3ª edição do festival Imago Lisboa com mostra patente no Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras com uma exposição temporária “Construir Pontes”, na EEVB
- n. Exposições Imersivas, no Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, “Impressive Monet & Brilliant Klimt”, “I Divino Michelangelo & Il Genio Da Vinci”, em apresentação, ao longo e, no Natal de 2021, “O Fabuloso Circo de Natal”, by Ocubo.

Por outro lado, a EPAL possui exposições itinerantes que podem ser deslocadas e apresentadas fora de Lisboa, de forma gratuita:

- o. A “Água e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, suportada por *roll-up*, versa sobre o acesso à água e ao saneamento fazendo a ligação às dimensões da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental. A água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três vertentes - ambiental, económica e social. A exposição mostra a ligação da Água com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, apresentando exemplos concretos de realizações do Grupo Águas de Portugal e esteve patente, em 2021, no colégio S. João de Brito, em Lisboa
- p. “Águas para Todos”, composta por 6 *roll-up* é orientada para o ensino básico com enfoque nos temas: Água essencial à vida, o Ciclo da água, as propriedades da água, como a Água chega às nossas casas, a Poluição e a Água e Sustentabilidade
- q. As exposições itinerantes “Aquedutos de Portugal” foi exibida, no ano de 2021, no Museu Municipal de Santa Cruz das Flores, Açores

O Museu da Água continuou a receber escolas de forma virtual, que visitaram o Museu à distância, sob o tema: Ciclo da Água e o seu Ciclo Urbano:

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


46. A “Água Invisível”, visita que decorre na EEVB e pretende mostrar, de uma forma interativa e muito visual, a quantidade de água virtual gasta na produção de diferentes bens e alimentos, tendo em vista a sensibilização e alteração de comportamentos
47. A Ciência Viva no verão promovida pelos Centros de Ciência Viva de todo o País, pelos municípios, associações e empresas, decorreu até 15 de setembro. Uma boa oportunidade para saber um pouco mais sobre um dos 41 temas possíveis, entre os quais: ambiente, água, arqueologia, biodiversidade, energia, física, paleontologia, etc (parceria com as águas do Tejo Atlântico e com o Parque Florestal de Monsanto)
48. Visitas guiadas “Plantas, Água e Arte”, mais uma parceria com o Museu de História Natural e Ciência e com o Museu de S. Roque, uma história contada a três vozes nos dois museus e na galeria subterrânea do Loreto
49. Visita “Lisboa 360º” Observar Lisboa sob duas perspetivas cronológicas diferentes, através de dois miradouros de exceção (em parceria com o miradouro 360º das Amoreiras)
50. “Do Aqueduto ao Parque Florestal de Monsanto”, a história do Aqueduto das Águas Livres e do Parque Florestal de Monsanto – biodiversidade e sustentabilidade, em parceria com o Centro de interpretação de Monsanto
51. “Do chafariz à Fábrica da Água”, o ciclo urbano da água, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico
52. “Museólogos – Diálogos entre Museus”, Dois museus em diálogo (parceria com o Museu de s. Roque)
53. “Lisboa vista de Cima”, Crescimento e desenvolvimento urbano de comunidades (parceria com o Museu de s. Roque)
54. “Do Aqueduto ao Palácio Fronteira”, visita de época centrada na no tema da hidráulica setecentista (parceria com as casas de Fronteira e Alorna)
55. “Os chafarizes da 7ª colina”, visita guiada aos chafarizes do Sistema Águas Livres
56. “Rota das Claraboias e da Biodiversidade no Parque Florestal de Monsanto”, que compreende uma visita ao Parque de Monsanto com identificação das claraboias do Aqueduto das Águas Livres, bem como a fauna e a flora local (parceria com o Centro de Interpretação de Monsanto)
57. Realização de ateliês científicos, no âmbito da CERciência
58. Programa de Liderança criativa THINK Lisbon – “Water trail”, “Zero Waste Lab” e “Reboundance”, com realização de visitas temáticas associadas aos planos de estudo.

Ao nível do Grupo, mantiveram-se as iniciativas relacionadas com preocupações sociais e ambientais, concretamente, o envio de Postais de Natal, em formato Digital. A AdP disponibilizou, uma vez mais, um Cartão de Natal Institucional que resultou do concurso “Desenha o Natal”, lançado para as filhas e filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras do grupo. À semelhança dos anos anteriores pode ser acedido através de uma Plataforma Digital e, desta feita uma novidade, cada trabalhador/a pode personalizar e remeter para os seus contactos. Para além da redução de consumo de papel, por cada postal enviado pelas suas trabalhadoras e pelos seus trabalhadores a EPAL/AdVT doa, à AdP 0,50€, que reverterão para as Bolsas de Estudo (para ensino superior e para ensino especial)

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


a atribuir aos filhos e às filhas dos/as trabalhadores/as das empresas do Grupo e cujo período de candidaturas foi divulgado internamente, por forma a alertar todos/as os/as trabalhadores/as que o pretendem fazer.

Desde 2016, ano em que foi implementada a orientação corporativa de oferta de um “Cabaz Nascimento” com produtos de higiene para o bebé, o cartão “Dá presente” e o kit EPAL/AdVT, aos filhos/as dos/as trabalhadores/ras nascidos/as durante o ano civil sendo que já entregámos 174 “Cabazes Nascimento” - 99 raparigas e 75 rapazes novos membros da família EPAL, que incluem os 17 bebés filhos/as de trabalhadores/as da EPAL/AdVT, nascidos em 2021, concretamente 12 cabazes para meninas e 5 para meninos.

d) Principais Riscos Associados²

A EPAL realiza periodicamente a avaliação do seu risco empresarial, coordenada pela AdP, SGPS e cuja metodologia e resultados estão apresentados no ponto VI. Organização Interna - B. Controlo Interno e Gestão de Riscos, do relatório do Governo Societário.

e) Indicadores de Desempenho Relevantes

Neste ponto são apresentados os indicadores considerados chave para caracterizar e acompanhar a atividade da EPAL:

a. Recursos Humanos

Os indicadores chave de recursos Humanos estão apresentados na alínea f) Questões ambientais, sociais e relativas aos/às trabalhadores/as, deste anexo.

b. Atividade

	2019	2020	2021
Água captada (Volume captado por origem) (m3)	221.836.249	221.124.927	221.716.595
Água tratada/produzida (m3)	221.451.985	220.723.565	221.384.388
Água Vendida (m3)	200.013.318	197.668.956	196.167.276
Água não faturada (m3)	21.822.931	23.455.971	25.549.318
Água não faturada (%)	9,80%	10,6%	11,5%

² Ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

**c. Cientes e Mercado**

	2019	2020	2021
Cientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	17	17	17
Cientes Multimunicipais	2	2	2
Cientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	358.670	357.662	360.528
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	34	34	34
Número de consumidores	2.868.753	2.887.434	2.887.464
Área total abastecida (Km ²)	7.095	7.095	7.095

d. Infraestruturas

Adução	2019	2020	2021
Comprimento Condutas (km)	696	696	695
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	31
Reservatórios (n.º)	28	27	27
Pontos de Entrega (n.º)	189	186	188
Distribuição	2019	2020	2021
Comprimento da Rede (km)	1.447	1.448	1.448
Est. Elevatórias (n.º)	11	11	11
Reservatórios (n.º)	14	13	13
Ramais (n.º)	103.313	103.536	104.009

e. Avarias em condutas

Adução	2019	2020	2021
Avarias em Condutas na Rede de Adução	50	48	97
Sistema EPAL	18	38	69
Sistema Oeste	32	10	28
Distribuição	2019	2020	2021
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição	429	460	381
Avarias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição	30	32	26
Roturas em Ramais	519	579	491

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

f. Suspensões de abastecimento

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2019	2020	2021
<i>Por tempo (h)</i>	2.155	2.169	2.398
Total Produção e Transporte	475	349	793
Programadas	475	349	793
Não programadas	012	0	0
Total Distribuição	1.680	1.820	1.605
Programadas	251	378	295
Não programadas	1.429	1.442	1.310
<i>Por quantidade</i>	633	632	628
Total Produção e Transporte	71	44	62
Programadas	71	44	62
Não programadas	0	0	0
Total Distribuição	562	588	566
Programadas	64	80	80
Não programadas	498	508	486
<i>Eficácia do serviço</i>	2019	2020	2021
Interrupções serviço > 4h - Municipais	50	27	47
Interrupções serviço > 4h - Diretos	127	152	132
Interrupções serviço > 12h - Municipais	11	6	18
Interrupções serviço > 12h - Diretos	4	3	4
Nº de pontos de entrega afetados (> 4h)	22	32	60

g. Qualidade do Produto

	Água Segura (%)		
Distribuição:	2019	2020	2021
Em Baixa	99,17	99,56	99,09
Em Alta	99,70	99,69	99,75

f) Questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores

Os recursos humanos da EPAL contemplam, também, os associados à gestão delegada da Águas do Vale do Tejo (AdVT), uma vez que, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


posição contratual da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal. Assim, os/as trabalhadores/as da AdVT encontram-se integrados na estrutura orgânica da EPAL.

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- ❖ Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- ❖ Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- ❖ Promoção e valorização profissional;
- ❖ Respeito pela vida pessoal e familiar;
- ❖ Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- ❖ Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No final de 2021 a EPAL tinha 1.038 trabalhadores/as, dos quais 394 referentes à gestão delegada da AdVT.

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.030	1.025	1.038	13	1.3%
EPAL	656	651	644	(7)	(1.1%)
Gestão delegada AdVT	374	374	394	20	5.3%

a. **Caracterização dos Recursos Humanos**

O universo de 1 038 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2021, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.038 colaboradores, 763 são do sexo masculino (73.5%) e 275 do sexo feminino (26.5%).

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Homens	752	753	763		1.3%
Mulheres	278	272	275		1.1%

Não existem trabalhadores/as com contratos a termo, em resultado das restrições de contratação existentes nos últimos anos.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Efetivos	1.030	1.025	1.038	13	1.3%
A termo	0	0	0	0	0%

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL é de 47 anos. 33.5 % do total de trabalhadores/as situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos e 58.6 % na faixa etária acima dos 45 anos.

	2019	2020	2021	Variação 2020/2019	
Idade média	47	47	47	0	0%
Trab. Por estrutura etária	1.030	1.025	1.038	13	1.3%
idade - <25	5	5	9	4	44.4%
idade - 25-34	82	72	73	1	1.4%
idade - 35-44	402	375	348	(27)	(7.2%)
idade - 45-54	260	287	323	36	11.1%
idade - >55	281	286	285	(1)	(0.3%)

A antiguidade média é de 18 anos, situando-se 42.5% do total de trabalhadores/as (441) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 33.2% (345) na faixa acima dos 20 anos.

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Antiguidade média	17	17	18	1	17
Trab. por Antiguidade	1.030	1.025	1.038	13	1.030
antiguidade - <2	101	84	67	(17)	101
antiguidade - 2-5	62	98	151	53	62
antiguidade - 6-10	118	76	34	(42)	118
antiguidade - 11-20	440	427	441	14	440
antiguidade - >20	309	340	345	5	309

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Trab. por nível profissional	1.030	1.025	1.038	13	1.030
Quadros superiores	193	161	157	(4)	193
Quadros médios	184	230	229	(1)	184
Encarregados/mestres	21	21	21	0	21
Altamente qualificados	110	141	138	(3)	110
Qualificados	429	342	345	3	429
Semi qualificados	60	130	148	18	60
Não qualificados	32	0	0	0	32
Praticantes/aprendizes	1	0	0	0	1

Cerca de 38.9% dos/as trabalhadores/as (404) detém qualificações ao nível do ensino superior.

	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Trab. por nível habilitações	1.030	1.025	1.038	13	1.030
Ensino Básico	268	252	239	(20)	268
Ensino Secundário	369	377	395	18	369
Ensino Superior	394	393	396	3	0.76%

No ano de 2021 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 11.942 horas de formação, tendo abrangido 543 participantes.

Formação	2019	2020	2021
N.º de horas de formação	27.289	14.657	11.942
N.º. Participantes	761	925	543

A Taxa de absentismo em 2021 foi de 4,42%, correspondente a 82.754 horas de ausência.

Absentismo	2019	2020	2021
Taxa de absentismo	4,59%	4,47%	4,42%
Horas de Absentismo	85.295	83.264	82.754

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


Em 2021 ocorreram 36 acidentes de trabalho, dos quais 26 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2019	2020	2021
Total de acidentes de trabalho	55	34	36
Acidentes de trabalho com baixa	32	15	26

b. Indicadores de segurança

	2019	2020	2021
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	28,65	19,12	20,12
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	17,98	8,44	14,53

TF=NA/HTx10⁶ | Tf=NAIta/HTx10⁶

NA – Número de acidentes

NAIta – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

g) Combate à corrupção e às tentativas de suborno

Esta temática já foi abordada ao longo do presente documento, sendo que na alínea c), acima, são feitas referências ao Código de Ética e Conduta (CCE), estando descrito, com mais pormenor no Ponto do VI. Organização Interna – A, ponto 2-caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade, deste RGS.

Ainda no mesmo documento existem referência ao CCE no ponto VI. Organização Interna – C. Regulamentos e Códigos, pontos 1, 2 e 3.

Relativamente ao Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Descrito no Ponto VI. Organização Interna – A, ponto 3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional, do RGS de que este reporte é anexo.

Neste domínio e, dando cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, destaca-se, para além dos já mencionados, os mecanismos:

- ❖ Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos valores de;
 - Integridade e Transparência;
 - Competência e Rigor;
 - Respeito pela Lei;
 - Melhoria Contínua;

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021


- ❖ Existência de processos de auditoria autónomos e independentes;
- ❖ Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade;
- ❖ Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública;
- ❖ Composição organicamente diversificada dos júris constituídos quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços.

h) Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização

Em 2020 foi eleito o Conselho de Administração para o mandato 2020-2022.

No que respeita à composição mantém-se, face ao anterior, sendo constituído por duas mulheres e três homens, conforme tabela abaixo.

CA por género e por faixa etária	2019		2020		2021	
	H	M	H	M	H	M
[36-45]	0	1	0	0	0	0
[46-55]	2	0	2	1	2	1
[56-65]	1	1	1	1	1	1
Total	3	2	3	2	3	2

No que se refere aos órgãos de Fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal, é constituído por dois membros do sexo feminino e dois do sexo masculino (sendo um deles suplente).

i) Questões sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens

A temática que aborda a Igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, habitualmente designada por Igualdade de Género tem vindo a destacar-se e a ser destacada, na e pela EPAL, de forma estruturada tendo por base uma Política e um Plano para a Igualdade de Género.

A igualdade entre homens e mulheres está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º e constitui um princípio fundamental do direito comunitário consagrado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- ❖ Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- ❖ Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

A política definida pelo grupo AdP e seguida, em toda a sua amplitude, pela EPAL, tem como princípios orientadores:

- ❖ Estratégia, missão e valores;
- ❖ Igualdade de tratamento e de oportunidades;
- ❖ Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- ❖ Diálogo social e participação;
- ❖ Formação e sensibilização;
- ❖ Comunicação e imagem.

a. Plano para a Igualdade de Género

i. Enquadramento

O Plano para a Igualdade de Género 2022 foi desenvolvido em função dos resultados obtidos no Diagnóstico de Igualdade de Género realizado, entre 2020 e 2021, com recurso a entidades peritas, na matéria, por forma a adequar as ações preconizadas à maturidade da organização, nesse âmbito. O Plano para a Igualdade de Género 2022 visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar. Nesse sentido e de acordo com os compromissos assumidos, a EPAL tem vindo a definir, a implementar e a promover, da forma considerada mais adequada, junto das suas/seus trabalhadoras/es, as referidas medidas. Tem mantido, também, o investimento na publicitação de atividades/eventos externos, relacionados com o tema, promovendo e suportando a sua participação, nos mesmos.

ii. Objetivos

O Plano para a Igualdade de Género tem como objetivos:

- ❖ Salvarguardar os princípios de Igualdade de Género na estratégia da empresa;
- ❖ Garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades;
- ❖ Promover o equilíbrio entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional;
- ❖ Promover a participação dos/as trabalhadores/as na definição, implementação e avaliação das medidas relativas à igualdade e não discriminação;

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- ❖ Promover a integração no plano de formação para ações na área da Igualdade de Género;
- ❖ Incluir, na comunicação interna e externa, a dimensão da Igualdade de Género.

iii. Principais Atividades Desenvolvidas

De forma a dar resposta ao preconizado no Plano para a Igualdade de Género, a EPAL já implementou ou tem em implementação um conjunto de ações, sendo que em 2021 destacamos, em função da dimensão:

1. Estratégia, Missão e Valores

- a. Na sequência da revisão da Política de Gestão da EPAL (descrita na alínea b) deste documento), no ano anterior, em 2021, foi realizada, durante várias semanas, uma campanha de divulgação de Política de Gestão, com a apresentação de partilhada a totalidade dos seus pontos.
- b. Criação da *Task-force* Igualdade de Género, constituída por um elemento de cada uma das direções da EPAL, por forma a transversalizar o tema conseguir *inputs* representativos de toda a organização.
- c. Decorrente da vontade da EPAL em trazer, para a agenda, a temática da igualdade entre os géneros e por forma a dar resposta ao quadro normativo, em vigor, em 2021 foi finalizado um Diagnóstico profundo para a Igualdade de Género, nomeadamente a aplicação de um questionário, a realização de entrevistas e de ações de formação, por forma a ser possível a elaboração de um relatório e do Plano para a Igualdade entre os géneros respeitante a 2022.
- d. Na sequência das várias auscultações realizadas no âmbito da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, do diagnóstico de Igualdade de Género e dos Riscos Psicossociais, o conselho de administração decidiu que, para funções compatíveis com o teletrabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras que pretendessem poderiam escolher um dia na semana, entre terça-feira e quinta-feira, para desenvolverem teletrabalho.
- e. Foi realizado, um *webinar* destinado a fornecedores críticos no âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar.
- f. A EPAL assinalou o Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro), com um Dia Inspirador. Este dia tem vindo a ser celebrado, em todo o território português, por centenas de organizações representativas da sociedade civil e da esfera pública, através da promoção de iniciativas de Cidadania Local que coloca a tónica na IGUALDADE como fator de desenvolvimento, dando visibilidade a temas como Direitos das Mulheres, a Violência Doméstica, a Igualdade Salarial, o Combate à Pobreza, o Acolhimento de Migrantes, a Inclusão de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, a Igualdade de Oportunidades, entre outros. Nesse sentido a EPAL levou a cabo a iniciativa “Um dia Inspirador”, que integrou a agenda Municipal para a Igualdade’21, coordenado pela ANIMAR e que consistiu em distribuir a cada uma das clientes que se deslocaram às Lojas, da EPAL, no dia 22 de outubro, um pequeno caderno com

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



frases inspiradoras, no sentido de as incentivar a ser mulheres cada vez mais seguras e realizadas.

“ Se acreditas que não és capaz de fazer alguma coisa, nunca o farás, mesmo que tenhas competências para isso. (Indira Gandhi) ”.

2. Igualdade de Tratamento e de Oportunidades

- a. Ser membro do iGen - Fórum Empresas para a Igualdade de Género, que congrega cerca de 70 organizações do setor público, privado e da economia social, reforçam e evidenciam a sua cultura coletiva de responsabilidade social e justiça, incorporando nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, no mercado de trabalho.

O iGen é organizado pela CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, que no âmbito da sua missão, atribuições e competências tem, ao longo dos anos, desenvolvido um trabalho em rede com empresas e organizações, com o objetivo da promoção da Igualdade de Género no trabalho e no emprego.

Com a adesão ao iGen a EPAL, assegura, complementarmente:

- i. A participação na dinâmica e vida próprias do Fórum, integrando e acompanhando as respetivas atividades;
- ii. O interesse na troca de experiências e práticas promotoras de igualdade de género no trabalho, no emprego e na formação profissional;
- iii. O acesso aos indicadores de género e de instrumentos de política nacional e internacionais atualizados junto das organizações membros do Fórum;
- iv. A participação em reuniões de trabalho e nas atividades do Fórum, de forma ativa, com as outras organizações e com a CITE;
- v. O acesso a todas as ações e boas práticas, bem como os progressos registados, a acordar mutuamente, em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional que possam vir a ter impacto e ser replicadas junto de outras organizações;
- vi. Ao assumir compromissos claros com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios, as empresas subscritoras certamente estarão mais bem preparadas para alcançar melhorias no plano da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação das suas trabalhadoras e dos seus trabalhadores.

Paralelamente a EPAL faz parte da *Task-force* do iGen, para o biénio 2021-2022 e pertence ao GT5 – Formação, da mesma entidade.

- b. O primeiro compromisso, da EPAL para com o iGen, foi assinado no dia 5 de dezembro de 2016. Desde então tem vindo a renovar, anualmente, como evidência da vontade, da gestão, em

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como um pilar do desenvolvimento e sustentabilidade, da organização.

A EPAL manteve a Adesão aos WEP – *Women's Empowerment Principles* (WEP), que resultam da parceria entre a ONU Mulheres e o *United Nations Global Compact Network Portugal* (UNGC – NP), oferecendo um conjunto de considerações que ajudam a comunidade empresarial a concentrar-se nos elementos-chave para a promoção da Igualdade de Género no local de trabalho, no mercado de trabalho e na comunidade.

Os WEP foram elaborados através de um processo consultivo internacional que incluiu várias parcerias e fornecem uma “Lente de Género” para investigar e analisar as atuais iniciativas, estudos e práticas de elaboração de relatórios.

Os WEP são:

1. Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de género
2. Tratar mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação
3. Garantir saúde, segurança e bem-estar dos/as trabalhadores/as
4. Promover a educação, a capacitação e o desenvolvimento profissional das mulheres
5. Apoiar o empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de fornecedores e de comunicação e marketing
6. Promover a igualdade por meio de iniciativas voltadas às comunidades e do engajamento social
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de género.

Ao aderir aos WEP, a EPAL reforça a sua posição fazendo parte de um grupo de organizações líderes que apoiam a Igualdade e o Empoderamento das Mulheres, contribuindo, ativamente, para uma sociedade mais justa e equilibrada.

- c. Em junho de 2021 a EPAL renovou o protocolo de cooperação com a PWN (*Professional Women Network - Lisbon*), um movimento global de pessoas que trabalham no sentido de uma liderança equilibrada de género, através do desenvolvimento profissional e objetiva promover e salientar a função profissional da Mulher, no mercado de trabalho, com recurso a Workshops, Programas de Mentoring, Programas de Leadership, Programa Youth, Formação, Cursos digitais, entre outros eventos, que permite a divulgação sistemática, na organização e que tem dado um enorme contributo para a difusão da temática e para a criação de oportunidade e vontade de participação em atividades associadas aos temas da Igualdade de Género.
- d. Foi aprovada, pelo Conselho de Administração, embora só se efetive em 2022, a participação da EPAL/AdVT na Business as Nature - Sustainable & Responsible Consumption and Circular Economy (BasN), simultaneamente e, de acordo com o convite recebido, foi nomeado um

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

membro para o respetivo Conselho Estratégico. A BasN é constituída por um grupo de mulheres, motivadas para uma missão comum, concretamente, dar o seu contributo para a promoção da produção e o consumo sustentável e da economia circular e de baixo carbono, com especial atenção ao envolvimento das mulheres como influenciadoras e agentes diretos neste processo de mudança e de desenvolvimento económico-social, aspirando, igualmente, a incentivar o empoderamento das mulheres, o empreendedorismo feminino e a igualdade de género. A BasN objetiva executar e dinamizar projetos em alinhamento com os ODS, especialmente o ODS5 (Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas) e o ODS12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis), bem como mobilizar e fortalecer relações entre os/as cidadãos/ãs, consumidores/as, empresas, academia e instituições governamentais, ambicionando uma sociedade mais responsável, justa e equilibrada.

3. Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar

- a. Considerar o Dia de Aniversário do/a Trabalhador/ a como dia de tolerância de ponto
- b. Conceder tolerância de ponto (dias 24 e 31 de dezembro)
- c. Oferta, na época natalícia, a todas/os as/os trabalhadoras/es e reformados de um cabaz de Natal, do bule AQUA NOVA, que resulta de uma parceria da EPAL com a COSTA NOVA e de um Bolo-Rei, que puderam partilhar com a família. Salientar que os colaboradores e as colaboradoras externas que desempenham as suas funções nos recintos da EPAL/AdVT, também são contemplados com um cabaz de Natal.

O cabaz voltou a incluir produtos oriundos das diferentes áreas de atuação das empresas do Grupo, sendo eu a EPAL representado com a compota do seu parceiro SEMEAR e o Livro apresentado na alínea abaixo.

- d. “A Irresistível Água da Torneira à mesa com Isabel Zibaia Rafael”, que integrou o cabaz de Natal, fez parte de um conjunto de livros o jornal Expresso selecionou e publicou, no suplemento “Boa cama, boa mesa”, como uma boa sugestão de oferta
- e. Oferta, de um cheque presente a cada filho/a até aos 12 anos
- f. Tendo em conta a situação pandémica o Grupo AdP preparou A Festa virtual de Natal 2021 para as famílias AdP. A festa contou com uma peça de Teatro Infantil, Espetáculo de Magia e o Grande Desafio, um jogo sobre as empresas do Grupo
- g. Bolsas de Estudo AdP. Os descendentes dos trabalhadores/as da EPAL podem candidatar-se a receber Bolsa de Estudo concedidas pelo grupo AdP, para ensino superior e ensino especial (para o ano letivo 2021/2022- Candidaturas abertas entre 29.07 a 15.09 2021;
- h. Possibilidade de assistência à família sem perda remuneratória por forma:
 - i. Possibilitar aos trabalhadores/as responder às necessidades do seu agregado familiar, em caso de doença de curta duração; e

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



- i. Pagar as faltas dadas, até três dias consecutivos, motivada por necessidade de assistência inadiável a membros do agregado familiar, desde que devidamente comprovadas (esta medida, durante 2021 passou a ser transversal, no âmbito na pandemia de COVID-19).
- j. Na sequência da mudança do Seguro de saúde da Multicare, para a Médis, foi disponibilizado, a pensar nos futuros pais, o Programa Bebé Médis para acompanhar os clientes desde a preconceção ao 1º ano de vida do bebé. O programa Bebé Médis não tem custos e tem como objetivo apoiar no planeamento, promover uma gravidez saudável e uma maternidade e paternidade tranquilas.
- k. Ainda nesse âmbito foi oferecido um Voucher Clínica Médis para a Medicina Dentária no valor de 20€, para todos os/as trabalhadores/as e respetivos agregados familiares abrangidos, a utilizar nas Clínicas Médis de Medicina Dentária, em Lisboa, Porto e Aveiro.
- l. Em 2021, apesar da pandemia mantivemos a Organização de Programas para Ocupação de Tempos Livres (OTL) Infantil/Juvenil, com campos de férias presenciais no verão. Nas férias de verão o programa desenvolvido para as filhas e filhos dos trabalhadores e trabalhadoras funciona em regime de internato, por um período com a duração máxima de 2 semanas, mediante recurso a Campos de Férias geridos por Empresas da especialidade e contratadas para o efeito. Apesar da situação e das crianças serem em número inferior ao de outros anos, foram disponibilizados campos de férias, que acolheram, crianças e jovens oriundas da Família EPAL.
- m. Programa OTL Empresa 2021 para jovens dos 18 aos 25 anos
- n. Na sequência da suspensão da atividade letiva na semana de 2 a 9 de Janeiro de 2022, a EPAL/AdVT organizou, a pensar na Conciliação entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar de cada um dos seus trabalhadores e de cada uma das suas trabalhadoras com filhos/as com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos, Campos de Férias e *Bootcamps* virtuais, que, simultaneamente, podem proporcionar o desenvolvimento das competências do Século XXI. As atividades estiveram a cargo da *Happy Code*, uma escola de tecnologia e programação de Referência Global no Ensino de S.T.E.A.M. – Ciências (*Science*), Tecnologia (*Technology*), Engenharia (*Engineering*), Artes (*Arts*) e Matemática (*Math*) e pioneira na sua abordagem a *Soft Tech Skills*.
- o. Tendo em conta a situação pandémica e o cumprimento das regras de segurança impostas, pela DGS, foram divulgadas praias fluviais existentes na área de atuação da EPAL/AdVT, criando, desta forma, alternativas para as férias das trabalhadoras e dos trabalhadores e respetivas famílias:
 - i. Praia do Pessegueiro (Pampilhosa da Serra), rodeada de espaços verdes, é detentora do galardão da Bandeira Azul e o de Praia Acessível. É uma praia com características serranas, sendo possível percorrer e conhecer nas redondezas os caminhos do xisto.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- ii. Praia da Amieira (Portel), foi inaugurada em 2019 e tem o galardão da Bandeira Azul e de Praia Acessível. Em plena Barragem do Alqueva, onde se pode disfrutar de momentos de prazer e tranquilidade.
- iii. Praia de Rapoula do Côa (Sabugal), bem servida de espaços verdes e de areal, com todos os equipamentos necessários para um dia bem agradável, dedicado ao lazer ou à pesca desportiva de truta.
- iv. Praia de Aldeia Viçosa (Guarda), galardoada com Bandeira Azul, encontra-se em pleno Parque Natural da Serra da Estrela e é banhada pelas águas do rio Mondego. Dotada de todos os equipamentos necessários para proporcionar momentos de lazer e descontração no espaço envolvente, esta é uma excelente alternativa a quem pretende umas férias mais tranquilas.
- v. Praia de Loriga (Seia), em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, no Vale de Loriga, Teve origem num glaciário, aí existente há milhares de anos e do qual ainda é possível encontrar vestígios. Pela sua envolvência, privilegia e apela ao silêncio para verdadeiramente se apreciar toda a beleza aí presente.
- vi. Praia de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), está inserida no Centro Náutico de Monsaraz, que funciona como centro de lazer de desportos náuticos. Está dotada de todas as infraestruturas necessárias para proporcionar o bem-estar de quem a visita. Poderá aproveitar. Ainda, para explorar esta pequena vila alentejana e descobrir os seus encantos.
- vii. Praia de Alvôco das Várzeas (Oliveira do Hospital) um local pitoresco, cujas águas têm origem no rio Alvôco. Trata-se de uma praia de montanha, situada no profundo vale que separa as duas margens do rio e é por excelência uma zona onde se pode encontrar algumas lontras, garças, e guarda-rios. Está próxima da Ponte das Três Entradas, onde o rio Alvôco se encontra com o rio Alva, outro afluente do rio Mondego. Pode, ainda aproveitar para conhecer a Ponte Medieval que data do século XIV, a Igreja Paroquial e a Capela de S. Sebastião.
- viii. Praia das Fragas de S. Simão (Figueiró dos Vinhos) e as suas águas têm origem na ribeira de Alge, afluente do Rio Zêzere e com nascente na Serra da Lousã. Situada entre duas fragas, esta praia é mais um local a não perder. Integrada nas Aldeias de Xisto, com percursos pedestres e um passadiço de cerca de 2 km, um local ideal para a descoberta e aventura.
- ix. Ações de sensibilização para filhos/as e netos/as dos trabalhadores e das trabalhadoras da EPAL/AdVT e também para o Grupo, de que é exemplo a história da abelha Bé em

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

que 24 crianças e 16 adultos participaram na sessão *online* e ouviram uma história que sensibiliza para a poupança da água e para a sustentabilidade do nosso planeta. A iniciativa foi assegurada pela equipa de Educação Ambiental e, pelo feedback recebido, proporcionou um bom início de tarde de um sábado em confinamento.

- p. A EPAL é parceira de inúmeros eventos realizados na sua área de intervenção. Habitualmente possui ingressos gratuitos ou a preços reduzidos, que sorteia pelas/os trabalhadoras/es interessadas/os possibilitando-lhes bons momentos na sua vida pessoal e familiar:
- IMAGO - Lisboa Foto Festiva (3ª Edição) - Museu da Água – Entrada Gratuita
 - Corrida e Caminhada da Água (50 inscrições gratuitas).
 - Espetáculos imersivos no reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras
 - Reabertura da cidade das Crianças - KidZania!
 - I Conferência *Green Savers* (8 convites para assistir presencialmente ao evento)
 - Bilhetes duplos para o SuperBock em Stock, uns com acesso a todas as salas e outros apenas com acesso à garagem da EPAL. Para além disso os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL podiam adquirir bilhetes, para o evento com 15% de desconto
 - Preço especial para os espetáculos imersivos patentes no Reservatório da Mãe d'Água das amoreiras

São, também, disponibilizadas entradas gratuitas, ainda que em número em limitado, sendo que dada a realização dos eventos em formato digital, foi possível, em alguns casos, divulgar o *link* de acesso ao evento, sem limitação.

Dada a situação pandémica, a maior parte dos eventos não foi realizado. Apesar de em número reduzido, foram realizadas ações direcionadas para os trabalhadores e para as suas famílias e amigos, algumas das visitas já referidas anteriormente.

4. Diálogo Social e Participação

- a. Foi realizada, pela APCER, a auditoria e 1º Acompanhamento aos Sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, processo que culminou com a manutenção da respetiva Certificação.

De acordo com o já referido no presente relatório (c) Resultados da aplicação de políticas), foram realizadas várias auscultações às trabalhadoras e aos trabalhadores, sendo que não foi realizada nenhuma auscultação, exclusivamente, para a temática da conciliação, tendo, a mesma, sido integrada no questionário aplicado no âmbito do Diagnóstico de Igualdade de Género. Neste âmbito e de ao auscultamos as partes interessadas significativas por forma a identificar as suas necessidades e expetativas e sugestões de melhoria, nomeadamente ao nível das medidas de conciliação existentes, permitirá desenhar um programa de atuação para ir ao

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

encontro desses resultados. Foram desenvolvidos campanhas que decorreram na intranet e EPALOnPocket, bem como distribuído, a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores, um *dossier* com as medidas de conciliação existentes.

5. Formação e Sensibilização

- a. No âmbito da parceria com a PWN foi possível, ao longo de 2021, a várias trabalhadoras da EPAL usufruir dos excelentes programas, concretamente:
- b. Programa *Mentoring*, com frequência de 2 trabalhadoras;
- c. Programa de Liderança – Nível II – *Life Design & Talent Management*, com participação de 6 trabalhadoras.
- d. *Workshops* sobre temas diversos, que têm como objetivo dotar as/os participantes de ferramentas para promover a sua carreira, de que são exemplo:
 - Organizações Plurais – como construir um ecossistema de (boas) parcerias
 - Como ter sucesso no *LinkedIn*?
 - Liderança Resiliente
 - Impacto do momento atual na performance e na saúde. O que podemos fazer?
 - Assuma o seu propósito deixando de lado o medo
 - Etiqueta e Protocolo Empresarial
 - Práticas artísticas aplicadas à gestão
- i. Pequeno-Almoço *Role Model*, com mulheres com muito para partilhar. O testemunho sobre os eventos mais importantes da vida profissional, de cada uma e os principais desafios que enfrentou, os valores com os quais se identifica e que moldam as suas estratégias.
- ii. A EPAL assegurou presença na 10ª Conferência Anual, que decorreu, em formato presencial, sob o tema "Sinergias para a Diversidade". A partir do humor, com a representação de setores de atividade nevrálgicos para as mudanças necessárias, do avesso geracional e de diferenças entre a realidade e a ficção, propomo-nos pensar o futuro.

Com o objetivo de promover, o mais possível, esta temática, junto de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras, foi disponibilizados o número de participações adquiridos, pela EPAL, em duas meses, para quem estivesse interessado/a em assistir ao evento, tendo os mesmos sido atribuídos por ordem de inscrição (8).

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- iii. No seguimento da 9ª Conferência Anual "2020 – A Purpose Lab", a PWN Lisbon integrou, na sua rede, sem quaisquer custos, profissionais em situação de desemprego. Esta iniciativa resulta do apoio cedido ao evento por um conjunto de empresas, representativas das mais diversificadas áreas empresariais, das quais a EPAL faz parte. Durante um ano, os/as candidatos/as selecionados/as poderão manter-se, ligados à rede da PWN Global, atualmente com mais de 3500 membros ativos e usufruir de ações dinamizadas no âmbito dos seus diferentes programas, eventos e iniciativas de formação, *networking* e partilha de modelos de excelência. A pertença à rede da PWN Lisbon e a integração no seu ecossistema de iniciativas funciona como uma plataforma de acesso a organizações em vários setores do tecido empresarial português e a profissionais de prestígio, constituindo uma oportunidade para revitalizar o contacto com o pulsar do mercado e planejar um potencial regresso à vida profissional ativa.
- iv. PWN Lisbon foi selecionada pela *European Women on Boards* para divulgar *Gender Diversity Index* de 2020, um estudo com o "estado de arte" da igualdade de género no tecido empresarial europeu, incluindo Portugal e as empresas do PSI 20. Permitindo, assim, obter uma visão específica do país e a sua integração no quadro dos principais países da Europa. Este evento foi aberto à participação dos membros da rede.
- e. Apresentação de proposta de conteúdos programáticos a integrar no Plano de Formação para 2022 e que incluem não só a formação do *focal point* como a de Grupo de Trabalho específico, composto por representantes das diversas direções da empresa. Estas ações de formação têm como principais objetivos desenvolver competências sobre as questões do género e da igualdade, através da:
 - i. Aquisição de conhecimentos sobre as realidades que contribuem para a reprodução das desigualdades mas também para o que pode contribuir para as mudar;
 - ii. Compreensão de que a Igualdade de Género diz respeito ao bem-estar de todas e de todos;
 - iii. Aquisição de competências que confirmem capacidades específicas para modificar e/ou criar políticas ou planos de ação que promovam a Igualdade de Género, no âmbito e no raio de ação da sua atividade profissional e/ou no contexto onde exercem as suas funções;
 - iv. Compreensão e a integração da perspetiva de género (*gender mainstreaming*) enquanto procedimento organizacional;
 - v. Criação de regras para a constituição de grupos de trabalho que obrigam à representatividade de ambos os géneros.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021

- vi. O desenvolvimento das ações e implementação das medidas diagnosticadas em sede de elaboração de um diagnóstico interno com vista ao desenho de um Plano de Igualdade para a nossa empresa, a exemplo: Guia de Autoavaliação da Igualdade de Género nas Empresas (Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas - CITE);
- vii. Apesar de importar reforçar o papel das mulheres na organização e na sociedade, deverão ter relevo semelhante as ações dirigidas a homens e mulheres, como é o caso do tema “Homens e desemprego na família” revela-se quase sempre uma questão fraturante na nossa sociedade, mas há que abordá-la e tratá-la com todo o respeito, cuidado e tato necessários de maneira a que a situação possa ser aceite com a maior tranquilidade e normalidade possível de modo a que não constitua um sério problema de desestruturação, desmoronamento e verdadeiro desequilíbrio no seio da família;
- viii. Também no caso da Violência doméstica, abordagem da questão no feminino e no masculino, que poderá vir a ser abordado através de medidas e momentos de reflexão conjunta Homens/ Mulheres com consequente desenho de futuras medidas preventivas.

6. Comunicação e Imagem

- a. A EPAL já tem formalizadas as regras para linguagem inclusiva no Guia orientador para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens, a ser utilizado transversalmente, na organização. A Linguagem neutra ou igualitária aposta na transformação da linguagem para transformar a realidade, em vez de adaptar a realidade à linguagem.

j) Questões relativas à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos

Em 2021, a EPAL manteve a sua adesão ao Pacto Global, uma iniciativa das Nações Unidas no âmbito da responsabilidade empresarial, onde estão consagrados dez Princípios nos domínios dos Direitos Humanos e do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

Todos os contratos, referentes a empreitadas e a prestação de serviços contemplaram disposições de salvaguarda e garantia de cumprimento da legislação laboral, de segurança e saúde dos trabalhadores e dos direitos humanos.

O Sistema de Gestão de Fornecedores da EPAL (SGF), prevê a recolha de informação nos seguintes domínios:

- ❖ Subscrição de normas e diretrizes reconhecidas
- ❖ Prevenção do trabalho forçado e infantil
- ❖ Liberdade de associação e negociação coletiva
- ❖ Prevenção de discriminação
- ❖ Perseguição e abuso no trabalho

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2021



- ❖ Remunerações
- ❖ Práticas disciplinares.

De salientar que:

1. Não há registo de qualquer caso de discriminação sexual, política, religiosa ou racial.
2. Não foram identificadas operações nem fornecedores que oferecessem risco de ocorrência de trabalho infantil, estando implementados mecanismos que eliminam este risco.
3. Não foram identificadas operações, nem fornecedores, que oferecessem risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, estando implementados mecanismos que eliminam este risco.
4. Não há registo de reclamações relativas a direitos humanos.

Anexo 2

Extrato da ata da reunião do Conselho de Administração em que foi deliberada a aprovação do RGS 2021.



DECLARAÇÃO

Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão, Secretário da Sociedade EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, número vinte e quatro, 1250-144 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 500 906 840, com o capital social integralmente realizado de cento e cinquenta milhões (150 000 000) de Euros, transcreve, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1, do art.º 446.º-B, do Código das Sociedades Comerciais, o teor do ponto 7.4. da Ata n.º 10/2022, do Conselho de Administração da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., relativa à reunião realizada no dia 09 de março de 2022.

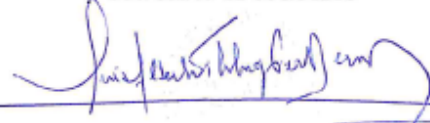
Ata número dez / Dois mil e vinte e dois

7.4. – Relatório do Governo Societário (RGS) - 2021

O CA deliberou aprovar o Relatório do Governo Societário (RGS), relativo ao ano 2021.

Lisboa, 14 de março de 2022

O Secretário da Sociedade


(Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão)

Anexo 3

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA EPAL – EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2021**

RELATÓRIO

1 – Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2021.

2 - O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da EPAL, S.A. e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente, mediante contacto e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como, através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal.

3 – O Relatório de Governo Societário, preparado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2022, foi considerado pela UTAM como não reunindo as condições para merecer a aprovação do titular da função acionista (relatório de análise 40/2022, de 8 de março). A nova versão do Relatório de Governo Societário foi aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2022, dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Esse artigo estabelece que anualmente deve ser apresentado um relatório do qual conste informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei.

4 – O nosso trabalho consistiu em analisar e verificar que o Relatório de Governo Societário cumpre o disposto no já referido Decreto-Lei; e que ele é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no ano de 2021, pela EPAL, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

5 – Regista-se igualmente, que o Parecer do Revisor Oficial de Contas emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers, Lda., em 14 de março de 2022, menciona expressamente, que o Relatório de Governo Societário da EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. *"é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2021 pela EPAL – Empresa Portuguesa*

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Governo Societário de 2021

1/3

AM

2

das Águas Livres, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis”.

6 – O Conselho Fiscal salienta, ainda, toda a colaboração que tem tido do Conselho de Administração e dos Serviços da EPAL, S.A. no desempenho das suas funções.

7 – Com base no trabalho desenvolvido, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que o Relatório de Governo Societário, relativo ao ano de 2021, apresentado pelo Conselho de Administração não é, em todos os aspetos materialmente relevantes, adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário, adotadas no ano de 2021 pela EPAL, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

PARECER

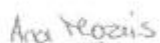
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer favorável a que seja aprovado pela Assembleia Geral da EPAL-Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., o Relatório de Governo Societário, relativo ao ano de 2021.

Sem afetar o nosso parecer, incluído no parágrafo anterior, chamamos à atenção para os seguintes aspetos:

- a) No ponto 6, da Parte B - «Controlo interno e gestão de riscos», estão descritos dois riscos residuais operacionais classificados como “Não aceitável”, relativos a “Investimentos” e “Perdas de abastecimento em alta”, os quais carecem de medidas imediatas de mitigação no prazo de 6 meses.
- b) No ponto 3, da Parte C - «Regulamentos e Códigos», Capítulo VI – «Organização Interna», não se indica a data da última atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC). Chamamos ainda à atenção, que o mesmo foi elaborado em 2009 e não foi revisto desde essa data.
- c) Tal como referido no Ponto 3 do presente Parecer, foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 9 de março de 2022 o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2021, que substitui a versão anterior aprovada pelo mesmo órgão. Consequentemente o Conselho Fiscal emite o presente Parecer que substitui a versão emitida no dia 4 de março de 2022.

Lisboa, 15 de março de 2022

O Conselho Fiscal



Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes

(Presidente)



Eduardo José Santos Clemente

(Vogal)



Patrícia Isabel Sousa Caldinha

(Vogal)



Ao Conselho de Administração da
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Governo Societário do exercício de 2021 da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, emitimos o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Relatório de Governo Societário agora apresentado, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 9 de março de 2022, incorpora a correção de lacunas e insuficiências de informação identificadas pela UTAM, através do Relatório de Análise 40/2022 de 8 de março, na análise efetuada à primeira versão do documento.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício de 2021, dando cumprimento ao n.º1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como a informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei e no Manual para elaboração do Relatório de Governo Societário 2021 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial ("UTAM").

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração e serviços, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira disponibilizada.

O nosso trabalho relativamente ao Relatório do Governo Societário, o qual inclui a Demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, consistiu em analisar e verificar que o mesmo cumpre o disposto no referido Decreto-Lei, que foi elaborado em consonância com o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2021 da UTAM e que é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no exercício de 2021 pela Entidade e da forma como se desenrolou a atividade.



PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, concluímos que o Relatório de Governo Societário, o qual inclui a Demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2021 pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

14 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

Anexo 4

Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.

Questionários
Deveres de informação dos gestores públicos**Deveres de informação dos gestores públicos****Resposta ao formulário 1**

ID da resposta	
659	
Data de submissão	
2020-07-13 12:02:16	
Última página	
2	
Idioma inicial	
pt	
Seed	
1359982936	
Código	
ltvH4R3w	
Data de início	
2020-07-13 11:42:49	
Data da última ação	
2020-07-13 12:02:16	
Endereço IP	
89.181.98.153	
Primeiro nome	
José Sardinha	
Último nome	
Águas de Portugal	
Endereço de email	
jsardinha@ADP.PT	

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

- Nome:	
José Manuel Leitão Sardinha	
- NIF:	
145351351	

Questionários
Deveres de informação dos gestores públicos

Deveres de informação dos gestores públicos

Resposta ao formulário 1

ID da resposta
268
Data de submissão
Última página
1
Idioma inicial
pt
Seed
1002225671
Código
gMqEyQFI
Data de início
2020-07-30 10:55:02
Data da última ação
2020-07-30 10:57:23
Endereço IP
83.240.223.61

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

- Nome:
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
- NIF:
181804298

Questionários
Deveres de informação dos gestores públicos

Deveres de informação dos gestores públicos

Resposta ao formulário 1

ID da resposta
280
Data de submissão
2020-08-04 17:59:47
Última página
2
Idioma inicial
pt
Seed
1925824313
Código
qQMolVai
Data de início
2020-08-04 17:55:12
Data da última ação
2020-08-04 17:59:47
Endereço IP
83.240.223.61

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

- Nome:
Telma Susana Rodrigues Correia
- NIF:
206741693

Questionários
Deveres de informação dos gestores públicos

Deveres de informação dos gestores públicos

Resposta ao formulário 1

ID da resposta
282
Data de submissão
2020-08-04 22:46:46
Última página
2
Idioma inicial
pt
Seed
936960131
Código
s95TLspa
Data de início
2020-08-04 22:36:51
Data da última ação
2020-08-04 22:46:46
Endereço IP
89.115.145.1

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

- Nome:
Rui Manuel Gonçalves Lourenço
- NIF:
191597805

Questionários
Deveres de informação dos gestores públicos

Deveres de informação dos gestores públicos

Resposta ao formulário 1

ID da resposta
284
Data de submissão
2020-08-05 09:37:14
Última página
2
Idioma inicial
pt
Seed
1992796391
Código
aqSaabS5
Data de início
2020-08-05 09:29:56
Data da última ação
2020-08-05 09:37:14
Endereço IP
83.240.223.61

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

- Nome:
Barnabé Francisco Primo Pisco
- NIF:
107797526



Exma. Senhora
Presidente do Conselho Fiscal da EPAL
Professora Doutora Ana Isabel Abranches
Pereira de Carvalho Morais
Avenida Infante Santo, n.º 40, 2.º andar
1350-179 Lisboa

N/Ref.ª S/2020/23682

2020/07/09

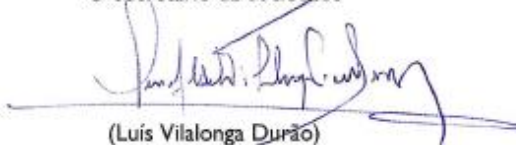
Assunto: Envio de declarações relativas ao mandato de 2020-2022

Exma. Senhora Professora Doutora Ana Isabel Morais,

Pela presente, junto envio as declarações apresentadas pelos Membros do Conselho de Administração desta Empresa, relativas ao mandato de 2020-2022.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário da Sociedade


(Luís Vilalonga Durão)

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Av. Liberdade, 24 1250-144 Lisboa • Portugal • Fax 213 251 397
Linhas EPAL - 24h por dia, todos os dias • Atendimento a Clientes 213 221 111
Comunicação de Leituras 800 201 101 • Faltas de Água 800 222 425 • Comunicação de Roturas na Via Pública 800 201 600 • www.epal.pt

P92006.01

Ao Conselho Fiscal
da sociedade EPAL, S.A.
Av. Da Liberdade
1200-144 LISBOA

Almada, aos 29 de maio de 2020

Eu, José Manuel Leitão Sardinha, com domicílio em Rua Varela Aldemira, 11, Almada, titular do número de contribuinte 145351351, na qualidade de Presidente eleito em 24 de junho de 2020, venho, em cumprimento do artº 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na empresa acima identificada ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

Declaro ainda, que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da empresa acima identificada, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Por último declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com o exposto nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Presidente do Conselho de Administração, para as quais fui eleito em 24 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,



Recida em 30.06.2020

EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
O Secretário da Sociedade
(Luís Vilalongo Durão)

Ao Conselho Fiscal
da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas
Livres, S.A.
Av. da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Lisboa, aos vinte e nove dias de 2020

Eu, **Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado**, com domicílio na Av. João XXI, n.º 20, 5.º Dt.º, 1000-302, Lisboa, titular do número de contribuinte 18 18 042 98, na qualidade de Vogal executivo do Conselho de Administração na sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., eleita em 24.06.2020, venho, em cumprimento do artº 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na empresa acima identificada ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

Declaro ainda, que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da empresa acima identificada, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Por último declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com os expostos nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal do Conselho de Administração, para as quais fui eleita em 24.06.2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.



Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,



Ao Presidente do Conselho Fiscal
da Sociedade EPAL, SA
Dr^a Ana Morais
Avenida da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Lisboa, 30 de junho de 2020

Eu, Barnabé Francisco Primo Pisco, com domicílio em Av. José Grilo Evangelista nº 163 – 5º Frente 2890-007 Alcochete, titular do número de contribuinte 107797526, na qualidade de Vogal executivo eleito em 24-06-2020, venho, em cumprimento do artº 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na empresa acima identificada ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

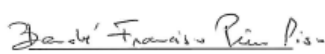
Declaro ainda, que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da empresa acima identificada, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Por último declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com os expostos nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal do Conselho de Administração, para as quais fui eleito em 24.06.2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.



Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,


Barnabé Francisco Primo Pisco

Ao Presidente do Conselho Fiscal
da sociedade EPAL, SA
Dra. Ana Morais
Avenida da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Lisboa, 24 de junho de 2020

Eu, Rui Manuel Gonçalves Lourenço, com domicílio em Rua Domingos Leite Pereira, 3 6° C 2685-895 SACAVEM, titular do número de contribuinte 191597805, na qualidade de Vogal executivo eleito (a) em 24.06.2020, venho, em cumprimento do artº 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na empresa acima identificada ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

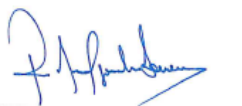
Declaro ainda, que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da empresa acima identificada, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Por último declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com o expostos nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal do Conselho de Administração, para as quais fui eleito (a) em 24.06.2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.



Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,



Ao Presidente do Conselho Fiscal
da Sociedade EPAL, SA
Dr^a Ana Morais
Avenida da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Lisboa, 24 de junho de 2020

Eu, Telma Susana Rodrigues Correia, com domicílio em Av. Alves Redol, 2 r/c Dt^o 2720-034 AMADORA, titular do número de contribuinte 206741693, na qualidade de Vogal executivo eleita em 24-06-2020, venho, em cumprimento do art^o 52^o do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na empresa acima identificada ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

Declaro ainda, que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da empresa acima identificada, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Por último declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com o expostos nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal do Conselho de Administração, para as quais fui eleita em 24.06.2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

T₄

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,

Telma Susana Rodrigues Correia

Telma Susana Rodrigues Correia

Anexo 5

Ata da reunião da Assembleia Geral contemplando a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2020



DECLARAÇÃO

Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão, secretário da sociedade EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 24, 1250-144 LISBOA, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 906 840, com o capital social integralmente realizado de cento e cinquenta milhões de euros (150.000.000€), ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1, do art.º 446.º-B, do Código das Sociedades Comerciais, transcreve o teor das deliberações relativas aos pontos 1 (um) e 3 (três), da ata n.º 64 da reunião da Assembleia Geral da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., realizada no dia 24 de março de 2021.

Ata número sessenta e quatro

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício de 2020

«Postos à votação o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2020 (com o respetivo relatório e parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal) foram aprovados por unanimidade».

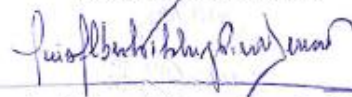
3. Deliberar sobre o relatório de boas práticas de governo societário de 2020

«Passou-se, de seguida, ao ponto três da Ordem de Trabalhos, tendo a representante da acionista apresentado e votado favoravelmente a seguinte proposta:

«A representante da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., vota favoravelmente o Relatório de Governo Societário de 2020, e respetiva Adenda publicada em SIRIEF, em cumprimento do Relatório de Análise da UTAM n.º 48/2021»».

Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

O Secretário da Sociedade


(Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão)

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Av. Liberdade, 24 1250-144 Lisboa • Portugal • Fax 213 251 397
Linhas EPAL - 24h por dia, todos os dias • Atendimento a Clientes 213 221 111
Comunicação de Leituras 800 201 101 • Faltas de Água 800 222 425 • Comunicação de Roturas na Via Pública 800 201 600 • www.epal.pt

140006101